

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

ENTRE MULHERES

**ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA PARCERIA
HOMOERÓTICA FEMININA EM SEGMENTOS MÉDIOS NA CIDADE DE
PORTO ALEGRE - RS**

Nádia Elisa Meinerz

Orientadora: Prof. Dra. Daniela Riva Knauth

**Porto Alegre,
Fevereiro de 2005**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ENTRE MULHERES

**ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA PARCERIA
HOMOERÓTICA FEMININA EM SEGMENTOS MÉDIOS NA CIDADE DE
PORTO ALEGRE - RS**

Nádia Elisa Meinerz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dra. Daniela Riva Knauth

Porto Alegre, fevereiro de 2005.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação contou com o esforço e a colaboração de várias pessoas, às quais dedico meu profundo agradecimento.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UFRGS, principalmente Cláudia Fonseca, Maria Eunice Maciel, Cornélia Eckert, Sergio Baptista, Ari Pedro Oro, que orientaram meu estudo durante o período de créditos.

Ao CNPQ pela da bolsa de estudos que possibilitou durante os vinte e quatro meses minha dedicação exclusiva ao curso de mestrado, à realização da pesquisa e à redação da dissertação.

A todos os colegas da antropologia, principalmente os que ingressaram comigo em 2003: Flávia, Verônica, Miriam, Pilar, Laura, Nicole, Cristian, Pablo, Talita, Rosana, Gustavo, Toninho, Alessandro, Soraya, Leonardo e Tom. Obrigada pelas discussões em aula e nos grupos de estudo, pela amizade e por todas as brincadeiras. Agradeço ainda especialmente ao Márcio, colega da antropologia, do francês e amigo de todas as horas.

Ao Núcleo de Antropologia do Corpo e da Saúde, pelo apoio na realização deste trabalho, pelas oportunidades de pesquisa e intervenção, pelos seminários do núcleo e de tese. Sou grata à professora Ceres Victora pela leitura atenta e crítica do trabalho e ao professor Veriano Terto Jr. pelas sugestões do início do percurso. Agradeço também a todos os colegas do núcleo, principalmente pela disposição em ler e discutir os capítulos da dissertação. Dentre eles, agradeço especialmente à Paula Sandrine Machado por sua disposição em ouvir os relatos de campo, pelas imprescindíveis conversas telefônicas e por todas as valiosas sugestões.

À professora Zulmira Newlands Borges, que me orientou durante a graduação em ciências sociais, por todo o incentivo e pelo importante papel que teve na aproximação com PPGAS - UFRGS e com o NUPACS.

Ao André (Buyu), Michele Rabuske e Cristiane Dias, pela gentileza em trazer e enviar os trabalhos sobre homossexualidade feminina de outras Universidades.

A todas as pessoas que de uma ou de outra forma me auxiliaram durante o processo de inserção em campo, especialmente Simone, Pablo e Carlos.

À Michele Schmitt por toda atenção dedicada à revisão dos aspectos formais da dissertação, e pela gentileza na elaboração da versão do resumo em inglês. Suas sugestões e sua amizade foram indispensáveis.

Ao Francis, amigo e colega de apartamento, agradeço pelas horas de conversa, pelas valiosas discussões, e pelo bom humor de todos os dias. Agradeço também pela disponibilidade e gentileza em me ajudar nos momentos difíceis, especialmente na realização do trabalho de campo.

Aos meus pais, Camilo José Meinerz e Lourdes Meinerz e meu irmão Gilmar Roberto Meinerz, por todo o carinho com que me receberam nas poucas “idas para casa” nestes dois anos do mestrado. Seu incentivo e apoio incondicionais foram muito importantes.

Aos amigos queridos, Luciane, Natália, Pilar, Carlos, Leonel e Simone que acompanharam todas as angústias e alegrias do percurso. Devo um agradecimento especial ao Clóvis, por todos os livros retirados e devolvidos na biblioteca. Foi muito importante contar com o seu sempre prestativo “estamos aí”.

Aos amigos distantes pela compreensão e pela torcida.

Ao Ede, por me acompanhar durante esses dois anos. Obrigada pela presença sempre carinhosa, por me tirar da frente de computador de vez em quando, por me abraçar nas horas difíceis e me fazer sorrir. Enfim por compartilhar da alegria de ver escrita, página por página dessa dissertação.

À minha orientadora, Daniela Riva Knauth, por encarar comigo esse desafio. Não há como agradecer o suficiente à paciência em ouvir e a disposição em discutir as questões teóricas, as estratégias metodológicas e a interpretação dos dados. Muito obrigada pela atenção que dispensou à leitura de todas as versões dos capítulos e trabalhos, por todas as críticas e por todo incentivo. Agradeço ainda pelo aprendizado do estágio docente. Desses dois anos de orientação ficam a minha profunda admiração pelo profissionalismo em todos os momentos.

Por fim, agradeço a todas as mulheres que de uma ou de outra forma participaram e inspiraram esse trabalho. Obrigada pela confiança e generosidade, pelas entrevistas, pelas conversas nos bares, por dividirem comigo as alegrias, as festas, os passeios, as trajetórias de vida, as histórias amorosas, as ansiedades e as preocupações. Agradeço também pelos conselhos acadêmicos, pelas provocações teóricas, principalmente por me ajudarem a fazer a pesquisa e a dissertação acontecerem.

RESUMO

Nesta dissertação, são analisadas as práticas e significados sociais envolvidos na constituição da parceria homoerótica entre mulheres pertencentes aos segmentos médios da população, na cidade de Porto Alegre. A partir da abordagem etnográfica, o trabalho discute a compreensão da homossexualidade feminina explorando as diferentes formas de vivenciar as experiências sexuais e afetivas. A análise dos espaços de sociabilidade demonstra que o par homoerótico se estabelece em meio à conformação de estilo de vida, compartilhado pelas redes de relações nas quais as mulheres estão inseridas. A busca de parceiras, orientada pelo “gosto de classe”, informa sobre o tipo de feminino valorizado, que pode ser sintetizado na expressão: *nem caminhoneira e nem perua*. O processo de construção da feminilidade, que se dá entre mulheres, é pautado, ao mesmo tempo, pela repetição e pela subversão das expectativas de gênero. As narrativas sobre as *histórias* da parceria que compõem a trajetória sexual e afetiva das participantes da pesquisa apresentam os valores e significados atribuídos pelas mulheres às suas práticas sexuais. A pesquisa demonstra ainda que a constituição da parceria está relacionada a diferentes formas de enunciação das relações homoeróticas, que vão desde a ênfase em *dar visibilidade* como estratégia política, até a posição de *não deixar a homossexualidade estampada na cara*. A escolha pela forma de enunciação da homossexualidade pode ser interpretada segundo diferentes concepções de individualismo que são discutidas em relação à constituição da parceria sexual e afetiva entre mulheres.

Palavras Chave: sexualidade; homossexualidade feminina; gênero; individualismo.

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze social practices and meanings involved on the constitution of homoerotic partnership among women that belong to the middle stratum of Porto Alegre. Using ethnographic approach, this work discusses the comprehension of female homosexuality, by analyzing different forms of living sexual and affectionate experiences. The analysis of spaces of sociability demonstrates that the homoerotic pair is established by a life style conformation, shared by the network in which women take part. The search of partners is orientated by a “taste of class”. It informs about the kind of valued feminine that can be expressed in the following utterance: *neither butch nor lady*. The process of construction of the feminine, formulated among women, is given, at the same time, by a repetition and a subversion of gender expectations. The narratives about *stories* of partnership that compose the sexual and affectionate trajectory of the research participants present the meanings related, by women, to their sexual practices. In this research, it is also demonstrated that the constitution of partnership is related to different forms of expressing homoerotic relationship that are: the emphasis on visibility as a political strategy and the assumption of a position of *not letting homosexuality being written all over the face*. The option of the form of enunciating homosexuality can be interpreted according to different individualism conceptions that are discussed in relation to the constitution of sexual and affectionate partnership among women.

Key words: sexuality; female homosexuality; gender; individualism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. ANTROPOLOGIA E SEXUALIDADES: AS POSSIBILIDADES DO OBJETO.....	13
1.1 Possibilidades polimorfos.....	14
1.2 Normatização.....	23
1.3 Sexualidade: construindo corpos e prazeres.....	25
1.4 Perversão, patologia ou orientação sexual: a construção da homossexualidade.....	29
2. EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA: NOTAS SOBRE MÉTODO E CAMPO.....	38
2.1 Entrando no campo.....	38
2.2 Sobre elas.... mulheres e suas redes de relações.....	46
2.3 Nossas familiaridades: compartilhando valores e preocupações.....	54
2.4 Observação sexual: <i>na teoria e na prática</i>	59
3. ESPAÇOS DA PARCERIA HOMOERÓTICA FEMININA.....	66
3.1 Sociabilidade fora do gueto.....	67
3.2 Os espaços público e privado da parceria.....	74
3.3 Qual feminino?.....	81
3.4 Amigas e parceiras: as ambigüidades do homoerotismo feminino.....	89
4. HISTÓRIAS DA PARCERIA.....	95
4.1 <i>Casar ou ter histórias</i> : o imperativo da conjugalidade.....	95
4.2 <i>A medida que o relacionamento evolui</i>	104
4.3 <i>As mulheres que não se deixam tocar</i>	107
4.4 O jogo erótico.....	112
4.5 <i>Método cem por cento garantido</i>	116

5. TÁTICAS DO FEMININO: VISIBILIDADE E INVISIBILIDADE DAS	
RELAÇÕES HOMOERÓTICAS ENTRE MULHERES.....	122
5.1 Sem <i>dar bandeira</i> : da identidade à visibilidade.....	123
5.2 A construção da invisibilidade social da homossexualidade feminina	130
5.3 A invisibilidade pelo gênero.....	135
5.4 Estratégias e táticas de visibilidade.....	140
5.5 A parceria entre individualismos.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA PROSEGUIR.....	154
REFERÊNCIAS.....	159

LISTA DE MAPAS

Mapa nº 1: Localização dos bairros em Porto Alegre.....	43
Mapa nº 2: Logradouros da Cidade Baixa.....	44
Mapa nº 3: Logradouros da região centro e arredores.....	45

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS:

Rede A.....	47
Rede CC.....	48
Rede P.....	49
Rede S.....	50
Quadro de dados sócio-econômicos.....	53

INTRODUÇÃO

Esta dissertação versa sobre a temática da homossexualidade feminina. Ela resulta de uma pesquisa etnográfica realizada entre junho de 2003 e setembro de 2004 na cidade de Porto Alegre e tem como objeto as práticas cotidianas de mulheres pertencentes aos segmentos médios da população, as quais se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres. Ao privilegiar a constituição da parceria feminina, problematizo a noção de homossexualidade por meio da apresentação de diferentes formas através das quais as mulheres vivenciam suas experiências homoeróticas.

A proposta do trabalho filia-se à perspectiva teórica da antropologia do cotidiano, a qual se concentra na discussão sobre a construção social da realidade e privilegia as interações sociais e as experiências dos sujeitos para a construção do ser no mundo. No campo da sexualidade, essa proposta adquire relevância a partir do deslocamento do foco de estudo do indivíduo sexual para uma abordagem da sexualidade entre os indivíduos, o qual proporciona uma ampliação no escopo de investigação sobre a temática de interesse. A percepção da existência de uma cultura que interfere na sexualidade não significa pensar que ela molda e limita os comportamentos. Entender a sexualidade dessa maneira permite que se leve em consideração os outros que compartilham dessa cultura e que influenciam na expressão da sexualidade (GAGNON; PARKER, 1995). Esse deslocamento acompanha a progressiva contraposição a teorias essencialistas, as quais procuram no indivíduo as perversões e desvios da pulsão sexual, através do desenvolvimento de teorias que pensam a sexualidade como uma construção social.

Os dados foram coletados através das técnicas de observação participante e entrevistas semi-estruturadas, realizadas com mulheres de quatro redes de relações. A observação participante foi realizada em bares e boates voltados ao público GLBT¹ e também em outros espaços de sociabilidade não necessariamente vinculados a esse público, os quais freqüentei em companhia das mulheres e de suas redes de

¹ Significa gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (travestis e transsexuais) e refere-se à designação que vem substituir no discurso dos movimentos de reivindicação social e política a antiga sigla GLS (que significava gays, lésbicas e simpatizantes). Atualmente se discute a modificação do termo para LGBT, a fim de proporcionar uma maior visibilidade social para as mulheres homossexuais, já que, dentre os grupos que lutam pela liberdade de orientação e expressão sexual as mulheres seriam as mais invisibilizadas. Estou utilizando esta sigla para referir-me, de uma maneira geral, à parcela da população de orientação não heterossexual. Convencionei usar, no mesmo sentido, a expressão *gay* para designar espaços vinculados e apropriados por essa população.

relações. As entrevistas foram realizadas com dez mulheres das redes de relações contatadas e continuam questões como trajetória de estudo e trabalho, escolhas de atividades de lazer, preferência por espaços de sociabilidade, critérios de busca por parceiras, a trajetória sexual e afetiva das mulheres, práticas sexuais e cuidados corporais.

A análise é orientada por dois eixos conceituais que perpassam toda a dissertação, quais sejam, gênero e estilo de vida. Assim, ao invés de apresentá-los de forma concentrada numa seção, desenvolvo-os, no decorrer dos capítulos, à medida que me ajudam a pensar sobre os dados e tecer algumas interpretações acerca da constituição da parceria homoerótica e do tipo de visibilidade que as participantes da pesquisa pretendem ou podem dar às suas relações sexuais e afetivas com outras mulheres.

Para fins deste trabalho, o conceito de gênero está sendo utilizado como ferramenta para a análise das práticas sociais relacionadas à constituição da parceria feminina e seus significados para as participantes da pesquisa. Utilizo-me desse conceito a partir de elaborações críticas realizadas no âmbito da antropologia na década de noventa. Estes trabalhos privilegiam a problematização da oposição entre masculino e feminino. Uma tal problematização não prevê apenas a consideração desta oposição como construção cultural, mas também a discussão sobre a forma como elas são constituídas em homologia à outras oposições tais como público/privado e natureza/cultura.

A discussão sobre estilo de vida tem como objetivo análise das formas de construção da subjetividade que se relacionam ao recorte sócio-econômico realizado. Desse modo, dialogo com os autores brasileiros que propõe a conformação, entre os segmentos médios, de um sistema moral centrado no valor indivíduo, o qual tem como base teórica a proposta de Dumont, sobre a teoria da hierarquia e do individualismo moderno. Outro ponto de diálogo é a discussão proposta por Simmel acerca da convivência, na vida metropolitana, de diferentes individualidades, as quais são analisadas no presente trabalho em relação às escolhas de sociabilidade. Por fim, partindo de uma leitura metodológica do trabalho de Foucault sobre a sexualidade num contexto mais amplo da formação no ocidente de uma “cultura de si” contraponho diferentes concepções de individualismo, a partir das quais pode se pensar a construção da subjetividade em relação às diferentes formas de enunciação das relações homoeróticas.

O trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresento o objeto de estudo e contextualizo a referência teórica a partir da qual é realizado o recorte do problema de pesquisa. Em meio à apresentação da abordagem teórica e metodológica, explico meu posicionamento ético diante da proposta de construção do conhecimento acerca dessa temática e da responsabilidade social que dela decorrem. Reviso, também, alguns trabalhos que pontuam questões relevantes em relação ao estudo empírico sobre sexualidade, desde uma perspectiva do construtivismo social, e apresento alguns estudos historiográficos e teóricos a partir dos quais o conceito de homossexualidade foi construído com vistas a formulação de significados sobre a diversidade sexual.

No segundo capítulo, apresento a trajetória da pesquisa a fim de descrever a aproximação com o campo, de qualificar em termos sociológicos as participantes da pesquisa e de refletir sobre o processo de construção da alteridade. Apresento as escolhas metodológicas que orientaram a pesquisa de campo, de forma a explicitar as negociações realizadas no âmbito da relação entre pesquisadora e grupo pesquisado. Introduzo também alguns dados e análises a fim de contextualizar as situações de pesquisa apresentadas no decorrer da dissertação. Além disso, discorro sobre as especificidades da pesquisa de campo na área de sexualidade, em termos das possibilidades e limitações que se apresentam para a etnografia.

Nos três capítulos seguintes, dedico-me à exposição sistemática e à análise dos dados coletados. Em “Os espaços da parceria homoerótica feminina”, detenho-me aos espaços de sociabilidade que orientam o estabelecimento da parceria homoerótica feminina. Inicialmente analiso os dados acerca da frequência das mulheres aos espaços vinculados ao público GLBT, dialogando com a perspectiva do gueto para a análise da organização da sociabilidade e da busca de parceiras. Dedico-me também à forma de ocupação dos espaços público e privado para o estabelecimento da parceria homoerótica, privilegiando a análise das relações entre gênero e sexualidade. Ainda, nesta seção, partindo dos dados sobre a busca de parceiras e sobre a observação de um tipo de parceira desejável, analiso as diferentes formas de construção do feminino no âmbito do estabelecimento da parceria homoerótica. Encerro o capítulo chamando atenção para uma especificidade das relações entre mulheres, qual seja, a ambigüidade que lhes é constitutiva.

No quarto capítulo, analiso as narrativas das mulheres acerca das suas *histórias*² de parceria. Primeiramente, analiso as diferenças entre as duas formas de parceria sexual e afetiva feminina, quais sejam estável e eventual, em relação às estratégias de conquista de parceiras. Em seguida, volto minha atenção para as especificidades da configuração conjugal, a qual é caracterizada pela orientação igualitário-individualista, analisando as razões atribuídas à dissolução e a permanência dos relacionamentos. A partir do discurso sobre *as mulheres que não se deixam tocar*, discuto sobre a forma como as mulheres lidam com as situações de assimetria de poder. Por fim, analiso os discursos das mulheres acerca das práticas sexuais e dos cuidados corporais.

Em "Táticas do feminino: visibilidade e invisibilidade das relações homoeróticas entre mulheres" retomo alguns dos dados apresentados nos outros dois capítulos, avaliando o que eles informam acerca da visibilidade da parceria homoerótica feminina. Início o capítulo justificando a opção pela investigação das questões de visibilidade ao invés da abordagem pela perspectiva identitária. Num segundo momento, chamo atenção para a construção da invisibilidade da homossexualidade feminina, através de trabalhos historiográficos, teóricos, estudos empíricos e também de caráter político que apontam para a invisibilidade social da homossexualidade feminina. Diante dessa elaboração acerca da invisibilidade, analiso, com base nos dados coletados, como o conceito de gênero pode ser apropriado para a interpretação da invisibilidade das relações homoeróticas femininas. A abordagem pela via da visibilidade permite pensar na forma como as mulheres, em suas práticas cotidianas, se relacionam com a normatização da sexualidade. Encerro esse capítulo analisando os significados, que ordenam a construção da subjetividade, relacionados às diferentes formas de visibilidade da parceria homoerótica.

² A grafia do termo *história* com marcação itálica decorre da necessidade de identificar aquelas expressões êmicas, ou seja, que são apreendidas durante o trabalho de campo e que correspondem às falas e expressões das pessoas que compõe o grupo pesquisado. Desse modo, convencionei utilizar ao longo da dissertação a marcação itálica, para diferenciar a autoria das expressões referidas. Da mesma forma, as palavras e frases que aparecem entre aspas dizem respeito às referências bibliográficas referidas.

1. ANTROPOLOGIA E SEXUALIDADES: AS POSSIBILIDADES DO OBJETO

Ao propor a sexualidade como objeto de estudo para a antropologia, assumo como prerrogativa a sua referência no plural, conforme a perspectiva da diversidade em termos das práticas sexuais e dos significados a elas associados. A sexualidade é alvo da produção normatizadora de uma série de discursos: biológico, psicológico, médico, pedagógico, artístico, político, jurídico e religioso. É em meio a todos eles que as pessoas, inseridas em determinados grupamentos sociais e em suas práticas cotidianas, elaboram os seus próprios significados acerca do que seja sexual, do que é permitido e proibido e do que é admissível ou inadmissível em termos sexuais. Pretendo, nesse contexto, explorar a diversidade de relacionamentos sexuais e afetivos que são homoganeamente designados pela expressão homossexualidade feminina.

As discussões sobre sexualidade, no campo das ciências sociais, são marcadas por um intenso debate entre as perspectivas construtivista e essencialista de análise. Dessa forma, ao delimitar o objeto de estudo, contextualizo minha apropriação da perspectiva construtivista frente a esse debate mais amplo. Na última parte deste capítulo, apresento as diferentes formas através das quais a categoria homossexualidade foi historicamente construída e pontuo como essas diferentes construções obtêm rendimento teórico à medida que a instituem como desvio em oposição à constituição da heterossexualidade como norma social.

Ao chamar a atenção para a pluralidade do que seja sexual, quero destacar também as diferentes formas através das quais essa temática é tomada como objeto para a produção do conhecimento. Orientada por essa perspectiva, delineio, neste capítulo, o percurso teórico através do qual o problema de pesquisa é definido. Desse modo, inicio apresentando a especificidade da abordagem antropológica para o estudo da diversidade sexual, em termos da reflexão sobre posicionamento ético que orienta o trabalho. Em seguida, apresento a base teórica da qual parto para estudar a sexualidade e reflito sobre algumas possibilidades de investigação acerca da homossexualidade feminina, para enfim delimitar meu objeto de estudo, em termos do recorte teórico e empírico.

1.1 A Antropologia e o estudo da diversidade sexual

O estudo da diferença é o objeto, por excelência, da antropologia. No que se refere ao estudo da homossexualidade feminina, o desafio da relativização recai sobre a investigação da diversidade sexual. Desse modo, importa aqui refletir sobre o posicionamento da pesquisadora, bem como as suas implicações, no contexto da relação estabelecida com o grupo pesquisado. Além disso, traço algumas considerações sobre o posicionamento ético que orientou a seleção dos conceitos e também a realização da pesquisa.

É recorrente que os trabalhos acerca da diversidade sexual sejam realizados por pessoas que compartilham experiências eróticas semelhantes. Isso se deve, em grande parte, à perspectiva de enfrentamento da discriminação sexual. Desse modo, é possível observar uma estreita relação da produção do conhecimento com o ativismo político. Diante disso, o fato de eu não compartilhar das mesmas experiências sexuais das mulheres entrevistadas, pode ser encarado como um elemento que dificulta a apreensão da experiência vivida pelas participantes da pesquisa.

No entanto, além dessa dificuldade que implicou uma necessidade de investimento na aproximação com o grupo estudado, gostaria de destacar que essa condição também possibilita explorar uma forma de apreensão dos fenômenos através da diferença. A situação etnográfica, na qual foram coletados os dados aqui analisados, foi caracterizada pela apreensão, nos espaços voltados ao público GLBT e nas ocasiões de sociabilidade em geral, das práticas que envolviam a constituição da parceria homoerótica feminina. Apesar de não estar disposta a estabelecer nenhum tipo de parceria sexual e afetiva, e explicitar isso às mulheres, fiz parte dos jogos de sedução e de conquista, como qualquer outra mulher que estivesse nesses espaços, ou seja, como uma parceira potencial. A respeito da especificidade da participação na pesquisa antropológica, Geertz (1997) refere que jamais poderemos “virar nativo”, ou seja, experimentar os acontecimentos da mesma forma que eles. Sua proposta de “captar o ponto de vista dos nativos”, a partir da interpretação, passa pela perspectiva de entender porque eles pensam o que pensam e como o fazem. Assim, somos capazes apenas de produzir interpretações das interpretações dos outros sobre as suas experiências.

No que tange à relação com o grupo estudado, a despeito de ter explicado que se trata de uma pesquisa e de as mulheres se mostrarem dispostas a participar, elas julgavam que minha real intenção era me *descobrir no meio homossexual*. Assim, não foram poucas as vezes em que elas me definiram como *enrustida*. Apesar de discordar dessa explicação, julgo importante atentar para o que essas diferenças podem revelar no que concerne à minha orientação em campo. Desse modo, as explicações das participantes da pesquisa ao meu respeito ilustram as diferentes formas através das quais elas dão sentido às suas experiências sexuais e afetivas, dentre as quais está a possibilidade de *ser uma homossexual assumida* ou *enrustida*.

Nesse sentido, Geertz propõe que as diferenças de julgamento e de ponto de vista entre o pesquisador e o grupo pesquisado não devem ser encaradas como empecilhos para a pesquisa. Assim Geertz (2001, p.46) defende que

O compromisso profissional de encarar os assuntos humanos de forma analítica não se opõe ao compromisso pessoal de encará-los sob uma perspectiva moral específica. (...) O distanciamento provém não do desinteresse, mas de um tipo de interesse flexível o bastante para enfrentar uma enorme tensão entre a reação moral e a observação científica, uma tensão que só faz aumentar à medida que a percepção moral se aprofunda e a compreensão científica avança.

A meu ver, a perspectiva apontada pelo autor, além de assinalar a diferenciação entre as concepções do pesquisador e as do grupo estudado, introduz a reflexão acerca de uma ética de pesquisa, na qual sejam levadas em consideração as conseqüências sociais em relação à forma através da qual os resultados obtidos são apropriados na prática política. Desse modo, a avaliação das implicações morais do estudo científico deve começar pela análise da pesquisa científica como uma modalidade de experiência moral.

Qualificando a pesquisa científica como experiência moral, Geertz (2001) chama atenção para a responsabilidade do pesquisador também em relação aos conceitos utilizados para análise. A esse propósito, explícito o uso da expressão homossexualidade de forma apenas descritiva, a fim de me referir à temática mais geral do trabalho. Portanto, ao longo do texto, quando me refiro ao termo homossexualidade, o faço apenas com o objetivo de situar o campo mais amplo de produção de conhecimento dentro do qual esta dissertação se insere. Distintamente, para fazer referência ao meu objeto de estudo, recortado a partir de uma determinada perspectiva teórica, utilizo-me da expressão relações homoeróticas entre mulheres.

Essa expressão permite contemplar as mulheres que fazem sexo com outras mulheres independente da sua definição identitária.

Aproprio-me dessa expressão a partir da elaboração de Costa (1992), que defende a substituição do termo homossexualidade por homoerotismo, a partir de três razões: i) “razão teórica”: o termo homoerotismo permite a descrição de pluralidade das práticas e desejos que não está comprometida com a pressuposição da existência de uma essência que seja o denominador comum de todos pelas suas inclinações sexuais. Além disso, ao referir-se a uma relação, o termo não permite a configuração de uma forma substantiva que indique identidade, como no caso da homossexualidade que dá origem ao termo homossexual; ii) “histórica”: o comprometimento da palavra homossexual com o contexto médico legal, psiquiátrico, sexológico e higienista no qual ela surgiu. Nesse sentido, o autor avalia que a própria dicotomia “homossexual” e “heterossexual” que nos parece auto-evidente é um elemento da crença a partir da qual se sublinha determinadas características sexuais nos sujeitos a fim de distingui-los; iii) “política”: como forma de repúdio à discriminação que recai sobre determinadas práticas sexuais. Segundo esse autor, criticar uma crença discriminatória implica a crítica ao vocabulário que permite sua enunciação e que a torna mais razoável aos olhos dos crentes.

Entendo que a “razão teórica” explicitada seria por si só suficiente para justificar a opção pelo uso do termo homoerotismo. No âmbito desse trabalho, ela possibilita uma ampliação do escopo da análise porque está centrada nas relações e práticas eróticas dos indivíduos e não nos indivíduos em si. A “razão histórica” apresentada é também de fundamental importância porque, além de permitir uma desvinculação dessas práticas do contexto discursivo no qual o termo foi cunhado, chama a atenção para a possibilidade de historicização e desconstrução dessa categoria. Nesse sentido, Bensa (1998), procurando traçar algumas aproximações entre a antropologia e a micro-história, afirma que uma das principais contribuições da segunda para a primeira seria exatamente a ênfase na historicização dos conceitos utilizados pela antropologia³.

A adesão à terceira razão apontada por Costa merece um pouco mais de atenção em termos do que se entende pela influência de elementos políticos na

³ As relações entre a história e a antropologia são bastante complexas e foge ao âmbito dessa dissertação descrevê-las. Faço referência a esse autor apenas porque sua perspectiva de desenvolvimento de uma antropologia do cotidiano afina-se com a proposta desta dissertação.

pesquisa científica. A esse propósito, resgato a argumentação de Weber acerca da objetividade do conhecimento nas ciências sociais e, em consequência da reflexão acerca de uma ética de pesquisa. De acordo com Weber (1999, p.87),

Não existe qualquer análise científica puramente “objetiva” da vida cultural (...) que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças as quais essas manifestações possam ser explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa⁴.

Neste trecho, o autor assume a influência de elementos subjetivos e políticos (parciais) tanto na escolha do objeto de estudo, quanto na seleção dos dados a serem analisados. Não podendo isentar-se dessas motivações, Weber aconselha que estas devam ser explicitadas e colocadas sob uma rigorosa vigilância a fim de mapear e evitar maiores influências dessa parcialidade. Isso implica, do ponto de vista ético, uma reflexão acerca dessas motivações a fim de que se possa estabelecer um determinado controle acerca delas.

Em virtude do exposto, explicito minha vinculação subjetiva ao objeto de estudo, principalmente no que se refere ao compartilhamento do interesse político acerca da implementação dos direitos pela livre orientação e expressão sexual. Nesse sentido, mesmo partindo de um estudo particular que privilegia o exercício da sexualidade entre mulheres, a discussão do presente trabalho está relacionada a uma motivação política de defesa da mulher enquanto sujeito sexual e de desejo. Isso, porém, não implica que o trabalho em si possua uma vinculação ou um compromisso com a intervenção e as propostas que compõem a agenda dos referidos movimentos. Pelo contrário, como propõe Bourdieu (1997), a consciência de uma vinculação subjetiva e das possibilidades de utilização do conhecimento produzido coloca o pesquisadora diante da necessidade de um exercício de constante vigilância epistemológica.

⁴ As marcações em itálico e aspas são de responsabilidade do autor.

1.2 Possibilidades polimorfos

A homossexualidade feminina é uma temática pouco explorada nas ciências sociais e, mesmo entre os estudos de sexualidade, observa-se uma produção inexpressiva se comparada à quantidade de trabalhos científicos sobre homossexualidade masculina e heterossexualidade. Por esta razão, pode-se vincular a esta temática um duplo caráter de minoria: por um lado, porque o empenho na produção do conhecimento nesta área tem sido em grande medida desprestigiado e, por outro lado, por tratar-se de um trabalho acerca de uma minoria sexual⁵.

Disso decorre que, ao me dedicar ao estudo dessa temática, deparo-me com a dificuldade de utilizar dados de fontes diferenciadas. Além dos dados coletados através de observação participante e entrevistas, utilizo como fonte de informações, trabalhos históricos acerca da produção do conhecimento sobre homossexualidade, particularmente sobre a feminina, e também de ensaios de caráter político produzidos no âmbito dos movimentos gay e lésbico e do feminismo. Como interlocutores privilegiados, destaco os trabalhos de caráter acadêmico sobre homossexualidade feminina, realizados no Brasil, no âmbito das ciências sociais e humanas, dos quais pude identificar seis que foram desenvolvidos em contextos empíricos como Porto Alegre (AQUINO, 1992), Rio de Janeiro (MUNIZ, 1992 e HEILBORN, 1992), São Paulo (FACCHINI, 2004), Belo Horizonte (CARVALHO, 1995)⁶ e Florianópolis (PEIRUCCHI, 2002). Apresento as especificidades de cada um desses trabalhos, bem como alguns outros estudos no âmbito internacional, à medida que dialogam com as questões propostas no decorrer da dissertação.

Utilizo como referência teórica, a elaboração de Foucault (1979) acerca da sexualidade, a qual é pensada como um dispositivo de construção de subjetividade que age através da produção de práticas discursivas e não discursivas acerca do corpo e dos seus prazeres. O eixo central da discussão de Foucault em “A vontade de saber”, originalmente publicada em 1976, é a incitação da produção de discursos sobre o sexo (sexualidade como forma de saber) e as suas relações com o poder

⁵ Estou utilizando a expressão minoria em sua acepção antropológica e sociológica, que implica a consideração de subgrupos, dentro de uma sociedade que não participam em igualdade de condições da vida social.

⁶ Sobre a dissertação de Carvalho (1995), apresentada ao PPGAS da Unicamp, intitulado “Caminhos do Desejo: Uma abordagem antropológica das relações homoeróticas femininas em Belo Horizonte” só faço referência através da leitura de Heilborn (1996) porque o trabalho não estava disponível na Biblioteca nem no Programa de Pós-graduação ao qual foi apresentado.

disciplinar⁷. O autor estabelece uma crítica à hipótese repressiva, a qual era consenso entre os pensadores das décadas de setenta e oitenta, como Reich e Marcuse. Estes autores eram os principais defensores da teoria da repressão sexual e entendiam que, apenas a partir da liberação do sexo (reprimido pelos aparelhos econômicos), seria possível restituir o “gozo livre de nós próprios” frente ao poder (apud PAIVA, 2000). É nesse sentido, que Paiva (2000) assinala que Foucault denuncia (a despeito de reconhecer os méritos de Reich e Marcuse) todo esse esforço discursivo da luta pela liberação sexual como parte do próprio dispositivo de sexualidade.

O dispositivo de sexualidade é pensado por Foucault a partir da especificidade da produção de verdade acerca do sexo no ocidente. Segundo o autor, ao contrário das sociedades orientais, as quais desenvolveram uma *ars erótica*, na qual a produção de verdade sobre o sexo deriva do próprio prazer (que é encarado como prática e experiência), a sociedade ocidental empenhou-se na produção de uma *scientia sexualis*⁸. É sobre a história da produção de um saber, a partir de um poder de fazer falar sobre o sexo que o autor se dedica. Nesse contexto, a confissão, desenvolvida a partir da Idade Média pelo cristianismo, torna-se a matriz geral que rege até os dias atuais a produção da verdade sobre o sexo. Nas palavras de Foucault (1979, p. 59),

A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se - ou se é forçado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo.

⁷ Em “Vigiar e Punir” o autor apresenta uma argumentação mais detalhada do poder disciplinar, o qual, segundo sua descrição, se inscreve nos corpos através da normatização dos comportamentos (FOUCAULT, 2002).

⁸ A respeito dessa oposição entre *ars erótica* e *scientia sexualis*, o autor chama atenção para o fato de que a primeira não teria sumido completamente da sociedade ocidental, nem mesmo esteve ausente do processo de produção da ciência sexual, ela estaria presente de certa forma na confissão. Ver Foucault (1979).

A partir da confissão, foi elaborada uma espécie de arquivo no qual eram registrados progressivamente todos os prazeres do sexo. É através dessa *scientia sexualis* que se desencadeia o processo de racionalização e conseqüente sutilização do controle social sobre os indivíduos, que anteriormente estava sob responsabilidade do dispositivo da aliança⁹ (FOUCAULT, 1979).

Ao resgatar a história da sexualidade, Foucault nos lembra que antes da cunhagem do termo sexualidade, já havia estudos sobre desejos, comportamentos e práticas sexuais. Mas é no contexto do século XX que a sexualidade passa a ter uma soberania sobre as demais esferas da vida, assumindo um papel privilegiado do discurso de verdade sobre o eu. Esse autor nos mostra como, agindo sob a lógica do desejo, o sexo não foi entendido como um instinto em oposição à razão, mas como pertencente a esta, de forma que o sexo passou a ser inscrito no corpo, na alma, na individualidade, na história.

É importante destacar que na época em que Foucault publicou o primeiro volume de “A história da sexualidade”, já proliferava a discussão acerca dos aspectos sociais e históricos relacionados à sexualidade. Entre os trabalhos dos então estudos sobre a mulher, anteriores às décadas de setenta, destaco os realizados a partir do livro de Simone de Beauvoir, intitulado “O Segundo Sexo”, publicado originalmente em 1949 (apud ROSALDO; LAMPHERE, 1979, p.16)¹⁰.

Na antropologia social, já encontramos trabalhos que propõem uma abordagem sociológica da sexualidade desde o início do século XX. Entre os teóricos clássicos, sob o ângulo do relativismo cultural, temos a contribuição de Malinowski (1973 e 1982) que insiste na necessidade da relativização dos padrões morais que envolvem as questões de sexualidade¹¹. Também Mead (2000) demonstra que o temperamento dos indivíduos não é definido necessariamente pelo sexo¹². Além

⁹ Ao descrever a passagem de um dispositivo a outro, o autor não postula a substituição total de uma forma de controle por outra, de forma que não ocorre um desaparecimento do dispositivo de aliança. Ele continua servindo de suporte para o dispositivo de sexualidade. Segundo o autor, a família é o elemento que fixa os dois dispositivos e isso explica porque ela se tornou o lugar obrigatório dos afetos (FOUCAULT, 1979:103).

¹⁰ A esse respeito, ver os demais trabalhos organizados por Rosaldo, M e Lamphere, L. (1979).

¹¹ A análise da sexualidade, expressa em seus principais trabalhos: “A vida sexual dos Selvagens” publicado originalmente em 1921 e “Sexo e Repressão na sociedade Selvagem” publicado em 1927 é marcada por uma dupla referência: impulsos biológicos e regulação social, sintetizada na idéia de “plasticidade dos instintos”. (MALINOWSKI, 1982 e 1973)

¹² O trabalho de Mead é originalmente publicado por volta de 1950. A autora estuda o temperamento de três tribos, dentre as quais duas apresentaram comportamentos idênticos entre homens e mulheres, e a terceira apresentou uma distinção entre o comportamento de homens e mulheres que invertia a relação que em nossa cultura é considerada normal. Enquanto homens e mulheres Arapech eram

disso, Mauss (1974), em seu trabalho clássico sobre as técnicas corporais, defende que as técnicas sexuais são as que se relacionam de forma mais estreita com a moral. O que pretendo assinalar, ao chamar atenção para essas discussões, é que a produção de Foucault teve uma importante repercussão sobre os estudos de sexualidade e também de gênero porque suas elaborações reverberaram discussões que já proliferavam no campo científico.

Partindo do referencial de Foucault para pensar a sexualidade e da abordagem antropológica da temática da homossexualidade feminina, apresentam-se várias possibilidades de estudo. Descrevo algumas a propósito de contextualizar a construção do objeto de investigação. A partir de uma perspectiva de comparação transcultural, poderia pensar sobre as diferenças e recorrências dos significados atribuídos às relações entre pessoas do mesmo sexo em grupos étnicos e culturais distintos. Como exemplo, destaco os estudos sobre as *berdaches* norte-americanas de Blackwood (1984) e Whitehead (1981); sobre as *sisterhoods* chinesas de Topley (1975), bem como os *woman to woman marriage* na África, entre os quais se destacam Amadiume, (1987); Hersckovits (1932); Krige. (1974); Oboler (1980); O' Brien (1977).

As *berdaches* são homens e mulheres, nativos de tribos indígenas norte-americanas que adotam a ocupação, o comportamento e o status marital do sexo oposto. No caso das mulheres, elas são institucionalmente reconhecidas como pertencentes ao gênero masculino e sua relação com outras mulheres é reconhecida como heterossexual. Da mesma forma, entre as *sisterhoods* chinesas e os *woman to woman marriages*, as uniões entre mulheres não são consideradas patológicas nem socialmente estigmatizadas em virtude da polarização de gênero (WIERINGA, 1989).

Um outro exemplo, em relação a esse tipo de recorrência transcultural são os estudos sobre as configurações *bucth/femme*. Estas, segundo Wieringa (1989), condensariam as continuidades encontradas nos dados antropológicos acerca das uniões homossexuais entre mulheres. Estas se caracterizariam pela divisão polarizada dos parceiros, tanto em termos de comportamento, vestuário, divisão do trabalho e também em termos sexuais e eróticos. Tal regularidade, observada também nas sociedades complexas, tencionou as relações dentro do movimento

dóceis, na tribo Mundugmor ambos os sexos possuíam características extremamente violentas e agressivas. Entre os Tchambuli, por sua vez, os homens possuíam características mais dóceis, enquanto as mulheres eram agressivas e violentas (MEAD, 2000).

feminista em relação à incorporação das reivindicações das mulheres que se relacionavam sexual e afetivamente com outras mulheres à agenda política (SWAIN, 1999). A principal acusação do movimento feminista é que tal configuração reproduzia o padrão heterossexual de relacionamento e, dessa forma também a opressão sobre as mulheres¹³.

Um dos trabalhos mais expressivos acerca dessa configuração é o de Kennedy e Davis (1993) que tem como objeto as diferenças entre as formas de viver o lesbianismo entre mulheres de camadas médias e populares¹⁴. O trabalho é centrado no contexto dos grupos trabalhadores urbanos, nos quais a configuração de relacionamento *bucth/femme* seria a própria condição do surgimento de comunidades de resistência à opressão sexual. Dessa forma, as autoras inspiram a discussão sobre as diferenças de estilos de vida em relação à homossexualidade feminina que conformam diferenças culturais dentro de uma mesma sociedade (KENEDY; DAVIS, 1993)¹⁵.

Acerca dessa referência, entre os estudos transculturais, considero fundamental atentar para uma problematização metodológica dos trabalhos antropológicos sobre as relações sexuais e afetivas entre mulheres, tal como é realizada por Wieringa (1989). Essa autora argumenta que, além dos dados serem extremamente escassos, os elementos captados para a análise, por etnógrafos e historiadores que são geralmente homens, ou então por mulheres heterossexuais e brancas, são extremamente parciais e parecem dizer pouco acerca das relações entre mulheres. Desse modo, parece fundamental perguntar se os aspectos analisados (padrão *bucth/femme*) são realmente recorrências trans-culturais ou apenas expressam um arranjo erótico mais percebido pelos pesquisadores porque adquire uma maior visibilidade social?

Frente a essas possibilidades polimorfas, relacionadas a forma como estou definindo a sexualidade e também as possibilidades de estudo da temática destacadas, que configuram um contexto no qual a construção do problema dessa

¹³ Maiores discussões sobre as relações do movimento feminista com a questão da homossexualidade feminina, bem como as tensões políticas com o movimento lésbico, ver Wieringa (1989); Swain (1999 e 2000); Laurétis (2003).

¹⁴ O trabalho é intitulado "Boots os Leather – Slippes of Gold – History of a lesbian community" o qual pode ser traduzido como Botas e Couro e Correntes de Ouro – História de uma comunidade lésbica.

¹⁵ Esse trabalho é considerado um dos clássicos da antropologia lésbica norte-americana. Ele dedica-se ao estudo da história de vida de mulheres que viveram em Buffalo a partir da década de 1930. As autoras propõem a existência de uma conexão entre o desenvolvimento de uma sociabilidade baseada nos bares e o surgimento de uma cultura lésbica. (KENEDY; DAVIS, 1993).

dissertação se torna inteligível, procedo à delimitação do problema de pesquisa que orienta esta dissertação.

1.3 Normatização

A construção de um objeto de pesquisa é sempre um esforço de normatização característico do campo acadêmico que se relaciona a nossa impossibilidade de analisar a realidade social em sua totalidade. Diante do campo de possibilidades que se apresenta a partir da abordagem e do referencial teórico apresentados, delimito como foco desta dissertação as práticas cotidianas, entre as quais destaco as de sociabilidade, de conquista de parceiras, de conjugalidade, de gerência da visibilidade e práticas sexuais; e os significados que derivam delas.

Em relação à delimitação teórica, privilegio a abordagem das parcerias sexuais-afetivas ao invés de um enfoque identitário, a partir do qual tomaria as mulheres por categorias classificatórias, tais como “homossexuais” ou “lésbicas”. Essa delimitação decorre da intenção de trazer à luz a diversidade de relacionamentos sexuais e afetivos que se encontram, geralmente, subsumidos na idéia de homossexualidade feminina. O termo parcerias refere-se a “formar par com”, no caso, mulheres que formam par com mulheres. Ela deve ser entendida, no contexto estudado, como uma forma de sociabilidade, dentre outras que podem ocorrer entre mulheres. Além disso, temos diferentes possibilidades de parceria entre mulheres, por isso delimito o interesse dessa pesquisa àquelas parcerias que envolvem alguma atividade sexual.

A partir desse recorte, além de contemplar aquelas mulheres que se identificam como homossexuais ou lésbicas, privilegio outras mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com mulheres, as quais não se enquadram nessas categorias. Durante o trabalho de campo me defrontei com uma multiplicidade de possibilidades, tais como: mulheres que se relacionam sexualmente com homens e mulheres; mulheres separadas com filhos que a uma certa altura da vida passam a se interessar por outras mulheres; mulheres que se consideram heterossexuais, mas que já tiveram relações sexuais e afetivas com outras mulheres; mulheres que mantêm relações grupais, das quais fazem parte o marido e outra mulher; mulheres que apenas sentem desejo por outras mulheres, *sonham*, mas que não estabelecem parcerias ou então mulheres que durante toda sua vida só tiveram relações com

mulheres. Provavelmente, no campo empírico encontraríamos ainda várias outras possibilidades de parceria. Referi a título de ilustração apenas aquelas sobre as quais coletei registros no trabalho de campo.

Delimito como foco de minha abordagem, a constituição da parceria homoerótica. Emprego o termo constituição porque ele permite pensar as práticas envolvidas no estabelecimento da parceria: as que envolvem a frequência a determinados espaços de sociabilidade; as que constituem como estratégias de conquista e sedução; e aquelas relacionadas à manutenção da parceria, as quais envolvem elementos de conjugalidade, práticas sexuais e administração da visibilidade das relações homoeróticas estabelecidas. Nesse sentido, um importante elemento, a partir do qual pude analisar essas práticas, é o tipo de parceria e de vínculo estabelecido entre as parceiras.

Em relação ao recorte de segmento sócio-econômico, que privilegia mulheres provenientes de camadas médias, vai-se ao encontro da perspectiva segundo a qual podemos identificar diferenças culturais entre as camadas populares, médias e altas da população. A discussão de classe social é uma das mais clássicas das ciências sociais, adquirindo fundamental importância a partir da sua elaboração marxista. Na antropologia que se volta para as sociedades complexas, as discussões acerca desse conceito procuram enfatizar, em contraposição a um determinismo econômico, elementos de distinção sócio-culturais. Não é minha intenção discorrer sobre as diferentes teorias que tratam dessa questão, mas sim traçar os elementos de distinção a partir dos quais as mulheres participantes da pesquisa podem ser pensadas enquanto pertencentes aos segmentos médios.

Vale ressaltar que a literatura sobre sexualidade na área das ciências sociais vem chamando atenção para as especificidades de classe social a ela associadas, inclusive em relação à vivência da homossexualidade¹⁶. A classificação das mulheres que participaram da pesquisa como pertencentes aos segmentos médios privilegiou a perspectiva de Bourdieu (1979), em sua pesquisa sobre os gostos em diferentes classes sociais na França. A argumentação desse autor defende que a classificação por faixas de renda é pouco esclarecedora em relação às distinções e fronteiras entre os diferentes grupos sociais e à apreensão de hábitos culturais distintos. Desse

¹⁶ Entre os trabalhos brasileiros, destaco Heilborn & Salem et al (2002); Leal (2003); Leal e Fachel (1999); Monteiro (1999) Perlongher (1987); e, especificamente em relação à vivência da homossexualidade, ver Pollack (1985); D'Emílio (1999).

modo, ele defende uma maior atenção à forma como os recursos econômicos são despendidos, dentro de uma perspectiva mais ampla de análise dos gostos e estilos de vida, característicos de cada segmento sócio-econômico. Essa argumentação permite que se leve em consideração a trajetória social dos sujeitos e as suas possibilidades de mobilidade social.

Ao privilegiar este recorte, estou trabalhando com a hipótese de que as práticas sociais relacionadas à constituição da parceria homoerótica feminina podem assumir significados diversos conforme o contexto sócio-econômico analisado. Distinção esta que se amplia à medida que é considerada a articulação de diferentes estilos de vida.

Em síntese, a delimitação do objeto desta pesquisa pode ser descrito como: as práticas e significados sociais envolvidos nas diferentes formas de constituição da parceria homoerótica feminina, de mulheres pertencentes aos segmentos médios da cidade de Porto Alegre.

1.4 Sexualidade: construindo corpos e prazeres

A partir de Foucault (1979) e outros autores como Pollak e Béjin (1977), além das discussões realizadas no âmbito dos movimentos feminista e gay/lésbico, começa a se configurar um campo de estudo sobre a sexualidade dentro das ciências sociais que parte da crítica à visão essencialista do tema produzida pela sexologia e propõe uma abordagem construtivista da sexualidade.

O período sexológico, de 1890 a 1980, segundo a descrição de Gagnon e Parker (1995), teria sido caracterizado pela utilização de métodos estatísticos e de entrevistas médicas, os quais tinham como focos de atenção os “neuróticos”, os “criminosos” e os “pervertidos”. Os autores resumem esse período de pesquisas com as seguintes características: a idéia do sexo como uma força natural que se opunha à cultura (civilização); as pesquisas estavam centradas no comportamento individual; acreditavam numa profunda diferenciação entre a sexualidade masculina e a feminina; as teorias da sexualidade se baseavam em modelos masculinos e de práticas heterossexuais; a justificativa para o compromisso da ciência com o estudo sobre sexualidade estava baseada na redução da ignorância sexual; por fim, essas

teorias acreditavam-se profundamente positivas e as suas “descobertas” se pretendiam transculturais e transhistóricas.

As teorias desse período sexológico podem ser descritas também como essencialistas, conforme Loyola (1998); Heilborn (1999); Vance (1995); Weeks (2001). Em termos teóricos, é importante retomar a discussão sobre a teoria essencialista, que inscreve a sexualidade numa espécie de natureza humana. O conceito essencialista pensa a sexualidade, como resgata Weeks, revisando o trabalho de alguns sexólogos como Krafft Ebing, Havelock Ellis e Magnus Hirschfeld como uma *força avassaladora*, uma energia *vulcânica* que pressionaria constantemente o sujeito de consciência. Além disso, o sexo seria um elemento da nossa feitura corporal, determinante da nossa personalidade e identidade (apud WEEKS, 2001, p. 65).

Em oposição a essa abordagem surge uma conceituação de sexualidade como construção social. Vance (1985) relata que o estudo da sexualidade, a partir das teorias construtivistas, teria surgido entre os grupos marginais na antropologia, preocupado com a produção de um discurso mais cultural e menos essencialista sobre a sexualidade. Entre as peculiaridades das teorias construtivistas, destaco a influência que o movimento feminista e movimento gay/lésbico exerceram sobre a elaboração desse novo *corpus* de conhecimento acerca da temática.

Nesse sentido, Heilborn (1992), partindo da discussão sobre o individualismo moderno proposta por Dumont (1985), analisa a relação entre os ideais do movimento feminista, principalmente a partir do que a autora chama de ressurgimento do feminismo na década de sessenta, e do advento, na sociedade ocidental moderna, do individualismo como valor. Isso aparece de forma mais evidente no momento em que a autora resgata a solidariedade do referido movimento, ao defender a igualdade de direitos que fundamenta a crítica da exclusão feminina das áreas de decisão da sociedade. Além disso, a autora ressalta que as convicções individualistas estão também arraigadas às próprias ciências dedicadas ao social.

Ao me referir às teorias construtivistas, não estou considerando que estas representam um bloco teórico homogêneo. Em um recente trabalho, Heilborn e Brandão (1999) argumentam que o construtivismo social comporta pelo menos dois modelos teóricos.¹⁷ O primeiro seria o modelo da influência cultural que, segundo as

¹⁷ Argumentação semelhante é desenvolvida em Loyola (1998).

autoras, parte de uma premissa de partilha entre corpo e razão, na qual o corpo permanece como substrato ao qual a cultura se superpõe, alterando ou modelando comportamentos, experiências e significações da experiência sexual. Esse modelo aceitaria uma relativa determinação do impulso ou pulsão sexual. Um outro modelo construtivista, considerado mais *hard* ou radical, supõe que o domínio do sexual, ou das sensações do corpo, é resultado de construções culturais. Segundo essa perspectiva, não haveria nenhum substrato universal sobre o qual a cultura deveria operar. Uma das principais teóricas que defende esse segundo modelo é Vance. A principal crítica da autora ao “modelo da influência cultural” é que este pressupõe que os atos sexuais possuem uma estabilidade e universalidade em termos de identidade e significado subjetivo, e, portanto seriam altamente etnocêntricos. Nesse sentido, ela se coloca ao lado de uma teoria da construção social e cultural da sexualidade, segundo a qual o status natural e biológico do exercício da sexualidade deve ser questionado. Essa perspectiva considera que o próprio desejo sexual é construído pela cultura e pela história, de forma a adquirir significados próprios, ou seja, não há assim uma determinação da ‘pulsão sexual’. Essa teoria construtivista da sexualidade tem como objetivo, segundo Vance (1995, p. 23)

examinar seus significados subjetivos, a esfera do comportamento e da ideologia, além de analisar o corpo, suas funções e sensações como potenciais (e limites) incorporados e mediados pela cultura. Nessa abordagem, a força universal imperiosa do impulso sexual, a importância da sexualidade na vida humana, o status universalmente privado do comportamento sexual ou sua natureza essencialmente reprodutiva são apresentados como hipóteses e como pressupostos a priori.

Dessa forma, levando em conta a discussão apresentada, as teorias construtivistas adquirem fundamental relevância, uma vez que defendem a impossibilidade de construção de uma definição mais acabada do que seja o sexual. Assim, propõem que a sexualidade não pode ser pensada de forma fixa, já que os conteúdos a ela atribuídos e os significados que ela apresenta podem variar ao longo da história, de uma sociedade para outra, em diferentes grupos dentro de uma mesma sociedade e ao longo da vida dos indivíduos. Nessa perspectiva, para fazer pesquisa empírica sobre sexualidade, é preciso levar em conta a trajetória sexual dos indivíduos, bem como o contexto em que elas se realizam (LOYOLA, 1999, p.14). Dessa forma, não há uma explicação ou significado permanente através do qual se

puдesse pensar o sexual ou a sexualidade e sim, diferentes maneiras de conceber o que seja sexual, de acordo com elementos hist3ricos, culturais e tamb3m pessoais.

Essa perspectiva vai ao encontro da teoria dos “*sexual scripts*”, desenvolvida por Simon e Gagnon (1999) que enfatiza a an3lise dos aspectos culturais, interpessoais e tamb3m mentais da sexualidade. Essa teoria surge, conforme Terto Jr. (1999), no contexto de discuss3es do interacionismo simb3lico. Uma caracter3stica central 3 a interdisciplinariedade e o di3logo entre academia e movimentos sociais, neste caso, o movimento feminista e o movimento gay/l3sbico (GAGNON; PARKER, 1995, p.09). Visando um enfoque dos fen3menos sexuais que aglutinasse as preocupa3es com os processos s3cio-hist3ricos e com as experi3ncias de vida individuais, esses autores formulam o conceito de “*sexual scripts*”, o qual 3 composto por tr3s n3veis de an3lise, denominados pelos autores de cen3rios culturais, *scripts* interpessoais e *scripts* intra-ps3quicos (SIMON; GAGNON,1999).

A op3o3o por esse tipo de enfoque 3 depreendida da proposi3o3o que fundamenta o que Gagnon e Parker (1995) descrevem como deslocamento do estudo do indiv3duo sexual para a sexualidade entre os indiv3duos. Um tal deslocamento implica a necessidade de complexifica3o3o das rela3es entre “desejos sexuais”, “pr3ticas sexuais”, “configura3o3o do g3nero” e de “identidades sexuais”. Dessa forma, o compartilhamento de determinadas pr3ticas ou desejos sexuais n3o implica, necessariamente, a conforma3o3o de identidades homossexuais nem uma configura3o3o fixa do g3nero.

Apesar de considerar as teorias elaboradas a partir da concep3o3o da constru3o3o social da sexualidade como instrumento te3rico principal atrav3s do qual abordo a tem3tica da homossexualidade feminina, entendo que n3o seria conveniente dialogar com essas teorias sem a devida problematiza3o3o. Mesmo tendo apresentado o contraponto das teorias conhecidas como essencialistas, gostaria de incorporar 3 discuss3o algumas cr3ticas 3s teorias construtivistas, especialmente no que tange aos estudos de homossexualidade.

Uma primeira cr3tica refere-se 3s discuss3es entre essencialismo e construtivismo, diz respeito 3 homogeneiza3o3o, por parte dos trabalhos sobre homossexualidade apoiados nas teorias construtivistas, das cr3ticas ao essencialismo. Diante disso, Wieringa (1989) ressalta que uma das principais dificuldades das teorias construtivistas seria definir o tipo de essencialismo est3 sendo atacado na argumenta3o3o construtivista. Ainda no que tange aos estudos

sobre homossexualidade, outro elemento relevante, levantado pela referida autora é que o construtivismo não privilegia as continuidades trans-históricas, da mesma forma que também não contempla a dimensão dos desejos individuais.

Outra crítica, levantada por Vance e Address (1989), vem do interior da teoria construtivista, de uma perspectiva mais radical e aponta que as teorias construtivistas têm se voltado para os elementos exclusivamente históricos e culturais, deixando de lado a dimensão da corporalidade na vivência sexual. Dessa forma, ao privilegiar exclusivamente a dimensão simbólica e o estudo das identidades, a sexualidade parece tomar uma forma exclusivamente ficcional. Nesse sentido, a autora defende a necessidade de reconciliar a teoria construtivista com a experiência da corporalidade sem voltar ao essencialismo e determinismo biológico.

Em virtude do que foi apresentado, este trabalho assume como orientação teórica a perspectiva construtivista de análise dos fenômenos relacionados à sexualidade. No que tange ao problema de pesquisa, essa opção implica problematizar a definição de homossexualidade que se baseia exclusivamente na identificação anatômica dos parceiros e a explicação do desejo e da potencialidade erótica em termos de diferenças substanciais. De qualquer modo, o trabalho incorpora e objetiva alimentar o tenso debate entre as diferentes tendências no interior da perspectiva construtivista e também em relação ao essencialismo.

1.5 Perversão, patologia ou orientação sexual: a construção da homossexualidade.

Não há consenso em relação à origem do termo homossexualidade, na literatura acerca da temática, bem como, também é pouco exata a definição do sentido primeiramente atribuído a ele. As referências, de forma geral, apontam para uma elaboração de caráter médico, no contexto dos estudos sexológicos, que teria ocorrido na segunda metade do século XIX.

Entre os historiadores que se ocupam da sexologia, destaco o trabalho de Robinson, o qual desenvolve uma argumentação acerca do processo de “modernização do sexo”. Esse trabalho refere que o termo homossexualismo teria aparecido pela primeira vez nos escritos de Richard von Krafft-Ebing, sendo conceituado como “inversão sexual”, a qual poderia ser congênita ou adquirida. Por mais que os trabalhos de Krafft-Ebing ainda se baseassem na premissa da

degenerescência, este autor procurava dar-lhe um “sentido neutro evolucionário de rebeldia da espécie” (apud ROBINSON, 1977, p.17)¹⁸.

Já Fry e MacRae apontam que entre os primeiros médicos a se preocuparem com as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, destacam-se o húngaro Karoly Maria Benkert que teria utilizado pela primeira vez o termo homossexual, no ano de 1869. Uma outra designação, a qual seria posteriormente utilizada como sinônimo do primeiro termo, é a de “uranista”, cunhada pelo alemão Karl Heinrich Ulrichs em seus trabalhos que se estenderam da década de 1860 à 1890. Nesse caso, o sentido do termo associa a não correspondência entre os órgãos genitais e o cérebro. Esse autor desenvolveu também uma complexa classificação acerca dos “tipos de homossexuais” que eram: “*mannling*”, totalmente masculino em aparência e personalidade; “*weibling*”, caracteristicamente efeminado; e o “*zwischen-urning*” que consistia em uma espécie de meio-termo. Para Fry e MacRae (1983, p.63)¹⁹ os dois primeiros termos podem ser considerados equivalentes ao que o senso comum ainda hoje reconhece como homossexual “ativo” e “passivo”.

Apenas posteriormente, Krafft-Ebing, desenvolvendo a argumentação sobre “psicopatia sexualis” diferencia os “uranistas”, entre os quais a homossexualidade é uma patologia congênita (porque tais indivíduos sofrem de “manchas psicopáticas”, mostram sinais e “degenerescência anatômica”, sofrem de “histeria” e outros distúrbios psíquicos), daqueles que praticavam sexo com pessoas do mesmo sexo porque eram meramente “pervertidos” (apud FRY; MACRAE, 1983).

Dessas elaborações sobre a origem do termo homossexualidade, importa reter que o estatuto patológico, através do qual o homossexual era explicado como invertido sexual, e os desejos e práticas hoje relacionados à homossexualidade no período vitoriano eram considerados “degenerações morais” (Foucault, 1985, p.112). Nesse sentido, partindo do argumento de Robinson (1987) sobre o processo de modernização do sexo, entendo que o surgimento do termo homossexualidade faz parte desse processo de apropriação da normatização sexual pela sexologia, que,

¹⁸ O período sexológico, no contexto do qual se dá esse processo de modernização do sexo descrito por Robinson foi descrito anteriormente na discussão sobre o conceito de sexualidade. Dessa forma, não pretendo nesse projeto examinar a contribuição de cada um dos autores desse período.

¹⁹ Sobre a discussão acerca hierarquia atividade e passividade sexual, ver texto de Fry, intitulado “Da Hierarquia à Igualdade: construção histórica da homossexualidade no Brasil” (1984).

segundo o autor, tem a finalidade principal de se contrapor ao critério de classificação exclusivamente moral, característico do período vitoriano²⁰.

Posteriormente, no início do século XX, Havelock Ellis, procura se afastar do sentido de degenerescência que envolvia a conceituação de homossexualidade como doença, ao descrever a homossexualidade como uma “anormalidade ou anomalia”, não no sentido de um defeito e sim de um talento especial. É fundamental destacar a noção de *continuum* do comportamento sexual, desenvolvida por Ellis, através da qual buscava tornar a homossexualidade uma questão de grau de características recessivas do sexo oposto (apud ROBINSON, 1987).

Num sentido um pouco distinto, dedicado a ressaltar o caráter histórico da noção de heterossexualidade, Katz (1996) nos mostra como a própria categoria homossexualidade só passou a ter o sentido de inversão sexual à medida que foi contraposta à categoria heterossexualidade entendida como norma sexual. De acordo com o autor, a palavra heterossexualidade foi utilizada pela primeira vez por James G. Kiernan em 1892 com o mesmo estatuto de homossexualidade. Ambas estavam relacionadas ao exercício da sexualidade não reprodutiva e por isso eram consideradas perversões sexuais. De acordo com o argumento de Katz (1996, p.25),

a heterossexualidade não é análoga ao ato sexual reprodutivo dos sexos; não é o mesmo que as diferenças sexuais; não é igual ao erotismo de homens e mulheres. Eu argumento que a heterossexualidade significa um arranjo histórico particular dos sexos e seus prazeres.

Dessa forma a oposição entre homossexualidade e heterossexualidade e a instituição da segunda como norma sexual é construída historicamente durante o período sexológico. Essa construção estaria relacionada à suposta existência de uma diferença entre homens e mulheres em relação ao desejo erótico. Nesse sentido, as mulheres seriam menos heterossexuais do que os homens porque, por natureza, seu apetite sexual seria menos intenso. O próprio Krafft-Ebing sugeriu que, enquanto o homem ama sensualmente, a mulher o faz espiritualmente. (apud KATZ, 1996)

Em síntese, pode-se dizer que o conceito de homossexualidade do período

²⁰ O vitorianismo, na caracterização do autor, sustentava que a experiência sexual era uma ameaça à moral e um desperdício de energia vital. Importantes referências à “Era Vitoriana” são tratadas nos três volumes da História de Sexualidade de Foucault.

sexológico, definido pelas teorias essencialistas que inscreviam a homossexualidade no plano biológico, é caracterizado como um tipo de doença ou deficiência sexual. No entanto, Terto Jr. (1999) nos mostra que essa tendência da teoria essencialista a patologizar a homossexualidade trouxe também aspectos positivos, pois permitia que os homossexuais não fossem mais vistos como criminosos ou pecadores sujeitos a punição e repressão. Estas teorias foram fundamentais para a formação dos primeiros movimentos de libertação homossexual e de luta pelos direitos sexuais. Nesse sentido, foi elaborada uma teoria do terceiro sexo, segundo a qual os homossexuais teriam uma alma ou uma essência feminina que estaria encapsulada num corpo masculino. O mesmo fenômeno também acontece no caso das mulheres, pois conforme Terto Jr (1999, p.27),

Se a homossexualidade é inata, está na natureza e é resultado de instintos que o indivíduo não pode controlar e não haveria muito a fazer para evitá-la. Segundo a lógica do novo saber sexual, esses indivíduos poderiam e deveriam ser tratados cientificamente, e não mais no âmbito dos códigos e cânones penais.

O autor ainda descreve que apesar de serem utilizadas muito mais como estratégias políticas, a identidade dos homossexuais ainda é projetada por algumas correntes do movimento gay em termos essencialistas. Dessa forma, pode-se retomar o argumento de Stein (1992) segundo o qual a explicação essencialista dos fenômenos sexuais, que inscreve a sexualidade no plano biológico, é também uma forma de construção histórica e social. Trata-se da representação do biológico como instituidor da natureza humana, o qual ao naturalizar a classificação social homo x heterossexualidade, tem legitimado historicamente o saber biológico e médico como detentor do saber-poder acerca da verdade sobre a sexualidade humana. Assim, a explicação da “homossexualidade” como algo inato pode ser tanto uma forma através da qual se dá sentido às experiências pessoais como uma bandeira política através da qual se reivindica aceitação social. Portanto, o que perpassa essa conceituação, seja qual for a apropriação científica, política e/ou pessoal realizada, é o seu caráter de construção histórica e social.

A partir do trabalho de autores como Foucault e das discussões estabelecidas no movimento homossexual e feminista, passam a se desenvolver teorias menos essencialistas acerca da homossexualidade, as quais procuram resgatar o caráter histórico, social e culturalmente delimitado desse fenômeno. Uma

das primeiras elaborações construtivistas da “homossexualidade” foi realizada por MacIntosh, a qual tinha por objetivo separar práticas e comportamentos sexuais, através da noção de papel homossexual, desenvolvida a partir de pesquisas realizadas na Inglaterra. A intenção da autora era contrapor a noção de “condição homossexual” a de “papel homossexual”. Dessa forma, cada sociedade historicamente situada atribui um papel diferenciado à homossexualidade, o que não implicaria uma mesma definição por parte das diferentes culturas (MACINTOSH, 1992, p. 30-36).

Dentre os trabalhos brasileiros que destacam as diferenças históricas acerca do que se entende por homossexualidade, destaco o trabalho de Costa (1992). Entre os seus ensaios sobre o homoerotismo masculino, o autor destaca que a forma de pensar as práticas sexuais entre homens na Grécia antiga difere completamente do que entendemos modernamente por homossexualidade. Em termos teóricos, o autor propõe a substituição do termo homossexualidade ou homossexualismo por homoerotismo, como tática argumentativa para os estudos construtivistas. A noção de homoerotismo teria sido formulada na mesma época que os outros dois conceitos, pelo húngaro Sandor Ferenczi, o qual defendia que o termo homossexualidade era insuficiente para descrever a diversidade de experiências psíquicas dos sujeitos homoeroticamente inclinados. Em virtude das razões anteriormente apresentadas, Costa (1992, p.22) propõe que o termo homoerotismo seja utilizado no seguinte sentido:

Assim sendo, quando emprego a palavra *homoerotismo* refiro-me meramente à possibilidade que têm certos sujeitos de sentir diversos tipos de atração erótica ou de se relacionar fisicamente de diversas maneiras com outros do mesmo sexo biológico. Em outras palavras o homem homoeroticamente inclinado não é, como facilmente acreditamos, alguém que possui um traço ou um conjunto de traços psíquicos que determinariam a inevitável e necessária expressão da sexualidade homoerótica em quem quer que os possuísse. A particularidade do homoerotismo em nossa cultura não se deve à pretensa uniformidade psíquica da estrutura do desejo comum a todos os homossexuais; deve-se, sugiro, ao fato de ser uma experiência subjetiva moralmente desaprovada pelo ideal sexual da maioria.

Desse modo, o autor se esforça por distanciar o fenômeno das esferas de explicação da biologia e também da psicologia e aproximá-lo de explicações mais centradas em diferenças sociais.

No que se refere às diferenças culturais, Fry e MacRae chamam atenção

para algumas regularidades encontradas na comparação entre tribos indígenas brasileiras e norte-americanas. Segundo esses autores, entre os Guaiiqui paraguaios estudados por Clastres (1978) e entre os berdaches de diferentes tribos norte-americanas, pode-se evidenciar sistemas culturais que classificam as pessoas em termos da oposição masculino e feminino, de tal forma que, mesmo no que concerne à existência de práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo biológico essas são incorporadas à classificação de gênero (apud. FRY; MACRAE; 1983)

Sua intenção é demonstrar como, do ponto de vista dos “papéis sexuais” todas as relações nestas sociedades são, de fato “heterossexuais” porque o “masculino” do ponto de vista social tem sempre relações sociais com o “feminino”, independente do sexo biológico²¹. Os autores ponderam que, de certa forma esse quadro pode ser estendido para pensar numa divisão tradicional ou “popular” de papéis sexuais, na sociedade brasileira. Nesse sentido, a feminilidade é definida pelo papel “passivo” nas relações sexuais enquanto a masculinidade seria definida pelo papel “ativo” durante a prática sexual. Assim, no que tange às práticas entre pessoa do mesmo sexo biológico, teríamos a seguinte configuração: “homem” x “bicha”, bem como “sapatão” x “mulher” (FRY; MACRAE, 1983, p.46).

É apenas no contexto da discussão construtivista que faz sentido pensar na questão da homossexualidade em termos de orientação sexual. Ainda no que tange à discussão sobre o contexto brasileiro, Fry (1987) refere a possibilidade de uma organização da vida dos sujeitos, em torno da homossexualidade. Nesse sentido, o autor fala de um modo de vida gay que incorpora um padrão mais igualitário de relacionamentos, rejeitando a configuração hierárquica do “bofe” e da “bicha”.

No campo de discussão das teorias construtivistas, consideradas mais radicais, tem-se questionado a própria idéia que parece basilar tanto para as teorias essencialistas quanto para teorias construtivistas, qual seja, a homossexualidade como relacionamento entre pessoas do mesmo sexo.

Um exemplo interessante é reflexão de Costa (1996) que argumenta que sexo é um nome dado a diversas coisas que aprendemos a reconhecer como sexuais de diversas maneiras. Dessa forma, nada existe por trás das práticas sexuais que possa ser responsável pela sua homogeneidade a não ser as várias coisas, estados, efeitos físicos e mentais, que aprendemos a denominar por sexuais.

²¹ Argumentação semelhante é desenvolvida por Parker (1991).

O autor nos mostra que as características da palavra sexo, enquanto referente de uma identidade homossexual, que autorizam o uso da expressão pessoas do mesmo sexo e pessoas de sexos diferentes são duas: a primeira é que sexo ou a palavra sexual é algo separado das condutas dos sujeitos. Contra essa premissa o autor levanta o fator multicultural, reivindicação propriamente antropológica da concepção de que o que nós reconhecemos como sendo atos sexuais não depende de uma diferenciação entre sexo e práticas sexuais. Ou seja, o referente da homossexualidade varia conforme o contexto cultural. A segunda característica diz respeito à propriedade do sexo ser dividido em dois: o sexo do homem e o sexo da mulher. Esta oposição teria sido formulada no contexto da sociedade ocidental moderna, em que a compreensão do sexo como um ente separado em masculino e feminino é mais importante do que a sua manifestação em práticas sexuais. Assim, a própria diferenciação sexual teria sido construída pela nossa sociedade ocidental moderna (COSTA, 1996).

Um importante argumento levantado pelo autor, baseado em Laqueur, é exatamente a questão de que essa noção diferencial é datada do século XIX porque no século XVIII as concepções de mundo eram dominadas pelo neoplatonismo. Não se podia assim representar a sexualidade humana em termos de uma bipolaridade. Até o século XVIII a concepção científica dominante da sexualidade era o *one sex model*, que era concordante com o modelo metafísico ideal de corpo humano, em que o homem se aproximava mais da perfeição. A mulher era vista com um homem invertido e inferior ao qual faltava força ou intensidade de calor vital²² (LAQUEUR, 2001).

Costa (1996) continua a sua argumentação relatando que o surgimento do *two sex model* no final do século XVIII não se deve exclusivamente aos avanços científicos e às descobertas biológicas em relação ao corpo. Para o autor, a nova forma de interpretar o corpo, como “bi-sexualizado”, esteve relacionada também aos novos modos de representar as realidades sociais. Dessa forma, a “bi-sexualização” teria se dado esfera social e política e então representada corporalmente.

A crítica segundo a qual não há substancialmente uma base anatômica sobre a qual se possa sustentar uma identidade sexual é também realizada por Butler

²² Essa noção de calor vital é descrita por Laqueur (2001) como englobante do calor sexual. Para a formação deste, era necessária a concorrência do orgasmo de ambos os sexos, a qual formaria o fluido responsável pela reprodução.

(1993). Essa autora critica a própria idéia de que “homossexuais” ou “lésbicas” sejam pessoas do mesmo sexo ou que a “homossexualidade” seja o amor entre iguais. Seu argumento é o de que não podemos tomar a anatomia (por ela também ser uma construção acerca da realidade material do corpo) como um referencial estável para definir que as pessoas são do mesmo sexo ou de sexos diferentes, porque a própria anatomia só nos é acessível através de categorias lingüísticas que compõem um esquema imaginário. De acordo com a argumentação da autora, a própria materialidade do corpo é fruto desse esquema imaginário, ou seja, o corpo é, em si um elemento que mobiliza a ação social e o pensamento. (BUTLER, 1993, p. 224).

De maneira semelhante, Nicholson (1992) refere que considerar a natureza como uma construção social implica admitir uma orientação acerca da distinção natureza e cultura caracterizada pelo fundacionismo biológico. Em resumo a idéia de um fundacionismo biológico, está relacionada à permanência de uma base material considerada biológica e materialmente verificável sobre a qual a cultura construiria significados diversos.

Embora a autora se dedique à interpretação do gênero, a base material da identidade que explica a distinção entre masculino e feminino através da associação com os fatos da biologia pode ser usada também para entender a oposição entre heterossexualidade e homossexualidade. Embora sobre esta oposição a explicação biológica esteja menos consolidada, da mesma forma, esta associação da homossexualidade com os fatos da biologia colabora com a produção da crença na imutabilidade das diferenças sexuais.

A referência a essas formulações sobre homossexualidade, através das quais diferentes saberes têm produzido discursos para explicar e normatizar a diversidade sexual, evidencia um processo histórico de construção desse conceito que passa de uma perspectiva religiosa de explicação para uma científica, que inscreve a diferença de práticas sexuais na natureza humana. Também, no âmbito científico, são formuladas as teorias construtivistas acerca da homossexualidade que procuram enfatizar, principalmente em relação às diferenças de gênero e às diferentes formas de vivenciar historicamente tais práticas, o caráter social da homossexualidade.

Em todas as formulações, observamos a construção de uma oposição entre homossexualidade e heterossexualidade. Mesmo admitindo que, entre as teorias construtivistas relacionadas ao modelo da influência cultural, é possível relativizar a

fixidez dessa oposição, estas ainda se baseiam na diferença sexual para a definição do erotismo. Entre os efeitos da referência à diferença sexual, destaco sua potencialidade naturalizadora da compreensão da homossexualidade como relação entre pessoas do mesmo sexo.

Por fim, considero ainda a relevância das diversas construções da homossexualidade porque elas podem ser encontradas em diferentes combinações nas explicações elaborados no âmbito do senso comum e também no campo científico. Desse modo, elas compõem uma espécie de arcabouço referencial através do qual as participantes da pesquisa dão sentido às suas experiências.

2. EXPERIÊNCIAS ETNOGRÁFICAS: NOTAS SOBRE MÉTODO E CAMPO

Este capítulo tem por objetivo apresentar o percurso da pesquisa de campo e fundamentar as escolhas realizadas durante os dois anos nos quais ela foi desenvolvida. Isso se torna relevante para a objetivação da experiência etnográfica, pois fornece elementos para uma leitura crítica dos dados coletados e das interpretações aqui realizadas. Contemplo, além da caracterização das mulheres e das redes de relações que compõem o universo estudado, a descrição de algumas situações do trabalho de campo, sobre as quais reflito a partir da perspectiva do duplo caráter da experiência etnográfica, que implica a construção do outro e ao mesmo tempo de si mesmo. Nesse processo, procuro dar atenção especial ao que Augé (1999) caracterizou como o sentido dos outros, cuja acepção prevê a importância de se levar em conta o que os outros pensam sobre as suas relações (sobre as quais a pesquisadora se dedica), o modo como elaboram sentidos acerca das intenções que permeiam a relação entre a pesquisadora e o grupo pesquisado.

2.1 Entrando no campo

Descrevo, nesta seção, o processo de entrada no campo, chamando atenção para os elementos que orientaram a delimitação do universo de pesquisa e as estratégias adotadas na coleta de dados. Além de situar as possibilidades e limites que o recorte empírico oferece, exploro também a relação destas opções com desbobrimentos da reflexão sobre a temática. Ou seja, trata-se de mapear como determinadas orientações metodológicas e a interpretação de seus efeitos influenciam na escolha dos elementos enfocados na análise.

Num primeiro momento da pesquisa, me propus a realizar um estudo comparativo que privilegiasse as diferenças de contexto sócio-político, na vivência da orientação homossexual. A comparação de daria entre mulheres de Santa Maria (uma cidade mediana, caracteristicamente universitária) e mulheres de Porto Alegre (que além de ser a capital do estado e de possuir uma maior densidade populacional

e concentração urbana, também conta com uma organização política mais efetiva de grupos na defesa da livre orientação e expressão sexual).

A primeira incursão em campo, na cidade de Porto Alegre, ocorreu durante a Parada Livre realizada em junho de 2003. Pretendia acionar possíveis participantes da pesquisa através da técnica de bola de neve – “*snow ball*” – na qual uma pessoa indica ou convida outra, de sua rede de relações. Estabeleci contato, nessa oportunidade, com um grupo composto por quatro amigas que formavam dois casais. Apresentei-me a elas como pesquisadora da área de antropologia, interessada em escrever minha dissertação de mestrado sobre a temática da homossexualidade feminina²³. Desse modo, minha abordagem inicial consistiu na tentativa de aproximação com as mulheres a partir de discussão sobre a homossexualidade feminina que vinha sendo veiculada pelos meios de comunicação. Propus, então, a realização de uma entrevista em grupo que tinha como foco a forma como a mídia estava tratando a questão da homossexualidade feminina no contexto da novela das oito²⁴. Paralelamente realizei uma entrevista com o grupo que já havia contatado em Santa Maria, com a mesma proposta²⁵.

A intenção comparativa foi posteriormente abandonada em virtude da mudança de perspectiva em relação à construção do problema de pesquisa: de uma abordagem centrada na questão da identidade sexual passei ao estudo da constituição da parceria feminina. Desse modo, apenas as mulheres residentes em Porto Alegre foram contatadas. A partir daí, contatei mulheres inseridas em quatro redes de relações distintas e passei a organizar o trabalho de campo em torno dessas quatro redes. Decidi trabalhar com os dados coletados na interação com mulheres relacionadas a elas. Não se trata, porém, de uma reconstituição de toda a rede de relações nas quais as mulheres estavam inseridas e nem da realização de uma análise do funcionamento destas, mas sim de uma descrição que privilegia as

²³ Posteriormente convidei as mulheres contatadas na Parada Livre para participar da pesquisa, esclarecendo que isto implicaria o estabelecimento de contatos posteriores em espaços e situações que seriam previamente negociados, e também na realização de entrevistas. Além disso, expliquei-lhes que gostaria de contar com sua colaboração na indicação de outras mulheres, que fizessem parte de sua relações e que estivessem dispostas a participar da pesquisa.

²⁴ Tratava-se da novela “Mulheres Apaixonadas” do diretor Manuel Carlos que foi exibida entre maio e outubro de 2003. Ela trazia em sua trama a história de um casal de namoradas estudantes de Ensino Médio em um colégio de classe média alta, no Rio de Janeiro.

²⁵ Foram realizadas, nessa fase inicial da pesquisa, duas entrevistas em grupo com as mulheres contadas na Parada Livre e com o grupo contatado em Santa Maria, as quais resultaram na elaboração de um artigo intitulado “Etnografando percepções sobre a abordagem da homossexualidade feminina na novela das oito” publicado em: *CORPUS: cadernos do NUPACS*.

mulheres que compartilhavam o fato de estabelecerem relações sexuais e/ou afetivas com outras mulheres. Importa aqui caracterizar as pessoas com as quais interagi durante a observação participante e as entrevistas a fim de qualificar as situações etnográficas analisadas. Antes de proceder a essa descrição, teço alguns comentários acerca da estratégia etnográfica adotada para contatar as participantes da pesquisa.

A inserção em diferentes redes de relações configura-se numa importante estratégia de pesquisa para a abordagem dos segmentos médios. Ela está apoiada na literatura antropológica que se dedica ao estudo desses segmentos através do conceito de “social network”. Embora esse conceito tenha sua origem no trabalho de Radcliffe Brown (1973) com a preocupação em compreender como se articulam a totalidade das relações dentro de um sistema social, ele tem sido apropriado nos estudos sobre antropologia urbana para “descrever uma unidade sociológica que se diferencia de um grupo por não possuir demarcações nítidas nem objetivos explícitos” (HEILBORN, 1992, p.111)²⁶.

De acordo com Heiborn (1992), a adoção do conceito de “*network*” por parte dos estudos brasileiros sobre camadas médias consiste num esforço de sistematizar um conjunto de interações sociais que podem ser definidas através da noção de sociabilidade de Simmel. O que é relevante dessa noção é que ela chama atenção para interações entre os indivíduos, as quais não sofrem a coação de interesses ou objetivos externos, constituindo-se numa forma sociativa exclusivamente lúdica (SIMMEL, 1983).

Procurando caracterizar o emprego da noção de sociabilidade, Salem (1985) chama atenção para o potencial da sociabilidade de aglutinar uma série de relações que se diferenciam daquelas estabelecidas através do parentesco ou da proximidade geográfica. Desse modo, esse tipo de interação seria pautado por critérios de “escolha” e “afinidade” (SALEM, 1985, p.07). Entendo, dessa forma, que o fato de compartilhar de determinadas experiências sexuais e afetivas, consideradas como socialmente desviantes em relação às expectativas de coerência entre gênero e orientação erótica, constitui um importante elemento de afinidade que organiza as redes de relações entre as mulheres pesquisadas.

²⁶ Para um trabalho mais aprofundado acerca das redes sociais, ver o estudo clássico realizado por Elizabeth Bott, intitulado “Família e Rede Social”. Nesse trabalho, a autora chama atenção para a relação entre as características das redes de relações e a configuração conjugal (Bott, 1976).

No entanto, as redes pesquisadas não podem ser definidas exclusivamente a partir disso. Através do trabalho de campo pude identificar outros elementos que, associados com a orientação sexual, estabelecem afinidades entre os indivíduos. Um desses elementos, identificado em uma das redes de relações é o fato de muitas mulheres terem migrado de outras cidades do interior do estado para Porto Alegre. Na literatura sobre homossexualidade, o trabalho de Guimarães (1977) afirma que essas escolhas de deslocamento estão relacionadas ao objetivo de escapar do controle social dos grupos sociais dos quais são provenientes.²⁷ Além deste, observei ainda outros elementos de afinidade que caracterizam a formação das redes de relações pesquisadas, tais como a identidade profissional e o fato de terem filhos.

Com o objetivo de privilegiar a diversidade de relacionamentos homoeróticos entre mulheres, passei a freqüentar, acompanhada ou não das primeiras informantes, os espaços de sociabilidade GLBT. Dentre os lugares visitados, destacam-se aqueles localizados no bairro Cidade Baixa, quais sejam *Venezianos Pub Café*, localizado na rua Joaquim Nabuco; *Circuito Bar e restaurante*, na rua Lopo Gonçalves; *Da Lua Bar*, na rua Lima e Silva e bares como o *Garrafas*, *Pier 174* e *Porto Bier*, na rua da República. Além desses, destaco ainda o *Vitraux Club*, localizado na rua Conceição, no centro e o *Ocidente*, localizado na rua João Telles no bairro Bom Fim. Um outro espaço freqüentado durante a pesquisa exclusivamente voltado ao público homossexual feminino, foi o da *Festa Gaia Mix*²⁸, organizada mensalmente em um sítio no Bairro Cavalhada.

Minha intenção era observar e participar das dinâmicas sociais desses espaços, especialmente aqueles que envolvessem o estabelecimento de parcerias femininas. A escolha dos lugares seguiu a orientação de privilegiar os espaços vinculados ao público GLBT que fossem freqüentados por mulheres, principalmente as participantes da pesquisa. Dessa forma, aqueles bares e boates, voltados ao público GLBT nos quais a presença feminina apresentava-se inexpressiva foram deixados de lado. Enquanto espaços de sociabilidade e busca de parceria sexual e afetiva, os estabelecimentos referidos poderiam ser pensados como espaços,

²⁷ Essa característica também é evidenciada no trabalho de Aquino (1992), o qual era composto por mulheres que migraram de uma cidade de porte médio do interior do Rio Grande do Sul para Porto Alegre.

²⁸ A festa Gaia Mix é direcionada ao público homossexual feminino e organizada desde 2003. A periodicidade de seu acontecimento variou, de uma vez a cada dois meses para uma edição mensal, em 2004. Os eventos oscilaram entre o sucesso absoluto e total fracasso de público. Atualmente as organizadoras estão tentando remodelar a festa.

culturalmente delimitados, nos quais a diferença de orientação sexual é aceita e respeitada.

Com o decorrer do tempo, à medida que ia estabelecendo vínculos de confiança com as mulheres, passei a acompanhá-las a outros espaços que não possuíam uma vinculação GLBT, mas que eram percebidos como *lugares mais abertos*, quais sejam os bares *Yang* e o *Mediterrâneo*, a *Nova Olaria* na Cidade Baixa e a *Lancheria do Parque*, no bairro Bom Fim. Vale destacar, ainda a festa *Bagasexta*, e a feira *Mix Bazar*, organizado, como sendo lugares privilegiados de observação participante. Por fim, em várias situações, acompanhei as mulheres a espaços sem qualquer vinculação GLBT, percebidos por elas como *lugares heteros*, tais como bares, restaurantes, pizzarias e cafés. Além desses, freqüentei o local de trabalho de uma das entrevistadas.

A fim de facilitar a compreensão da localização geográfica dos espaços referidos apresento, na próxima página, três mapas da cidade de Porto Alegre, nos quais destaco os bairros nos quais se concentram os espaços vinculados ao público GLBT e também os espaços visitados durante o trabalho de campo.

O primeiro mapa²⁹ consiste na divisão por bairros da cidade de Porto Alegre e tem o objetivo de demonstrar a concentração dos estabelecimentos vinculados ao público GLBT, em torno dos bairros centro e Cidade Baixa. Especificamente, destaquei, além dos bairros referidos também o Bom Fim, Cristal e Independência, de acordo com a localização dos estabelecimentos divulgados no guia gay³⁰. Destaquei ainda o bairro Cavalhada no qual ocorre a festa *Gaia Mix*, a fim de evidenciar a sua dispersão em relação aos outros espaços. Os bairros são destacados no mapa através da demarcação de seus limites.

Acrescento ainda mais dois mapas com o detalhamento das ruas (logradouros) nas quais se localizam os espaços visitados durante o trabalho de campo, com exceção da festa *Gaia Mix*.

²⁹ Este mapa é de responsabilidade da secretaria de planejamento urbanos, sendo que a dispersão das cores que o compõe segue as regiões de planejamento, destacados na legenda. Este mapa foi selecionado em virtude da sua maior precisão em termos de escala para a visualização da localização dos bairros em Porto Alegre.

³⁰ Trata-se do guia gay organizado anualmente pelo NUANCES (Grupo pela livre expressão sexual), que é uma organização não governamental de atuação na área de defesa da diversidade sexual e da prevenção à aids. Atua também na organização da Parada Livre, evento privilegiado para a distribuição do guia gay.

Mapa nº 1

Localização dos Bairros em Porto Alegre



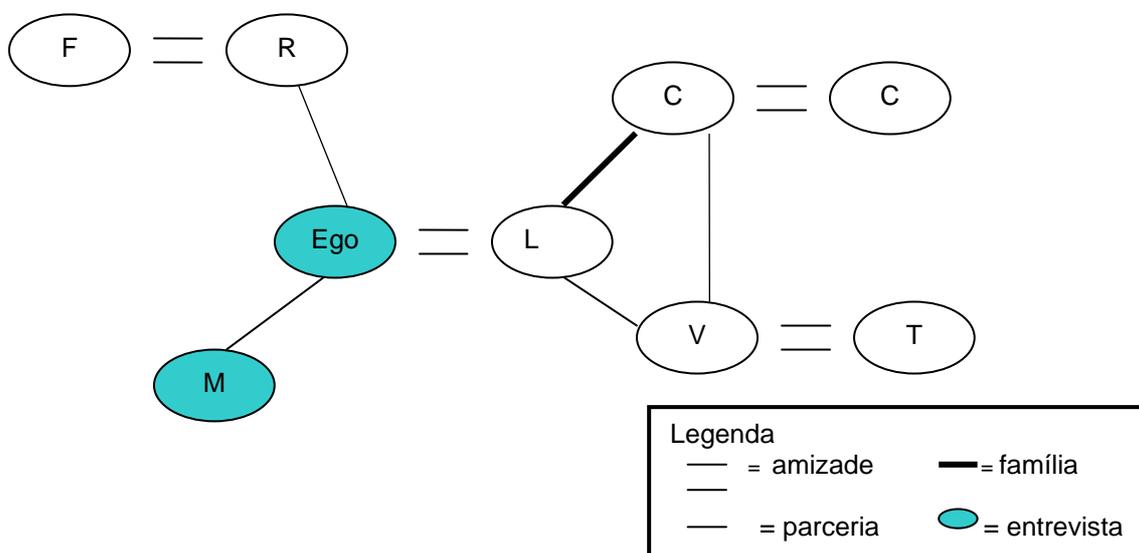
2.2 Sobre elas... mulheres e suas redes de relações

Nesta seção, dedico-me à descrição das redes de relações sociais envolvidas na pesquisa e aos critérios que nortearam a seleção das entrevistadas, bem como reflito sobre as condições de realização das entrevistas. Embora o trabalho tenha contemplado a interação com muitas outras pessoas, tais como amigos gays, familiares, amigos heterossexuais, privilegiei na descrição das redes, a pessoa ou casal de referência e também as outras mulheres de suas relações, envolvidas em relações homoeróticas, com as quais tive oportunidade de interagir.

Cada uma das redes foi construída a partir de um ego, a exemplo do que é proposto por Barnes (1987), que, neste caso, é uma informante chave. Diferencio as redes, no decorrer do texto, através das iniciais do nome de cada ego. Assinalo, também, os elementos de afinidade que constituem as redes, a forma através da qual ela foi contatada, os espaços nos quais se desenrolou o trabalho de campo junto a cada uma das redes, bem como as motivações de cada um dos grupos para participarem da pesquisa. Em relação a esse último aspecto, cabe observar que, de maneira geral, o fato de participar da pesquisa recebe um sentido de *fazer a sua parte* para a redução do preconceito contra a homossexualidade.

Além disso, descrevo, nesta seção, as mulheres entrevistadas, através da elaboração de um quadro que sintetiza elementos como idade, profissão, escolaridade, iniciação sexual, situação de parceria, existência de filhos, relações heterossexuais, auto-definição da orientação sexual e situação de moradia.

A primeira rede, que passo a chamar de '**rede A**' foi contatada durante a Parada Livre; é formada por Aline (ego) e sua parceira Lívia, a amiga Márcia e também três outros casais de amigas. Dentre eles, o casal do qual faz parte a irmã de Lívia. Um importante elemento de afinidade entre elas é o fato de as três mulheres da rede possuírem filhos. Esse elemento é percebido pelas mulheres como fundamental nas suas atuais escolhas de lazer porque, como, argumenta Aline, *eu quero fazer um programa que eu possa levar o meu filho junto, por isso eu prefiro jantar na casa das minhas amigas, que o meu filho possa brincar com o filho delas, ao invés de ir numa boate*. No diagrama abaixo, sintetizo as relações entre elas.

REDE A:

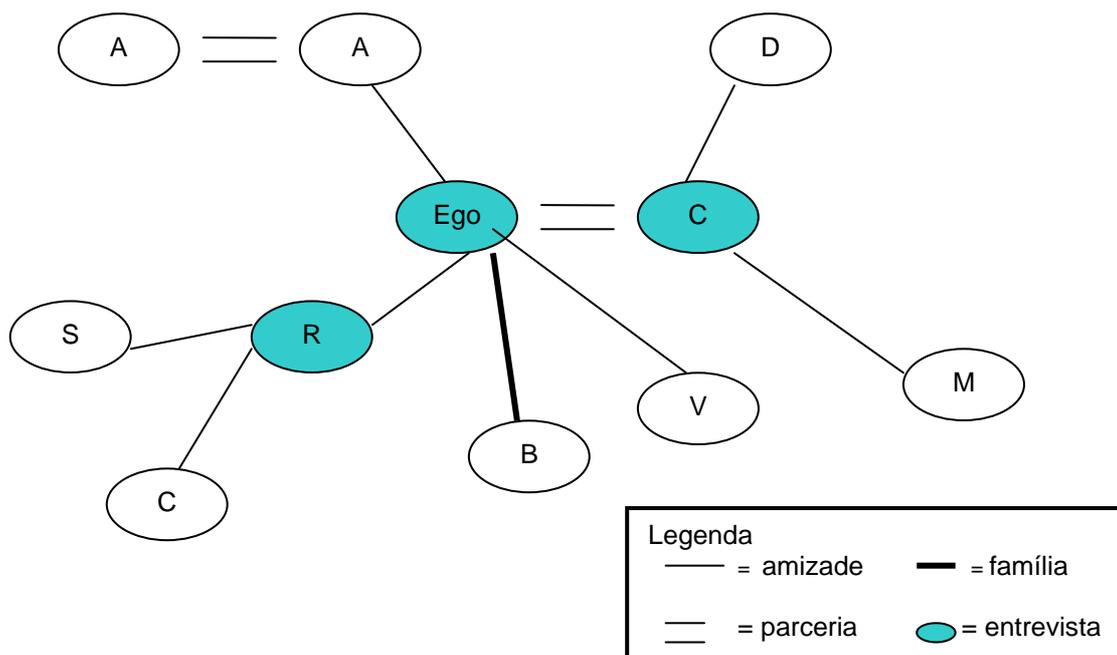
Ao chamar atenção também para os laços de família, tenho por objetivo evidenciar uma sobreposição de relações que aparecerá também na segunda rede. Nos dois casos, existe uma inclusão no grupo de sociabilidade de pessoas da família que tenham afinidade em virtude das suas experiências homoeróticas, em detrimento das demais.

Em relação aos espaços de sociabilidade, as situações de campo vivenciadas com esse grupo deram-se em sua maioria no bar Circuito, no Olaria e em bares que não possuíam qualquer vinculação GLBT. A adesão do grupo à participação na pesquisa é debitária da simpatia, embora com reservas e críticas, de Aline à luta política de combate à homofobia, sendo que a sua participação na pesquisa é por ela significada como uma forma de contribuição para esse propósito.

A **'rede CC'** foi contatada a partir de uma ONG que possui vinculação com o movimento GLBT. Nesse caso, ego é o casal Carla e Cristine que, passou a integrar a Liga Brasileira de Lésbicas da região Sul. Seu diferencial é um maior envolvimento político, tanto nos movimentos feminista e GLBT, quanto em outros movimentos sociais. Outra especificidade é sua configuração de ascensão social. Ou seja, trata-se de mulheres cuja família é proveniente das camadas médias baixas e populares que,

principalmente através da escolarização, vivenciam um processo de aquisição de um gosto de classe média.

REDE CC



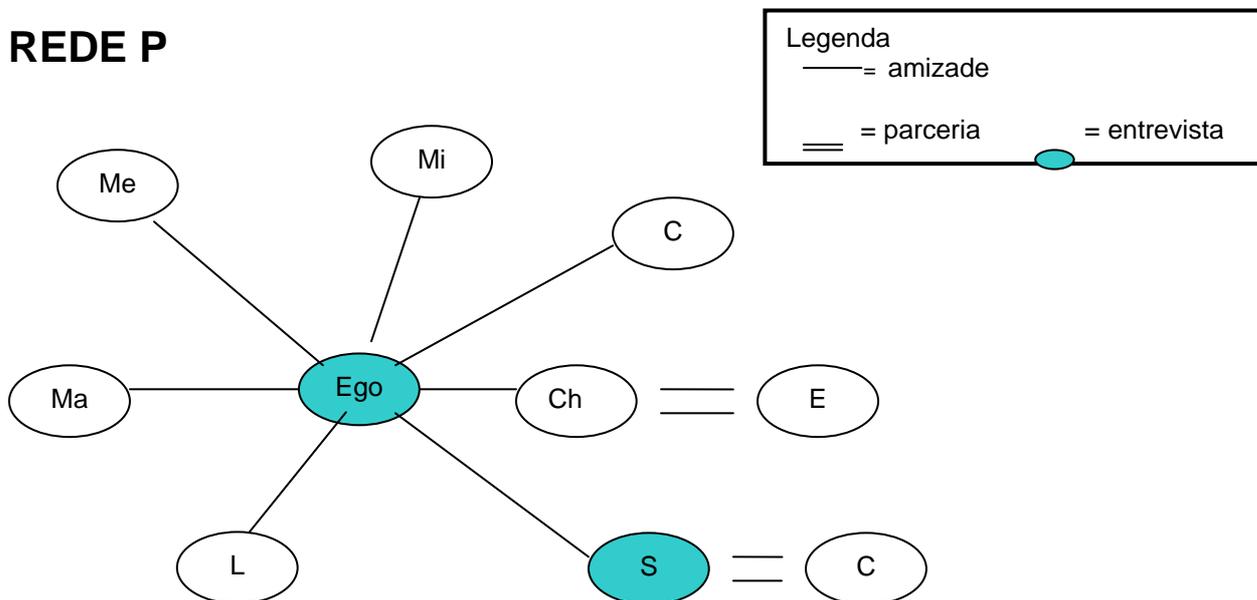
Os espaços de interação com o grupo ocorreram principalmente nos bares da rua da República, na *Roda de Viola do Venezianos*, no *Ocidente*, nas reuniões e programações da Liga Brasileira de Lésbicas da região, nas casas das mulheres e nas festas voltadas exclusivamente ao público feminino. Além disso, são também as mulheres desta rede que se dispuseram a ir comigo a espaços menos valorizados como o *Vitraux*.³¹

A terceira, '**rede P**', cuja principal informante é Paula, foi contatada no *Venezianos*, através de uma pessoa de minhas redes de relações que frequenta o bar e é amigo de Paula (ego). A rede é composta por um grupo de amigas que costuma organizar atividades de lazer em conjunto, tais como férias e viagens. O

³¹ A referência a festas e estabelecimentos aqui tem por objetivo situar o leitor em relação aos lugares da etnografia. Eles são abordados em maior detalhe e com objetivos de análise no terceiro capítulo.

Venezianos, nesse caso, foi o lugar privilegiado para o trabalho de campo, principalmente em ocasiões comemorativas como festas de aniversário.

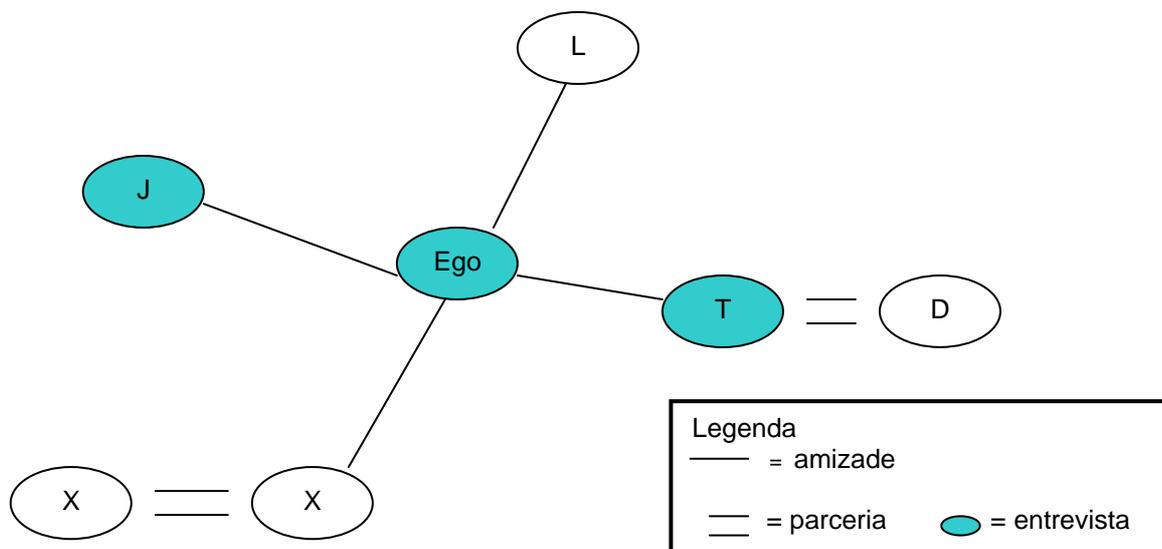
REDE P



Entre os elementos de afinidade que constituem a rede, destaco o fato de três mulheres compartilharem da mesma atividade profissional. Isso se torna evidente na fala de Paula, quando diz que ela e as amigas eram inicialmente colegas, não se relacionavam como amigas e passaram a fazê-lo depois de se encontrarem por coincidência num bar gay, ambas acompanhadas pelas parceiras. Nesse grupo, um importante elemento que incentiva a participação das mulheres na pesquisa é a valorização do trabalho científico acerca da temática da homossexualidade feminina, o qual foi, inclusive, objeto de interesse de estudo delas.

Por fim, a 'rede S' foi contatada também a partir de minhas relações pessoais. É a menor das três redes, sendo composta por Sandra que é sua referência, e mais cinco amigas, das quais quatro constituem dois casais. Um dos dois casais, acabou não sendo receptivo à proposta de participação na pesquisa. Este casal é referido no diagrama (X) porque sua recusa ilustra uma postura que considera a sexualidade um assunto de caráter íntimo que não pretendem expor.

REDE S



Embora a *Roda de Viola do Venezianos* e o Ocidente tenham sido lugares privilegiados para o encontro com esse grupo, a maioria das situações de campo dava-se em visitas às casas, passeios em parques, visitas a feiras e festivais (entre eles o Mix Brasil) e também a festas, como a do Gaia Mix. Entre as motivações para a participação da pesquisa, destaco o fato de as mulheres compartilharem da experiência acadêmica de mestrado e se solidarizarem com as dificuldades de realização de uma pesquisa.

Dentre essas redes, que acompanhei através da observação participante, foram escolhidas dez mulheres para a realização de entrevistas. A escolha das entrevistadas concilia diferentes critérios. O primeiro deles foi o de privilegiar aquelas com as quais tivessem sido estabelecidos vínculos mais consistentes, uma maior recorrência de momentos de interação e uma boa relação de confiança. Além disso, selecionei um grupo suficientemente diverso em relação à trajetória afetiva-sexual e à auto-definição de homossexualidade/bissexualidade. Por fim, busquei contemplar um número de no mínimo duas mulheres em cada uma das redes, com o objetivo de estabelecer um equilíbrio entre as redes e entrevistar pelo menos um casal, a fim de aprofundar alguns elementos relacionados à conjugalidade.

As entrevistas foram realizadas em no mínimo um e no máximo três encontros, nos locais apontados como preferenciais pelas informantes em cada uma

das situações e tiveram duração de duas a seis horas. As participantes foram previamente informadas sobre as questões a serem abordadas, bem como sobre o caráter individualizado da entrevista. Ao todo foram vinte e três situações de entrevista, oito na casa das mulheres, seis em salas da universidade e nove em lugares públicos.

No trabalho etnográfico, a descrição das situações de pesquisa, da observação participante e as entrevistas configuram uma tarefa fundamental que importa na avaliação crítica das análises empreendidas. Tendo em vista a multiplicidade de espaços percorridos durante o trabalho de campo, e a dificuldade de descrevê-los individualmente, concentro-me no detalhamento das situações referidas ao longo da argumentação procurando explorar os elementos subjetivos que configuram cada uma delas. Assim, ao longo do texto, exploro as situações de interações estabelecidas com as mulheres, tomando elas mesmas como dado para reflexão.

Nesse sentido, com relação às situações de entrevistas, gostaria de chamar atenção para os elementos acionados pelas mulheres para justificar as escolhas de determinados locais em detrimento de outros. As entrevistas realizadas nas casas, em sua maioria, são associadas à preferência por uma situação mais cômoda, tanto porque não implicava em contratempos para as mulheres, quanto porque a casa era entendida como um lugar mais apropriado para conversar acerca de *questões íntimas* como a sexualidade. A esse respeito, Carla me responde quando pergunto sobre o lugar de sua preferência: *Acho que lá em casa a gente fica mais à vontade pra falar desses assuntos.*

No entanto, nem sempre o lugar entendido como mais adequado para a realização da entrevista é a casa. Para grande parte das mulheres, fazer a entrevista em casa às deixaria *pouco à vontade*. Observei que as situações de entrevista em casa ocorreram entre as mulheres que moravam sozinhas ou com a parceira, porém, em momentos em que a parceira não se encontrava no local. A única exceção é a situação em que as duas parceiras foram entrevistadas.

Entre as mulheres que optaram pelo espaço público ou pelo espaço da universidade, a escolha estava associada a um certo desconforto em conversar sobre as suas relações sexuais e afetivas em suas casas. O principal motivo referido foi a necessidade de evitar a presença de familiares, como pais, filhos, ex-marido, parceira, seja pelo fato destes não terem conhecimento de suas relações

homoeróticas ou por não se sentirem à vontade em explicar sua participação na pesquisa ou então em explicar minha presença em suas casas.

Os elementos que justificam a opção por um espaço ou outro informam sobre a dimensão relacional da entrevista sobre sexualidade. Ou seja, *sentir-se à vontade* para falar sobre as suas relações sexuais depende da relação estabelecida com a temática, com a pesquisadora e com o espaço no qual ela é realizada. Sugiro, nesse caso, que estas relações estão pautadas pelo tipo de visibilidade que as mulheres dão às suas relações sexuais e afetivas com outras mulheres.

Por fim, com o objetivo de descrever, em termos sociológicos, apresento, no quadro abaixo, uma síntese dos dados acerca de cada uma das mulheres entrevistadas, tendo em vista contextualizar as falas e situações referidas durante o trabalho. Destaco que os nomes utilizados são todos fictícios e serão utilizados como referência à qualificação das falas e situações descritas. O quadro apresenta informações tais como idade, escolaridade, ocupação profissional, número de filhos, referências à iniciação sexual e a relações heterossexuais, condição de moradia e auto-definição da orientação sexual. Estes elementos foram selecionados entre os demais em virtude de sua relevância para as análises realizadas. O Elemento raça/etnia não consta entre eles porque todas as mulheres se auto-definiram como brancas.

QUADRO DESCRITIVO DOS ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

Nome	Idade	Atividade Profissional	Escolaridade	Filhos	Parceria	Iniciação Sexual	Auto-definição da orientação sexual	Com que mora
Cristine	23	Estudante de Administração	Superior Incompleto	Não	Estável	Heterossexual	Homossexual	Com a parceria (dois anos)
Sandra	29	Historiadora	Doutoranda	Não	Sozinha	Heterossexual	Homossexual	Sozinha
Paula	28	Psicóloga	Superior completo	Não	Sozinha	Heterossexual	Homossexual	Com a Família
Thaís	22	Bióloga	Superior completo	Não	Namorando há um mês	Heterossexual	Homossexual	Com a mãe
Aline	32	Jornalista	Superior Completo	1 filho	Parceria estável	Heterossexual	Bissexual	Coabitação com a parceira (4 anos) e filho
Carla	34	Professora de Ensino Médio	Mestranda	Não	Parceria estável	Heterossexual	Homossexual	Coabitação com parceira (dois anos)
Rosana	39	Professora de curso superior	Doutoranda	Não	Parcerias eventuais	Homossexual	Homossexual	Sozinha
Marcia	41	Empresária	Médio Completo	Não	Recém separada de relacionamento estável	Homossexual	Homossexual	Sozinha
Janaina	34	Trabalha em Bar LGBT	Superior Incompleto	1 filho	Sozinha	Heterossexual	Bissexual	Ex-marido e filho
Silvia	34	Técnica em Eletrônica	Curso Técnico	Não	Parceira estável	Heterossexual	Homossexual	Coabitação com a parceira (cerca de um ano e meio)

2.3 Nossas Familiaridades: compartilhando valores e preocupações

No que diz respeito ao recorte do objeto, que se volta para a realização da pesquisa na e sobre a sociedade da qual a pesquisadora faz parte, importa realizar uma reflexão crítica acerca do processo construção da alteridade. Nesta seção, exploro as especificidades dessa configuração, assinalando diferentes níveis de familiaridade e analisando tanto as contribuições, quanto às dificuldades que essa configuração proporciona.

“Estranhar o familiar” tem sido desde o final da década de setenta e início da década de oitenta, o elemento sintetizador da discussão sobre o trabalho etnográfico no contexto urbano brasileiro. Essa postura metodológica teve como objetivo problematizar a valorizada neutralidade na pesquisa científica (importância do distanciamento) e refletir sobre as especificidades do trabalho de campo nas sociedades complexas³². Seguindo esse caminho, na esteira de autores como Velho (1997), Heilborn (1992) Salem (1989) entre outros, que se dedicaram à discussão sobre o estudo de camadas médias, explico os valores, preocupações e espaços compartilhados com as mulheres que participaram da pesquisa. Além de situar as análises realizadas, reflito sobre as dificuldades implicadas na familiaridade e também sobre as suas contribuições dessa especificidade para o trabalho de campo.

Inicialmente, em termos mais gerais, destaco o fato de compartilhar dos códigos e valores culturais específicos do que foi caracterizado por Dumont (1985) como sociedade ocidental moderna, na qual a noção de indivíduo (enquanto exemplar singular da espécie humana) foi historicamente construída, como valor fundamental na produção dos sujeitos. No entanto, além dessa esfera mais ampla de pertencimento, é fundamental compreender, a exemplo de Duarte (1987), como o assim caracterizado individualismo penetra nos diferentes grupos dentro de uma mesma sociedade, para poder situar a familiaridade com uma moralidade característica dos segmentos médios³³.

³² Ao referir-se à sociedade complexa, Velho (1997) se remete tanto à divisão da sociedade em diferentes estratos sócio-econômicos resultante da divisão do trabalho, como também associa a noção de complexidade à “heterogeneidade cultural”, conferindo a esta um sentido de coexistência não necessariamente harmoniosa de um pluralidade de tradições de base étnica, religiosa, ocupacional, entre outras.

³³ Sobre a especificidade da penetração da ideologia individualista nos segmentos médios, ver Velho (1999).

Tal familiaridade facilitou o estabelecimento de contatos e de vínculos de sociabilidade com as mulheres que participaram da pesquisa. Não foi preciso despende muito tempo no processo de aproximação com o grupo, da mesma forma, não houve a necessidade de um deslocamento sócio-espacial e muitas vezes encontros casuais na saída do cinema ou em livrarias acabavam se tornando situações propícias para a etnografia. Além disso, a interação com as mulheres foi pautada, principalmente, por conversas em bares e festas, que versavam sobre assuntos em comum, como músicas, filmes, peças de teatro, livros e trabalhos acadêmicos. Não é incomum, nessas situações, que os participantes sejam selecionados entre as relações do pesquisador, nem que a pesquisa promova a formação de novos vínculos de amizade (HEILBORN, 1992). No entanto, além de facilidades, a familiaridade com o grupo pesquisado implica também a complexificação da reflexão etnográfica. No que diz respeito à sobreposição de relações de amizade e pesquisa, isso se traduz numa atenção especial à negociação entre pesquisadora e pesquisado, tornando-se importante discernir entre os dados coletados e aquelas informações relatadas em caráter de confidências, em virtude dos vínculos afetivos estabelecidos.

Numa esfera mais específica, cabe destacar a relevância da referência ao contexto universitário, ao qual parte das mulheres estava vinculada. Esse compartilhar das especificidades do contexto acadêmico foi também um importante elemento que favoreceu o interesse e o comprometimento das mulheres com a pesquisa, especificamente no que se refere às **redes CC e S**. A familiaridade com a experiência da pesquisa científica, especialmente na área de ciências sociais e humanas, a compreensão das dificuldades implicadas nesse processo constituíram um importante fator de sensibilização para a participação das mulheres.

Essa configuração, ao mesmo tempo em que possibilitou um diálogo permanente com as mulheres sobre questões teóricas, metodológicas, preocupações éticas, a discussão dos *achados* da pesquisa, transformando explicitamente as informantes em interlocutoras, também impôs uma constante vigilância epistemológica em relação à naturalização dos valores compartilhados, bem como suscitou dificuldades operacionais do trabalho de campo. A familiaridade com os critérios de cientificidade exigidos na realização da pesquisa fez com que por diversas vezes as mulheres me questionassem sobre questões éticas envolvidas na pesquisa. A esse propósito, lembro-me de certa vez que, ainda na fase inicial da pesquisa,

estava sentada no *Porto Bier* conversando com Carla (C da rede CC) sobre as dificuldades éticas que ela estava enfrentando em sua pesquisa. Como que espantada com algo sobre o qual não tinha sido informada, ela se dirige a mim e questiona: *você não vai usar o consentimento informado?* Embora já tivesse conversado com ela sobre as condições de sua participação na pesquisa, lhe assegurado que sua identificação seria preservada e que apenas eu teria acesso ao conjunto das informações coletadas, não havia mencionado ainda sobre a assinatura do termo de consentimento informado. Repondi-lhe, então, que pretendia fazer uso desse procedimento, mas que a assinatura do termo constituía apenas um aspecto em meio a uma discussão ética mais ampla. Tal reflexão é elaborada por Victora, Knauth e Hassen (2000), e prevê que o consentimento informado deve ser pensado como um processo de negociação das condições de pesquisa, pautado pelos aspectos associados às relações de respeito e confiança, que se estabelecem entre a pesquisadora e o grupo pesquisado e culmina com a assinatura, de ambas as partes, de um termo de consentimento.

Um outro elemento de familiaridade que deve ser destacado é como reflete Augé (1999), o interesse, por parte das mulheres, pela temática pesquisada. Além de estarem envolvidas em relações sexuais e afetivas com outras mulheres, elas refletem cotidianamente sobre as questões que envolvem a homossexualidade feminina, seja do ponto de vista político através do envolvimento na militância organizada; na discussão sobre a conquista de direitos, como a união civil e adoção de crianças; na caracterização das especificidades do relacionamento entre mulheres; lendo livros e assistindo filmes que abordam relacionamentos entre mulheres; além dos interesses de estudo e conhecimento de uma maneira geral. Ou seja, elas estão empenhadas na produção de sentidos acerca das suas experiências na área da sexualidade, tanto nas suas relações com a parceira, como com outras pessoas da família, amigos gays ou heterossexuais, e também durante a interação com o pesquisador, na observação participante e na situação de entrevista. Nesse sentido, as mulheres entrevistadas não são apenas colaboradoras ou informantes dessa pesquisa, elas se constituem como sujeitos interessados na sua realização, inclusive com o objetivo explícito de estabelecer trocas de experiências de diversas ordens.

A fim de ilustrar melhor essas peculiaridades da interação entre pesquisadora e pesquisadas, trago alguns exemplos no qual esse interesse pela temática se

manifesta de forma mais explícita. Um primeiro exemplo é o de Márcia, (rede A) que se interessou pela pesquisa em virtude de seus planos de no futuro escrever um livro contando a *história das mulheres de sua vida*. Ela diz que tem muitas histórias para contar e pensa que conhece consideravelmente os relacionamentos entre mulheres. Sua intenção era me contar suas histórias e assim contribuir com a pesquisa e, ao mesmo tempo, saber minha opinião acerca dos seus planos para a escritura do livro. Embora minha contribuição se restringisse a incentivá-la, considerando a importância de sua iniciativa, fica explícito que nossa interação configura uma expectativa de reciprocidade. É a consciência dessa expectativa recíproca em relação à construção do conhecimento sobre homossexualidade feminina que, a meu ver, caracteriza o que Oliveira (1998) denomina de encontro etnográfico.

Na maioria dos casos, essas motivações para participação na pesquisa ficam implícitas, não sendo verbalizados de maneira tão explícita como na entrevista com Márcia. Num sentido um pouco distinto, é possível explorar os elementos que desencadeiam o diálogo com Carla e Cristine (rede CC), que são militantes da Liga Brasileira de Lésbicas da região Sul. Embora não fique claro que esta seja a motivação delas para participar da pesquisa, suas falas evidenciam que o próprio esforço da realização dessa pesquisa contribui para a promoção da visibilidade lésbica, causa que atualmente ordena a agenda do movimento lésbico brasileiro. O interesse político, principalmente por parte de Carla, a impulsiona também a conhecer mais sobre o que tem sido discutido em termos teóricos acerca da temática. Em relação a isso, autores como Heilborn (1992); Jagose (1996); Parker (1995); Terto Jr (1996); Vance (1995) apontam que os movimentos sociais, ao tratarem de temáticas como gênero e sexualidade, têm, ao mesmo tempo, se apropriado dos estudos acadêmicos e influenciado sobre a sua produção. Essa tem sido, durante as décadas de oitenta e noventa, a configuração dos trabalhos sobre sexualidade, marcada pelas trocas entre movimentos sociais e o meio acadêmico.

Ainda em relação aos sentido elaborados pelas mulheres acerca de suas relações homoeróticas, para algumas das entrevistadas, a psicanálise, desde uma perspectiva terapêutica ou mesmo de auto-conhecimento, adquire uma expressiva relevância. Nesse caso, o interesse volta-se para uma dimensão que se empenha na promoção de um conhecimento de si.

Explícito esses elementos não apenas para chamar atenção para as razões que levam as mulheres a participar da pesquisa, mas também para mostrar como a

sua vinculação com a temática, expressa nessas motivações subjetivas, informa também sobre os significados produzidos acerca das suas experiências, os quais tive acesso durante as entrevistas e que são também compartilhados nos momentos de sociabilidade observados.

Dessa forma, meu objetivo é demonstrar como as interlocutoras do trabalho apresentam um discurso bem elaborado, analítico e reflexivo acerca da sua trajetória sexual e afetiva. Isso implica, na análise, em defrontar-me com uma série de valores e de discursos dos quais compartilho, mas que devem ser colocados em questão, em termos de seu caráter histórico e culturalmente delimitado.

Outro exemplo que ilustra a reflexividade com a qual as mulheres encaram essa temática é a explicação que Rosana (R da rede CC) elabora, ao ser perguntada sobre os tipos de mulheres que ela encontra nos lugares gays. Comento com ela que, durante o trabalho de campo, não havia observado um número expressivo de casais do tipo *caminhoneira/lady* nos espaços que estava freqüentando. Rosana sinaliza concordar, referindo que acredita que esse modelo de casal foi mais característico em determinado período histórico. Em suas palavras,

Eu relaciono isso (a predominância nas boates dos casais caminhoneira/ lady) também ao espírito de uma época sabe, assim, tem um documentário feito por gays americanos, que se chama “O outro lado de *Hollywood*”, e fala sobre o cinema americano. Nesse documentário, os autores trabalham com a hipótese de que nos anos sessenta e setenta era impossível pra um homossexual construir uma imagem positiva de si mesmo, porque na cultura ele é sempre apresentado como uma bicha louca, das que estavam ali pra divertir ou ele era um perverso assassino, sabe, ou ele era um pai de família que se desviava e que se arrependia até a morte, sabe só tinha um caminho pra ele que era o suicídio. Então ele mostra todos esses filmes em que as mulheres lésbicas e os homens gays pagam muito alto pela sua escolha. Bom, então esse era o espírito da época e, por exemplo, as lésbicas dos livros da Cassandra Rios eram estereotipadas, era um casal que reproduzia o modelo heterossexual.

Na situação descrita, ela se refere a uma caracterização dos casais de gays e lésbicas a partir de um recorte histórico, que leva em consideração elementos contextuais daquele determinado período. Nesse trecho, ficam explícitos alguns elementos através dos quais Rosana dá sentido, durante a entrevista, também a várias de suas experiências passadas. Identifico a referência a categorias tais como “o espírito da época” como características de certos tipos de análise realizadas a partir do contato com teorias das ciências sociais. Dessa mesma forma, em outras

partes da entrevista, ela se utiliza dessa mesma categoria para falar sobre o contexto por ela vivenciado durante a década de oitenta, a partir do qual ela significa as suas experiências sexuais e afetivas. De acordo com ela,

Acho que era muito o espírito daquela época sabe, que certas coisas eram mais aceitas, mais liberadas, nos ambientes em que eu transitava, pelo menos, que era um pessoal *underground*, ligado ao teatro, as artes e tal, era um pessoal, como se diz hoje: alternativo, e nesse meio era careta tu ser heterossexual, mas era meio que o espírito da época, o que importava era você se abrir pra todos os tipos de experiência.

Esse trecho faz parte de uma reflexão da moça sobre as suas experiências amorosas, seus relacionamentos com mulheres e com *homens feministas* procurando contextualizá-las com relação aos grupos pelos quais transitava, os quais acreditava serem sexualmente liberados. Observo novamente nesse trecho, uma apropriação de categorias sociológicas utilizadas para analisar as experiências vividas, que faz sentido devido ao contexto no qual ela é acionada, qual seja, numa entrevista com uma pesquisadora que tem o mesmo tipo de formação acadêmica. Esse mesmo tipo de reflexão é acionado também em momentos de sociabilidade, com outras pessoas que compartilham a familiaridade com essas categorias, de forma que deve ser entendido como uma especificidade das relações estabelecidas por aquele grupo.

Ressalto ainda acerca de todos esses exemplos, o fato de ilustrarem tanto a especificidade das trocas estabelecidas no campo quanto as diferentes formas através das quais as próprias mulheres elaboram sentidos para as suas experiências, as quais são também meus objetos de interpretação enquanto pesquisadora. O que pretendo, ao apresentá-los, é fornecer elementos que qualifiquem as relações estabelecidas no campo e contextualizam as situações etnográficas que são apresentadas no decorrer da argumentação.

2.4 Observando a sexualidade: participação na teoria e na prática

Nesta seção, discuto alguns dos elementos que caracterizam a pesquisa na área de sexualidade, especificamente aqueles que têm relação com a abordagem etnográfica adotada. Como referi no princípio desse capítulo, a observação participante realizada em bares, boates, festas, passeios, feiras, na casa das

informantes, entre outras situações de interação, foi uma das técnicas utilizadas na coleta dos dados. Em virtude disso, é importante tecer algumas considerações sobre a especificidade da observação participante em relação a outros tipos de observação, que também caracterizam outras formas de pesquisa. A diferença fundamental da observação na pesquisa antropológica é que ela prevê a participação do pesquisador nas dinâmicas que envolvem o grupo estudado. Dessa maneira, a disciplina assume o caráter subjetivo implicado na coleta de dados e deposita no pesquisador um investimento na sua capacidade para estabelecimento dessa interação. Assim, cada problema de pesquisa, bem como o tipo de relação que cada pesquisador estabelece com o campo, tem a sua especificidade.

No caso da pesquisa sobre homossexualidade feminina, uma das principais especificidades é que se trata de uma parcela da sociedade que é socialmente marcada como desviante em relação à sexualidade. Porém essa marca, que pode ser entendida também como constitutiva de um estigma, nos termos propostos por Goffman (1985), não é necessariamente visível, de forma que demanda uma certa confirmação e dá margem à manipulação da visibilidade. Desse modo, a orientação para pesquisa foi a busca por espaços socialmente reconhecidos como voltados para o público homossexual.

Na primeira vez que fui a um bar GLBT, me defrontei imediatamente com a pergunta: *você é entendida?*³⁴ Esta pergunta sintetiza a necessidade do estabelecimento de um posicionamento no campo, que se refere à forma de explicitar a minha orientação sexual e de lidar com as investidas das mulheres. Muito embora não tivesse dúvida do condicionamento das minhas análises e interpretações, implicado no fato de não compartilhar das mesmas experiências eróticas, a própria abordagem da sexualidade enquanto construção social, sob a qual não cabe erigir certezas e verdades, faz com que o pesquisador se questione sobre a essencialidade e a fixidez de sua própria orientação sexual. Optei então por posicionar-me no campo, em relação à orientação sexual de forma não decisiva. Ou seja, quando interpelada a esse respeito, procurava devolver e explorar as questões referindo apenas que até o momento havia me envolvido com homens. Ao mesmo tempo em que explicava a

³⁴ Uma tal pergunta nesse contexto é usada como forma mais branda de perguntar se a mulher se relaciona com outras mulheres. Nesse espaço termos como lésbica, sapata, são considerados extremamente pejorativos em situações de abordagem, sendo mais utilizados com esse fim o termos *entendida* ou mesmo *gay*. Vale chamar atenção para uma discussão mais elaborada do termo *entendida*, que pode ser encontrada em Guimarães (1977).

minha presença nos espaços estava relacionada exclusivamente à pesquisa, justificava que, em virtude da realização desta, não estava disponível a quaisquer envolvimento sexuais ou afetivos.

Esses elementos, ao meu ver, sinalizam uma das principais dificuldades na realização do trabalho de campo, qual seja o estabelecimento de limites entre a interação total, na qual a própria posição de pesquisador aparentemente se dilui e uma outra posição na qual a demarcação incisiva da diferença impossibilita o estabelecimento de quaisquer relações, de forma que o pesquisador se torna um mero observador. Dessa forma, marcar enfaticamente a diferença respondendo às interpelações de forma a afirmar a heterossexualidade acarretaria uma dificuldade de estabelecimento de relações e na reiteração de uma certa oposição entre norma (pesquisador) e desvio (objeto de estudo) a qual esse trabalho se propõe problematizar.

Em virtude desse posicionamento não definitivo em relação à orientação sexual, tornou-se necessário utilizar outros mecanismos para marcar a posição de pesquisador, de forma a reiterar a definição de não disponibilidade para o estabelecimento de parcerias. Depois de algum tempo de experiência no campo, observando as características das relações de sociabilidade estabelecidas, atentei para a importância que nela assumia o consumo de bebidas alcoólicas, especialmente cerveja. Assim, a forma mais efetiva que encontrei de situar-me como pesquisadora frente ao grupo estudado, sem que isso resultasse na exclusão dele, foi a opção por não beber. Ou seja, eu participava das brincadeiras, conversava e ria junto com as mulheres, porém não bebia. A efetividade desse mecanismo mostrou-se ainda mais concreta em relação às investidas para o estabelecimento de parcerias, que esbarravam no fato de eu não beber. Entendi então que aceitar uma cerveja, podia significar, de certa forma, aceitar ser cortejada. A esse propósito lembro de uma situação na qual o fato de beber junto com uma moça, com a qual tinha estabelecido contato, resultou na necessidade de descartar a possibilidade de contar como ela como interlocutora. No dia em que conheci Débora (Rede CC), através de um amigo gay de Carla, falei a ela sobre a pesquisa e convidei-lhe para participar, tal como foi registrado no diário:

Enquanto lhe falava sobre os lugares que eu estava freqüentando, Débora me convida para tomar uma cerveja, eu aceito e nós continuamos conversando. Ela me pergunta sobre o curso e comenta

que é formada em Biologia. Descubro através da faculdade na qual ela estudou que viemos de cidades próximas. Pedimos uma segunda cerveja e eu começo a perceber que a moça se aproxima cada vez mais do lugar no qual estou sentada e deixa o braço resvalar por sobre o meu ombro. Me afasto um pouco e volto a falar no assunto da pesquisa. Ela faz um comentário acerca do meu cabelo, eu paro, penso, e digo a ela que acho que ela está me interpretando mal. - Você tem namorado, não é?... Respondo a ela que sim, mas que, mesmo que não tivesse não haveria chance de rolar nada entre nós, por causa da pesquisa. Ela pede desculpas, pede outra cerveja e sugere que continuemos falando do trabalho. Depois de algum tempo chega uma moça que parece sua conhecida. As duas se cumprimentam e Débora comenta com a moça que eu e ela somos da mesma região. A moça, por sua vez exclama: - Báh Débora, mas tu só arruma guria do interior hein. Pois é, responde ela, fazer o quê?

Nessa situação, embora eu estivesse convicta de que tinha fornecido elementos suficientes de que não estava disposta a nenhum tipo de envolvimento afetivo-sexual durante o trabalho de campo, para ela e provavelmente para todas as pessoas do bar, nós estávamos constituindo uma parceria. Isso fica ainda mais explícito com a chegada da amiga, à medida que seus comentários já partem desse princípio e são corroborados por Débora. No contexto assinalado, não faria o menor sentido retomar que se tratava de uma pesquisa, porque pela postura adotada, o fato de estarmos bebendo e conversando juntas, fornecia elementos suficientes para pressupor que fôssemos parceiras. O que é importante reter, desse exemplo, é que embora não eliminasse a minha participação nos jogos de sedução, a postura posteriormente adotada em relação à bebida marcava minha posição de participação diferenciada durante a interação.

Uma das principais especificidades do trabalho de campo na área de sexualidade, como caracteriza Bozon (1995), é a tarefa de observar o inobservável. Ou seja, a observação participante, técnica essencial para o desenvolvimento da etnografia, recai sobre um objeto que não é passível de observação, qual seja, as práticas sexuais. Frente a isso, a abordagem da sexualidade passa a depender da descrição que os atores sociais fazem delas. Assim, a fala do outro sobre sexo torna-se um elemento fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Dessa forma, tornou-se indispensável compreender que a existência de diferentes formas de se falar sobre sexualidade depende dos interlocutores e das situações nas quais se fala. Isso implica que muitas vezes, a própria entrevista cujo tema seja sexualidade pressupõe uma intenção sexual (Bozon, 1995). Poderia, a partir dessa afirmativa, analisar exclusivamente as situações de entrevista, nas quais os interlocutores são

provocados a falar mais explicitamente sobre sexualidade, tal como foi realizado na seção anterior, acerca das motivações das mulheres para escolha do local da entrevista.

No entanto, creio que, ao assinalar as diferentes formas de falar sobre a sexualidade, Bozon vai muito além da prescrição de uma reflexão acerca dos espaços mais profícuos para a realização da entrevista e da análise de seu conteúdo. Entendo que ele chama atenção do pesquisador também para as situações em que se fala de sexualidade através de metáforas, ou seja, sem que seja perguntado ou que se esteja falando especificamente algo a esse respeito.

Um exemplo no qual observo essas diferentes formas de falar de sexualidade são as situações de parceria sexual potencial, tais como, aquelas que encontrei nos momentos de interação com as mulheres, em bares, boates e festas. A esse propósito, lembro a situação em que voltava de uma boate, acompanhada de uma informante. Antes de sair do táxi, Marta, (rede CC), se dirige a mim para falar sobre o desentendimento ocorrido entre um casal de amigas:

Eu não deveria estar te contando isso, mas vou falar pra ver se tu te liga. Eu sei que tu está fazendo trabalho e tal, mas o relacionamento das gurias é meio complicado, rola muitos ciúmes, sabe. Elas ficam se fazendo de boas, falando de relacionamento aberto e tal, mas na verdade como todo relacionamento rola muitos ciúmes. O bafão que deu hoje foi por tua causa, porque a Carla tem ciúme de ti, ela acha que está rolando alguma coisa entre ti e a namorada dela.

Fica claro que o fato de conversar sobre questões que envolvam sexualidade é avaliado pelas informantes como trazendo implícita uma razão sexual. Por isso, embora eu esteja *fazendo trabalho*, Marta sente-se obrigada a me informar - *pra ver se tu te liga* – que estou provocando ciúmes entre as duas. Assim, uma das principais dificuldades que a situação de parceria potencial trouxe foi o fato da minha condição de “avulsa”, interessada em conversar sobre sexualidade, representava uma ameaça para as parcerias já constituídas. Por outro lado, entre aquelas mulheres que também estavam desacompanhadas, a situação de parceria potencial tornava-se profícuo porque me colocava numa situação de interação com as mulheres, não sendo assim excluída do grupo. Embora procurasse deixar claro que, enquanto pesquisadora, não estava disponível para qualquer envolvimento afetivo-sexual, muitas vezes na

situação de pesquisa a constituição de uma parceria era algo esperado e especulado por parte das mulheres.

Tendo em vista que o objeto dessa pesquisa, a expectativa em relação ao estabelecimento de uma parceria, foi, em muitos casos, a própria condição de realização da observação participante. Ou seja, foi exatamente fazendo parte dos jogos de sedução entre as mulheres que pude aprender sobre eles. Esse talvez seja um dos motivos que faz com que a observação participante seja uma técnica tão estimada na antropologia, pois ela permite que, partindo de interações e relações interpessoais de caráter subjetivo, se produza (através da observação de recorrências de classificação e apreciação) elementos objetivos acerca da configuração estudada.

Nesse sentido, Machado (2003), pesquisando sobre as representações masculinas acerca das decisões sexuais e reprodutivas, também se defronta com essa especificidade da pesquisa etnográfica na área de sexualidade e gênero. No contexto estudado pela autora, além da possibilidade de investida sexual, que caracteriza a situação de entrevista, o fato da pesquisadora “ser uma mulher pesquisando entre homens” implica um tipo de interação que informa sobre as relações de gênero construídas entre os sujeitos pesquisados. Ou então, a “relação que se estabelece em campo indica elementos como: as posições ocupadas, os espaços permitidos, os constrangimentos gerados, as dificuldades em falar de certas questões em determinados momentos”. A partir disso, as próprias escolhas metodológicas passam a ser orientadas pela configuração de gênero, apreendida na experiência etnográfica. (MACHADO, 2003, p. 37). No que concerne ao estudo da parceria homoerótica as escolhas metodológicas são orientadas pela apreensão dos jogos de conquista entre as mulheres.

Voltando novamente às diferentes maneiras de se falar de sexualidade, e da utilização da pesquisa como metáfora do envolvimento sexual, quero chamar atenção para algumas situações recorrentes, nas quais minhas interlocutoras fizeram alusão à *parte prática* da pesquisa. Certa vez, em meio a uma conversa no *Circuito*, Aline (rede A) me apresenta à sua amiga Verônica (V), dizendo: *Essa é a pessoa quem te falei, que pesquisa sexualidade, ela é nossa estagiária*. As outras pessoas da mesa dão risada, ao que moça responde: *Então é você que tá fazendo uma pesquisa com a mulherada*. Respondo que sim e, na tentativa de me contrapor ao tom de brincadeira, procuro dar alguns detalhes a respeito do trabalho. Depois de algum tempo de

conversa com Verônica, Aline pergunta o que a amiga achou da idéia da pesquisa. A moça, em tom zombeteiro, responde: *a gente está aqui combinando que eu vou participar quando ela chegar na parte prática da pesquisa*. Em meio a risadas de todas as pessoas na mesa, a moça se vira na minha direção e completa, *tô brincando tá, não leva a sério*.

Essa última frase demonstra como minha inserção no grupo e o fato de estar fazendo uma pesquisa sobre sexualidade era em si uma forma do grupo de falar sobre sexo. Ao me apresentar como *nossa estagiária*, Aline está usando o termo estagiária a fim de jogar com um sentido de ambigüidade acerca da nossa relação. Assim, ao mesmo tempo em que ela está comunicando às amigas que está me ajudando a encontrar outras pessoas para participar da pesquisa, ao usar o termo estagiária, ela insinua que nesse assunto, elas estão me *instruindo*. Esse segundo sentido atribuído à relação, introduzido pelo termo estagiária ficou mais explícito em outra situação na qual uma das mulheres pergunta: *como assim estagiária, ela trabalha com vocês?* E Aline responde: *ela estuda homossexualidade feminina e nós estamos ensinando umas coisinhas pra ela a esse respeito*.

Numa situação como essa, em uma mesa de bar, fica evidente que as mulheres estão significando a minha conversa com Verônica como uma espécie de flerte, característico de uma situação de conquista sexual. Analiso esses exemplos como extremamente ilustrativos de uma forma acionada pelas mulheres para falar de sexualidade num ambiente público através de brincadeiras e provocações verbais. Nesse contexto, as considerações de Bozon são fundamentais para entender aquela forma de falar de sexualidade e me posicionar no campo não de maneira a não fugir das brincadeiras e sim explorá-las como metáforas utilizadas para falar sobre sexualidade.

As situações narradas, acerca das familiaridades e dos estranhamentos com o grupo pesquisado, foram selecionadas porque são expressivas de minha experiência etnográfica junto às mulheres das quatro redes de amizade pesquisadas. Desse modo, o capítulo tem um caráter instrumental de ilustrar, em linhas gerais, as estratégias metodológicas que pautam o campo e que devem ser levadas em conta porque influenciam sobre a qualidade dos dados coletados.

3. OS ESPAÇOS DA PARCERIA HOMOERÓTICA FEMININA

Este capítulo concentra-se no contexto de estabelecimento das parcerias homoeróticas. Assim, ao invés de explorar o comportamento sexual isoladamente, privilegiei as dinâmicas e os atores sociais envolvidos no estabelecimento das parcerias. Em virtude dessa opção, o trabalho de campo foi realizado em situações de lazer e sociabilidade, tais como bares, boates, cafés, shows, festas, jantares, reuniões de amigos, entre outros, nos quais predominava a intenção de lazer, divertimento e encontro de amigos.

Simmel (1983) define sociabilidade como “forma lúdica de sociação” que, em sua manifestação pura, não possuiria objetivos, conteúdos e nem resultados exteriores, ou seja como um fim em si mesma. Porém, ao trabalhar sobre o campo empírico, além do interesse sociativo puro, as situações de sociabilidade observadas são também momentos privilegiados para conhecer e interagir com potenciais parceiras. Nesse sentido, para Simmel, um interesse exterior, como a busca de parceiras, implica a transformação da sociabilidade em um mediador da relação, e não mais como um fim em si mesmo. Assim, sendo o interesse das mulheres também orientado para o estabelecimento de uma relação, entendo que a constituição da parceria feminina além de se constituir em meio a momentos lúdicos de sociação, é em si uma forma de sociabilidade, como outras, que se estabelecem entre mulheres, caracterizadas por interesses e expectativas de reciprocidade. Em termos analíticos, o conceito é utilizado da forma proposta por Velho (1986), qual seja do estudo da sociabilidade como um caminho privilegiado para o desenvolvimento de uma cultura subjetiva.

No que concerne à situação de estabelecimento de parcerias sexuais e afetivas, resgato a caracterização de Béjin e Pollack (1977) acerca do processo de racionalização da sexualidade. Este seria marcado ao mesmo tempo pela liberação de uma série de constrangimentos morais e pelo surgimento de novas formas de controle social³⁵ Nesse processo a sexualidade adquire uma autonomia em relação

³⁵ Uma das principais condições dessa racionalização é a formação e legitimação do corpo de especialistas da sexualidade, os sexólogos. Essa elaboração é contemporânea do trabalho de Foucault e desenvolve argumentos semelhantes aos desse autor, no que concerne ao processo de racionalização da sexualidade. A referência ao seu trabalho é adequada no contexto desse trabalho

às demais esferas da vida social, justificando-se pelo prazer produzido e livremente trocado entre os parceiros, o qual passa a possuir uma unidade de mensuração que é o orgasmo. É nesse contexto que o autor qualifica a formação de um “mercado sexual”, que tem como moeda o prazer trocado entre os parceiros. Decorre disso, que a ligação entre os indivíduos independe dos laços sociais estabelecidos. No entanto, a troca estabelecida, mesmo formalmente equivalente, é sempre desigual porque beneficia aquele que dispõe de uma quantidade suficiente de recursos não sexuais (em seu favor), tais como elementos estéticos, materiais e simbólicos.

Entendo desse modo, que as práticas sociais e seus significados posicionam as mulheres em relação ao estabelecimento das parcerias homoeróticas no mercado de trocas sexuais. Desse modo, inicio a argumentação descrevendo e analisando os espaços de sociabilidade nos quais as parcerias homoeróticas entre mulheres se estabelecem. A linha principal de diálogo que orienta a argumentação é a caracterização de uma sociabilidade fora do gueto, a qual orienta uma série de possibilidades de estabelecimento de parcerias que se encontram diluídas nas relações sociais mais amplas que as mulheres estabelecem. Começo também a delinear, neste capítulo, as especificidades de gênero e estilo de vida que orientam a constituição da parceria.

3.1 Sociabilidade fora do gueto

Muitos estudos sobre homossexualidade, como os de Levine (1979), de Pollak (1983) e de Perlongher (1987), entre outros, privilegiam a discussão sobre a formação, no espaço urbano, de espaços estreitamente vinculados à orientação sexual dos sujeitos, mais especificamente, a formação de guetos gay. A expressão gueto foi apropriada sociologicamente pela Escola de Chicago para descrever, no contexto norte-americano, as redes de vizinhança habitadas por negros, judeus ou grupos provenientes de outra nacionalidade ou origem étnica. De acordo com Perlongher (1987), o termo passou a ser associado à homossexualidade a partir da tentativa de Levine de legitimar a noção de “gay ghetto.” Este autor procurava adaptar

porque ele confere maior centralidade às práticas sexuais e aos comportamentos relacionados a elas, elementos o quais escapam do foco análise de Foucault.

as condições definidas por Wirth (1969), quais seja, concentração institucional, área de cultura, isolamento social e concentração residencial, aos bairros de predomínio homossexual em Boston, Nova York, Chicago, São Francisco e Los Angeles.

Perlongher propõe um uso crítico da expressão “gueto gay”, conceituando de forma flutuante e não delimitada geograficamente, com o objetivo de se referir “aos *sujeitos* envolvidos no sistema de trocas do mercado homossexual (...) e aos *locais* onde as atividades relacionadas com sua prática sexual (e geralmente também existencial) se exercitarem com freqüência consuetudinária” (PERLONGHER, 1987, p.66). Para o autor, uma das vantagens da utilização do termo gueto, em termos descritivos, é que essa palavra foi incorporada, em grande medida, ao meio homossexual.

No que tange à bibliografia acerca da homossexualidade feminina, destaco o trabalho de Perucchi (2001), que se apropria do termo gueto para descrever uma boate, caracterizada como espaço cultural e de lazer, que seria um território reconhecido por seus freqüentadores como o “gueto GLS florianopolitano”. A autora centra sua análise na importância do gueto para a formação de modos de vida e, em consequência, na construção de subjetividades. Sua argumentação caracteriza o gueto como um lugar de proteção e ao mesmo tempo de exclusão. Ou seja, por um lado, o gueto reflete a lógica excludente da sociedade ao cercear a liberdade de expressão dos indivíduos a determinados espaços. Por outro lado, a experiência do gueto é fundamental no processo de identificação dos indivíduos a partir da percepção de que no gueto se está “entre iguais”.

Essa tendência de incorporação do termo gueto, para designar certos estabelecimentos, pode ser observada também entre algumas das participantes da pesquisa³⁶. Da mesma forma que Perucchi, as mulheres associam o termo gueto a um espaço territorialmente delimitado, voltado para o público GLBT. No entanto, as participantes da pesquisa qualificam o gueto em um sentido diverso daquele proposto pela autora. Assim, ao me falarem de sua freqüência esses espaços, me causava estranhamento muitas mulheres dizerem: *a gente não freqüenta muito gueto* ou então, *nós não vamos apenas em lugares gays*. É recorrente entre as mulheres a idéia de que os *guetos* ou *lugares gay* não são as suas únicas opções de lazer.

³⁶ Entendo que a utilização desse termo está relacionada a um determinado capital escolar, compartilhado pelas mulheres, bem como também a sua participação em movimentos sociais, de caráter racial - étnico e de livre expressão e orientação sexual.

A pertinência desse discurso é facilmente evidenciada nos dados de observação participante, os quais informam sobre a inexpressividade da presença de mulheres nos espaços oficialmente voltados ao público GLBT. Em síntese, destaco a preponderância da presença de homens de orientação homoerótica em praticamente todos os espaços freqüentados. Estimando uma proporção, arrisco dizer que as mulheres representam cerca de vinte por cento do público. Além disso, o público de homens é geralmente o mesmo enquanto o de mulheres varia mais, de uma semana para outra. A presença de mulheres chega a ter alguma expressividade, nos espaços de vinculação GLBT, apenas em circunstâncias especiais, relacionadas a eventos, como determinados *shows* ou festas de aniversário, comemoradas no local. Conversando com as mulheres que encontrava e com funcionários dos estabelecimentos, aprendi que a presença feminina estava concentrada em alguns dias específicos, como no *Venezianos*, onde se pode observar uma grande presença de mulheres na sexta feira, dia da *Roda de Viola*.

Desse modo, entendo que a designação gueto, da forma como é apropriada por Perucchi (2001), assume uma conotação territorial que é pouco adequada para entender o contexto aqui estudado. Além disso, em termos analíticos, essa caracterização tomada isoladamente homogeneiza as experiências e sociabilidades das pessoas envolvidas em relações homoeróticas. Dessa forma, para fins de análise do estabelecimento da parceria homoerótica feminina adoto, como referência, a discussão proposta por Perlonguer (1987). Este autor, ao caracterizar o “negócio do michê”, privilegia a apropriação da noção de região moral desenvolvida por Park (1979) de acordo com a qual o espaço urbano estaria dividido em círculos concêntricos de delimitação imprecisa que agrupa certas populações e sua perambulação em busca de sexo e divertimento. Nas palavras de Park (1979, p.64)

É inevitável que os indivíduos que buscam as mesmas formas de diversão...devam de tempos em tempos se encontrar nos mesmos lugares. O resultado disso é que, dentro da organização que a vida cidadina assume espontaneamente, a população tende a se segregar não apenas de acordo com seus interesses, mas de acordo com seus gostos e temperamentos.

Embora se dedique sobre a questão da prostituição viril no centro de São Paulo, a apropriação de Perlongher da categoria região moral é profícua para pensar o contexto dos espaços de sociabilidade vinculados ao público GLBT em Porto

Alegre. Ao observar as marcações do mapa da cidade, apresentado no segundo capítulo, que apontam para a localização desses espaços no meio urbano, identifiquei uma concentração destes no bairro Cidade Baixa e arredores. Além disso, os espaços freqüentados durante o trabalho de campo, que seguiram a orientação das participantes da pesquisa estão também, em sua maioria localizados neste bairro. Esse bairro também pode ser caracterizado por uma concentração de espaços lúdicos e opções de lazer noturno, que gira, em grande medida em torno da população estudantil (universitária) que reside no bairro e em suas imediações. A caracterização da Cidade Baixa como uma região *de maior tolerância* às manifestações homoeróticas é amplamente reconhecida pela população, de forma a ser expressa inclusive de forma jocosa através da expressão *Cidade Bicha*. Desse modo, os dados apresentados a seguir serão analisados com referência a esse contexto.

Dentre os espaços com vinculação GLBT, os estabelecimentos preferidos são os bares da rua da República. Esse dado complexifica a classificação desses espaços porque o *Porto Bier*, *Pier 174* e o *Garrafas* são *barzinhos de rua*³⁷ que, mesmo assumindo uma proposta de sociabilidade GLBT, não se limitam a atender esse público, bem como não assumem a característica de proteção, a qual se refere o trabalho de Perucchi. Em virtude de sua proximidade com a rua, ao invés de proporcionar um ambiente de segurança e portanto de maior liberdade de expressão das relações entre as mulheres, eles expõem os casais ao contato com o público que por ali transita.

A partir desse estranhamento, acerca da não preferência por espaços com vinculação GLBT, passei a dar mais importância na etnografia a outros espaços, tais como os bares *Yang* e o *Mediterrâneo*, a *Lancheria do Parque*, a *Nova Olaria*, o *Mix Bazar*, a festa *Bagasexta*. Estes espaços, apesar de não possuírem uma proposta GLBT e nem assumirem oficialmente uma vinculação com este, foram apropriados por esse público, sendo referidos pelas mulheres como importantes espaços de lazer. Passei a identificar tais lugares como espaços de sociabilidade gay à medida que aumentava minha inserção em diferentes redes de relações, e passava a visitá-los

³⁷ A expressão *barzinho de rua* refere-se à característica de ocupação da calçada pública em frente ao bar como se esta fosse uma extensão do bar. Geralmente com pequeno espaço interno, a maioria das mesas e cadeiras ocupadas pelo público está disposta sobre a calçada. Esses bares são bastante encontrados por todo o bairro Cidade Baixa, em especial na Rua Lima e Silva e parte da rua da República (entre a Lima e Silva e a João Pessoa).

acompanhada de minhas informantes. Mesmo não configurando a maioria do público, essa apropriação é largamente reconhecida tanto entre a população gay quanto pelo público em geral. Um importante indício que chamou minha atenção para esse elemento foi a insistência de várias pessoas ao meu redor, inclusive das participantes da pesquisa, em enfatizar que *para fazer esse trabalho, tu tens que ir lá*. Além disso, não foram poucas as vezes que ouvi referências à *Boiolaria*, referindo uma associação entre o nome do lugar e a freqüência da população GLBT³⁸.

Ao chamarem minha atenção para sua freqüência a outros espaços lúdicos como boates, bares, cafés, restaurantes, atividades culturais e artísticas, viagens de turismo, sem nenhuma vinculação ou apropriação gay, as mulheres pesquisadas reivindicam, a partir de uma justificativa igualitário-individualista, a possibilidade de freqüentarem os mesmos lugares *que qualquer casal heterossexual*. Essa reivindicação é característica do desenvolvimento, em meio ao espaço urbano, do individualismo quantitativo, descrito por Simmel como associado à perspectiva de uma “independência individual” que foi consolidada historicamente durante o século XVIII. O efeito desse “*singleness*” seria promover a diferença ou distinção do indivíduo e ao mesmo tempo a igualdade de todos os indivíduos entre si (WAITZBORT, 2000).

Em contraposição à idéia de gueto, associada por minhas informantes aos espaços de vinculação GLBT, os espaços apropriados costumam ser descritos como espaços sem preconceito, direcionados a um público *aberto* ou *alternativo*. Essa preferência por esses espaços *alternativos* pode ser sintetizada no depoimento de Márcia (rede A), que foi proprietária de uma casa noturna com proposta GLS no fim da década de noventa.

Eu não gosto de me fechar sabe, eu não gosto dessa coisa de gueto, de ir sempre naqueles mesmos lugares e encontrar sempre aquelas mesmas pessoas. Tipo essa festa que estava tendo do Clube da Luluzinha, eu até fui com a Ana, mas eu não gostei sabe, ir de vez em quando tudo bem sabe, pra ver como é que é e tal, mas gostar mesmo eu não gosto. Eu gosto de diversidade, eu gosto de ter experiências diferentes, eu procuro encontrar pessoas que gostem de fazer o que eu gosto, e isso não importa, sabe se é gay, se é lésbica, se é heterossexual. Mesmo quando eu tinha o “Fim de Século”, ele

³⁸ A Nova Olaria é uma galeria de comércio que comporta, além de lojas de artigos diversos, restaurantes, bares e cafés também um cinema chamado Guion. Devido à expressiva presença do público gay, principalmente nos domingos a tarde, o lugar passou a ser chamado de *Boiolaria*, como forma de misturar comicamente o nome olaria com a expressão pejorativa *boiola* utilizada no senso comum como sinônimo de *gay*.

não era um gueto sabe, e foi um grande sucesso, ele deu certo exatamente porque era um lugar aberto, um lugar alternativo. Ele foi o princípio do GLS aqui em Porto Alegre porque ia de tudo mesmo, não tinha um público específico, iam muitas pessoas gays, mas também ia muita gente hetero.

Ou seja, a busca por espaços *abertos* sintetiza a inserção da parceria homoerótica num circuito de relações, que pressupõem certo nível de intelectualidade da parte dos indivíduos e no qual a orientação erótica dos indivíduos não tem relevância. Assim, a ênfase que recai sobre a sociabilidade, ao privilegiar o compartilhamento de certo gosto para atividades de lazer e experiências diversificadas, é significativa do “cultivo da subjetividade”, compartilhada entre os indivíduos provenientes de camadas médias, que se dá a partir do investimento em uma “sociabilidade qualificada” (VELHO, 1986, p.19).

Velho (1986) fundamenta-se na discussão sobre o individualismo proposta por Simmel, acerca de sua forma qualitativa – *uniqueness* - que, segundo Waitzort (2000), foi desenvolvida durante o século XIX e compreende o indivíduo como algo absolutamente único, que procura se diferenciar dos demais pela sua especificidade, trata-se do “indivíduo que procura a si mesmo”³⁹.

Não poderia deixar de destacar um terceiro espaço, privilegiado para o estabelecimento de parcerias homoeróticas que são as festas particulares, jantares em casa, viagens e programações de final de semana, com a parceira e/ou com grupos de amigas. Estes eventos são privilegiados pelas mulheres para sociabilidade e estabelecimento de parcerias. Trata-se de eventos para os quais as mulheres são contatadas pelas redes de relações. Muitas festas particulares acabaram por se tornar grandes festas públicas, com público esperado de duzentas à quatrocentas mulheres. Um exemplo é a festa do *Gaia Mix* organizada mensalmente desde a metade de 2003, ou então a *Festa da Luluzinha* e a *Festa Melissinha*, as quais estão ainda em suas primeiras edições. Da mesma forma que essas festas, a *Roda de Viola do Venezianos* e a *noite gay do Ocidente*, ou mesmo shows de algumas cantoras, se caracterizam pela expressividade da presença feminina se comparados aos demais bares e boates que são espaços com vinculação GLBT.

³⁹ Esse tipo de individualismo pressupõe a antecedência de uma forma quantitativa – *singleness*. Simmel entende que o advento da forma qualitativa não faz com que o individualismo quantitativo desapareça. Pelo contrário, o autor defende que as tendências quantitativa e qualitativa estão, no contexto da cidade, em conflito contínuo. esse paradoxo do individualismo está relacionado ao que o autor define por tragédia da cultura (WAITZBORT, 2000).

A preferência por esses eventos ficou ainda mais explícita no trabalho de campo, quando, certa noite, algumas informantes me convidaram para assistir o show de uma cantora lésbica que fazia muito sucesso em São Paulo e no Rio de Janeiro. O show aconteceu no *Da Lua Bar*, no qual eu já havia estado sozinha para conhecer o espaço, mas para o qual não tinha dado muita importância porque, como diziam as minhas informantes, *vivia as moscas*. Naquele dia, para minha surpresa, a casa estava cheia, e o público era exclusivamente de mulheres. Todas as mesas haviam sido reservadas com antecedência, por casais de namoradas e grupos de amigas. Ao perguntar às mulheres do grupo, com o qual eu havia ido, e que costumavam freqüentar o bar, ouvi apenas negativas e comentários que desqualificavam o espaço em termos estéticos e ofertas de divertimento. Cristine, (rede CC), comenta que *a gente veio porque elas* (referindo-se a um casal de amigas) *nos convidaram*. Esclareceram-me ainda que este casal de amigas conhecia as donas do bar e que acreditava ser este o caso de grande parte das mulheres que estavam no local.

As redes de amizades, compostas tanto por mulheres como por homens de orientação homoerótica ou não, são elementos fundamentais na organização da sociabilidade lúdica e também no agenciamento da parceria feminina. Elas se sobrepõem à lógica da territorialização à medida que são instituidoras e articuladoras dos espaços lúdicos de sociabilidade. Dessa forma, elas perpassam tanto os lugares oficialmente vinculados ao público GLBT, quanto os espaços por ele apropriados, bem como também os que não têm nenhuma vinculação com esta. Dessa forma, observei que os estabelecimentos privilegiados por muitas mulheres, direcionados ou não ao público gay, tratavam-se de bares e cafés, cujas proprietárias formam um casal *conhecido* ou *amigo* do grupo freqüentador. Em relação aos lugares oficialmente gays visitados, dos sete espaços visitados, quatro apresentam essas características. Além destes, muitos daqueles espaços considerados sem vinculação com o público GLBT, freqüentados pelas mulheres também apresentam essa configuração.

Essas redes de relações são compostas não apenas por homens e mulheres de orientação homoerótica, mas também por outros amigos heterossexuais acionados através das outras relações, as quais compõem o pertencimento social do indivíduo. Nesse contexto, é fundamental a referência ao trabalho de Schutz (1979) no que concerne à sua argumentação sobre o trânsito dos indivíduos por diversas

“províncias de significado” a partir das quais é possível pensar o agenciamento da parceria feminina como diluída em meio às outras relações sociais que as mulheres estabelecem, tais como trabalho, estudo, atividades artísticas e culturais, escolhas de lazer, internet, entre outros⁴⁰.

No que tange à associação dos espaços GLBT com a formação de comunidades de identificação baseadas na orientação homoerótica, faço referência ao argumento de Pollak, acerca das especificidades de vivência da homossexualidade relacionadas ao pertencimento a determinado segmento sócio-econômico. Esse autor destaca uma importante relação entre capital cultural e oportunidades de acesso a uma homossexualidade livre. Dessa forma, por desfrutarem de uma maior aceitação social por parte das famílias e dos colegas de trabalho, os indivíduos pertencentes a grupos médios “se apóiam menos na comunidade homossexual para construírem o seu equilíbrio afetivo” (POLLAK, 1988, p.29).

Desse modo, sem desconsiderar a importância da vinculação dos espaços de sociabilidade e público GLBT para a expressão sexual e afetiva dos pares femininos, entendo que a relação das mulheres com os espaços de vinculação GLBT adquire um caráter menos totalizador, não podendo ser pensado em termos de uma comunidade de identificação. Assim, no contexto de camadas médias aqui estudado, sugiro a prevalência das redes de amizade na organização da sociabilidade e no estabelecimento da parceria homoerótica.

3.2 O espaço público e privado das mulheres e de suas parcerias

A caracterização esboçada dos espaços nos quais as parcerias se estabelecem informa sobre a maneira como as mulheres dão um sentido erótico a determinadas práticas e também sobre a forma como a esfera da sexualidade se relaciona com os espaços público e privado. Para analisar essa relação, tomo como referência o conceito de gênero, que é elaborado por volta dos anos setenta no contexto dos então chamados estudos da mulher, com o objetivo de chamar atenção para o fato de que as diferenças entre homens e mulheres não resultam apenas de diferenças anatômicas e fisiológicas, mas também de construções sociais e culturais

⁴⁰ A respeito da apropriação do trabalho de Schutz para análise do contexto urbano brasileiro, ver Velho e Kuchiner (2002).

que se inscrevem nos corpos. Dentre as primeiras elaborações, destaco a definição dos sistemas de sexo-gênero de Rubin (1975), o qual tinha como objetivo separar os dois diferentes níveis (biológico e social) que a condição sexual comporta⁴¹.

A maneira como esse conceito tem sido elaborado desde então assume uma série de variações em termos das diferenças lingüísticas de cada cultura, das especificidades históricas e políticas de desenvolvimento do movimento feminista e da apropriação por parte de diferentes áreas do conhecimento. Para fins deste trabalho, me utilizo-me desse conceito a partir das discussões elaboradas no âmbito da antropologia. De uma forma geral, no campo da antropologia, os estudos de gênero estão historicamente associados aos estudos de parentesco, mesmo entre as antropólogas feministas. Em virtude dessa estreita relação, pode-se observar uma vinculação explicativa dos conceitos de gênero e parentesco que é orientada pelas homologias estabelecidas entre a oposição masculino e feminino e as oposições entre esfera pública e privada (doméstica) e entre natureza e cultura. Mais especificamente, me dedico, nesta seção, a explorar a relação da sexualidade com a homologia que associa a mulher ao espaço privado e o homem ao espaço público.

A fim de introduzir as especificidades de gênero, analiso os dados acerca da forma como as mulheres conhecem as suas parceiras. No que diz respeito à trajetória sexual e afetiva, os dados sugerem a predominância de três possibilidades de interação com potenciais parceiras: i) em um espaço oficialmente voltado ao público GLBT ou apropriado por este, como os referidos anteriormente; ii) através de amigos ou conhecidos comuns; iii) pela internet. Cabe ainda registrar a existência de possibilidades menos expressivas, através das quais as mulheres se conhecem dentro de movimentos sociais e, entre estes, especificamente o de luta pelo reconhecimento dos direitos de livre orientação e expressão sexual, como a Parada Livre por exemplo⁴².

⁴¹ Sua argumentação é, em grande parte, baseada no conceito de parentesco proposto por Lévi-Strauss. A autora atribuiu à instituição do parentesco e simultaneamente da cultura o *locus* da opressão feminina, que não se restringe às mulheres mas também a outras minorias sexuais. A forma através da qual o feminino seria construído estaria baseada na divisão sexual do trabalho e na construção psicológica do desejo, como um processo de domesticação das mulheres (Rubin, 1975). De acordo com Haraway (1999), Rubin é influenciada pela discussão marxista à medida que acredita no sistema sexo-gênero como um produto da atividade humana que pode ser transformado através da luta política.

⁴² Nesse sentido, vale destacar que acompanhei, durante a realização do Projeto Olhares a formação de casais ou o estabelecimento de parcerias entre mulheres que se conheceram no projeto, bem como passaram a se identificar como homossexuais a partir do ingresso no grupo ativista, no caso, a Liga Brasileira de Lésbicas da Região Sul.

Embora predomine, na trajetória das mulheres entrevistadas, a parceria com mulheres apresentadas ou contatadas através de amigos ou pessoas conhecidas, são possíveis várias combinações envolvendo essas três possibilidades de *conhecer* uma parceira ou, pelo menos, obter informações sobre ela. Cito esse dado porque nas relações entre mulheres que acompanhei *conhecer* previamente, seja diretamente no sentido de já ter visto ou interagido com a mulher em outro lugar ou indiretamente no sentido de possuir informações acerca dela, é um elemento fundamental para a constituição da parceria feminina. Essa necessidade de uma interação prévia pode significar apenas uma troca recíproca de olhares, uma referência verbal por parte de amigos, ou um contato com o *perfil* da potencial parceira na Internet. Careaga (2003), ao refletir sobre as especificidades da homossexualidade feminina na América Latina, também indica a importância das redes de relações na circulação das informações das mulheres umas sobre as outras, para o estabelecimento da parceria homoerótica.

A importância que as mulheres atribuem a esse *conhecer* uma potencial parceira torna-se ainda mais evidente à medida que é contrastado pelas mulheres às práticas caracterizadas como *sexo anônimo*, por elas observadas entre os amigos gays.⁴³ Elas atribuem essa caracterização a práticas homoeróticas entre homens que ocorrem nos *dark rooms* (salas escuras) das boates GLBT e em *locais de pegação*, como parques, banheiros públicos, vídeo-locadoras e cinemas pornôis, cujo agenciamento ocorre quase exclusivamente no espaço público e que não demandam nenhum conhecimento prévio entre os parceiros.

Vários espaços oficialmente GLBT oferecem tais possibilidade de consumo sexual, as quais são utilizadas quase exclusivamente por homens. Como foi referido no início desse capítulo, a frequência das mulheres a esses espaços é inexpressiva, se restringindo a situações eventuais, nas quais as mulheres vão geralmente acompanhadas de amigos gays. O tipo de referência a esses espaços pode ser sintetizado na fala de Janaína (rede S): *Se eu já fui no dark room? Sim, pra chamar os guris pra me levarem pra casa*. Ou então durante a conversa com Marina (Rede P) na qual narrava entusiasmada o dia em que havia entrado na sala escura: *Eu estava completamente bêbada, só ouvia as bichas gritando: ai! ai! Encontrei um corpo*

⁴³ Esse contraste é mais bem explorado na quinta seção do quarto capítulo que trata especificamente das práticas de sexo seguro, entre as quais o fato de as mulheres conhecerem as suas parceiras é percebido como uma garantia de prevenção de doenças.

estranho. Essas referências apontam para um estranhamento não apenas das mulheres ao transitarem por esses espaços, mas também dos próprios homens ao se depararem com elas.

Essa associação, realizada pelas mulheres entre os estabelecimentos que oferecem possibilidade de práticas sexuais e o público masculino, é evidenciada também por outros trabalhos sobre homossexualidade na América Latina. A esse propósito, faço referência ao trabalho de Careaga (2003) que, ao comparar estabelecimentos gays e lésbicos, atribui aos lésbicos um caráter muito menos erótico. Segundo o argumento de Careaga (2003, p.03)

Os lésbicos, por reproduzirem a condição de gênero, são sexualmente muito mais discretos (...) o culto ao corpo é também muito diferenciado, aqui [nos lugares lésbicos] não encontramos fotografias de mulheres nuas ou mostrando determinadas partes do corpo, nem salas escuras e nem vídeos pornográficos. Ou seja, elas não pretendem estabelecer encontros sexuais nesses espaços, mas no que tange o culto ao corpo, se observa na vestimenta, nos perfumes, nos penteados e nos acessórios que usam⁴⁴.

A autora argumenta que os espaços voltados ao público homossexual feminino se distinguem dos masculinos, principalmente pelo tipo de erotização caracterizada pela possibilidade de práticas sexuais e pela ênfase na exposição do corpo nu, característica dos espaços masculinos. Sua análise portanto está fundamentada no conceito de gênero, em termos de uma oposição entre masculino e feminino. Ela chama atenção para a forma como os significados socialmente associados ao gênero feminino se sobrepõem à diferença de orientação sexual entre as mulheres. Desse modo, as mulheres de orientação homoerótica não apenas atenderiam às expectativas que recaem sobre o feminino como também reproduziriam a configuração de gênero que opera no contexto heterossexual.

No âmbito da discussão sobre homossexualidade feminina, não basta explicar a diferença em termos sociais, é preciso entender de que forma as diferenças sociais são construídas. Nesse sentido, faço referência ao trabalho de Strathern (1992), em que é demonstrado etnograficamente como o gênero é um operador

⁴⁴ Essa citação resulta de tradução livre do original: Los lésbicos, en reproducción a la condición de género, son sexualmente bastante más discretos, (...) el culto al cuerpo también es bastante diferente, acá no se encuentran fotografías de mujeres desnudas o mostrando determinadas zonas del cuerpo, ni quartos oscuros, ni vídeos pornográficos. Es decir, no pretenden encuentros sexuales en estos espacios, pero el culto al cuerpo, se observa en la vestimenta, los perfumes, los peinados y los accesorios que portan (CAREAGA, 2003:03).

privilegiado de diferenças sociais, característico da nossa sociedade ocidental moderna, que adquire legitimidade social por imputar à natureza uma essência diferencial, não levando em conta que a própria noção sobre o que seja natureza é construída culturalmente. Essa autora afirma que muitos pesquisadores, ao estudar povos não ocidentais, impuseram a estes dicotomias como masculino e feminino, natureza e cultura, sendo que estas não fazem nenhum sentido dentro do sistema cognitivo desses povos. (STRATHERN, 1992)⁴⁵.

Assim, no que concerne à descrição de Careaga sobre os espaços lésbicos, entendo que analisar um espaço, no qual se desenrolam práticas de sedução e conquista entre mulheres como não erótico, por oposição ao que acontece na sociabilidade entre homens de orientação homoerótica, é uma forma de imputar às interações entre as mulheres no espaço público um sentido menos erótico, sem considerar o que é entendido como erótico pelas próprias mulheres. A esse propósito, lanço mão da observação de campo, através da qual pude perceber que certas práticas como conversas e trocas de olhares podiam ser muito mais erotizadas pelas mulheres do que qualquer exposição corporal.

Como freqüentava os espaços de sociabilidade geralmente acompanhada das participantes da pesquisa, passei a prestar atenção a determinados jogos de excitação mútua pautados de palavras, olhares e também de toques corporais discretos que precediam a saída do casal para um local mais íntimo. Tais práticas podem passar despercebidas a um observador desatento em qualquer local de sociabilidade, de forma que não se trata necessariamente de uma questão de falta de eroticidade e sim da visibilidade que os sentidos atribuídos a determinadas prática adquirem, pela forma como se apresentam no espaço público.

Nesse sentido, Heilborn (1992) e Muniz (1992) assinalam a existência de uma “cultura pública” menos expressiva entre mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres. Ambas se dedicam ao estudo do contexto carioca e evidenciam a existência de um número menor de estabelecimentos especificamente voltados ao público homossexual feminino. Já na cidade de Porto Alegre, de acordo com os organizadores do guia gay, não há uma separação entre espaços voltados aos homens e outros, para mulheres. Isso, porém não implica que as mulheres que

⁴⁵ Entre os Hagen, pesquisados por Strathern, as pessoas seriam compostas por múltiplas partes gendradas que interagem e se transformam constantemente uma na outra. Assim, o masculino pode ser percebido como contendo o feminino e vice-versa, sendo cada um, uma versão diferente do outro (STRATHERN, 1997).

se relacionam com mulheres transitem menos pelo espaço público. Nesse sentido, destaquei, na seção anterior, que as mulheres privilegiam espaços públicos de sociabilidade que não possuem vinculação GLBT. Portanto, o que está em questão é o modo como as mulheres se relacionam com o espaço público, o qual prevê uma apresentação de si que não informa, necessariamente, sobre a sexualidade. Em relação ao envolvimento sexual, os dados informam que este costuma ocorrer no âmbito do privado: na casa de uma das parceiras, na casa de amigos ou amigas destas, ou em motéis.

Nesse sentido, retomando a discussão de gênero, acerca das formas de construção do que seja ser mulher, destaco a argumentação de Butler (2003) sobre as “práticas regulatórias” que promovem uma expectativa de coerência entre sexo (mulher), gênero (feminino) e orientação erótica (heterossexual), as quais podem ser reiteradas ou subvertidas a partir das práticas sociais⁴⁶.

Portanto, a forma como as mulheres se colocam no espaço público, mais discretamente e procurando dispensar uma associação explícita com a orientação homoerótica, reitera as expectativas que recaem, de uma forma geral, sobre o gênero feminino. O fato de as mulheres nunca freqüentarem os espaços públicos de sociabilidade desacompanhadas, sendo sempre posicionadas no mercado sexual pelas redes de relações das quais elas fazem parte, constitui um exemplo dessa tendência.

A partir disso, analiso os dados coletados acerca da opção por espaços de sociabilidade. Visto que todos os três tipos de espaços de sociabilidade descritos compõem o campo de possibilidades das mulheres, a escolha por um espaço de sociabilidade, mais ou menos vinculado ao público GLBT, não ocorre apenas em função da oposição entre uma forma de ocupação feminina e masculina do espaço público, mas sim em relação ao tipo de parceria estabelecido. Dessa forma, passo a analisar essas variações, confrontando mulheres envolvidas em relações estáveis com aquelas que não *estão casadas*, ou mantêm relações eventuais com outras mulheres.

⁴⁶ Aproprio-me do conceito de gênero proposto por Butler porque sua proposta vai ao encontro da discussão antropológica acerca da problematização da desconstrução das oposições entre público e privado e entre natureza e cultura. Nesse sentido a argumentação desenvolvida por Delaney e Yanagisako (1995) e Strathern (1992) fornecem elementos para pensar essas oposições como derivadas de um contexto cultural e de um momento histórico específicos.

Os dados coletados informam sobre a percepção das mulheres acerca dos lugares oficialmente *gays* como espaços marcados pela *caçassão*. Esse termo *caça* é empregado para descrever a situação de busca de parceiras. Dessa forma, as participantes da pesquisa vão às boates GLBT quando estão solteiras e interessadas em constituir uma parceria, *para caçar*. Nesse sentido, evidencio uma gradação entre boate, o pub (fechado) e bar de rua. Quanto mais próximo à boate, mais o local é entendido como *lugar para caça*. Em oposição, os bares de rua ou bares abertos (nos quais existe um livre trânsito de pessoas de diferentes orientações sexuais) são percebidos como menos marcados pela *caçassão* e, portanto, mais freqüentados pelas mulheres em geral. Não foram poucas as vezes que ouvi minhas interlocutoras dizerem que as mulheres depois que *casam*⁴⁷ deixam de freqüentar esses espaços, especialmente boates. Essa idéia pode ser condensada na resposta de Cátia (rede P) que, em certa ocasião num bar da Cidade Baixa, acompanhada de sua namorada, quando interpelada sobre o que achava do fato de se encontrar menos mulheres na noite gay:

Olha Nádia, não sei se tem menos mulheres, acho até que tem bastante. Acontece que a tendência da mulher quando casa (com outra mulher) é de ficar mais em casa, curtir a relação, sair pra jantar, ir no cinema. Porque boate, assim tipo o Ocidente, tu vai se quer caçar, quando tu tá sozinha. Não tem muito fundamento querer ir casada pra boate, tu não achas?

Essa referência reforça a percepção de que a freqüência a lugares voltados para o público GLBT está vinculada à situação de *estar sozinha*. Assim, *estar casada* relaciona-se a despende mais tempo somente com a parceira e por isso, *não tem muito fundamento* a mulher sair para *caçar*. Nesse sentido, Heilborn (1992) destaca que, em comparação ao padrão conjugal homossexual masculino, ocorre uma retração dos casais de mulheres ao ambiente doméstico.

Na linha do que vinha argumentando, em relação à gradação de significado atribuído a essa perspectiva de *caçassão* entre boates e bares, destaco que o elemento diferencial dos casais também pode ser evidenciado através de sua apropriação diferenciada dos espaços. Constatei durante a observação participante,

⁴⁷ A expressão *casar* está indicando a entrada em um relacionamento de conjugalidade, geralmente evidenciado pela coabitação das parceiras, mas pode significar também o início de um *namoro sério*. Uma discussão mais elaborada a esse respeito, juntamente com as questões relacionadas à conjugalidade e às diferenças entre as parcerias eventual e estável, é realizada na primeira parte do quarto capítulo.

principalmente em relação ao *Venezianos*, que oferece também serviço de restaurante, que os casais de mulheres chegam mais cedo, por volta das vinte horas, acompanhadas ou não de outras amigas, jantam e, quando o movimento começa a aumentar voltam para casa. Já as mulheres que não vêm acompanhadas de parceiras, mas sempre em grupos de amigos e amigas, costumam chegar mais tarde e, se não tiverem planos de ir a outro lugar, ou se não estabelecerem uma parceria, ficam até encerrar a programação do local.

Dado o exposto, sugiro a prevalência da repetição das expectativas de gênero em relação ao comportamento no espaço público e à qualificação da sexualidade como assunto da ordem do privado. No entanto, recuso a interpretação da ausência ou prejuízo erótico no que tange à constituição da parceria feminina e proponho que o erotismo das relações entre mulheres seja entendido a partir dos seus próprios significados, e não em oposição ao masculino. Para tanto, a diferenciação entre estar *casada* ou em busca de uma parceira se apresenta como uma possível esfera para explorar a construção das diferenças de gênero, no âmbito da constituição da parceria feminina.

3.3 Qual Feminino?

As redes de relações são ainda importantes para o estabelecimento da parceria homoerótica feminina porque mediam as interações e a dinâmica dos jogos de sedução e conquista entre as potenciais parceiras. É no contexto dessas redes que os significados do feminino são construídos. Desse modo, no que tange à argumentação desta seção, o conceito de gênero é operacionalizado com vistas às especificidades do objeto de estudo, procurando explorar não apenas a construção social das diferenças entre homens e mulheres, mas também entre as próprias mulheres no que concerne às diferentes possibilidades do feminino.

Ao observar mais atentamente a dinâmica da conquista entre as mulheres entendi que a busca de informações sobre as potenciais parceiras está, em grande medida, relacionada a critérios de seleção norteados por um sistema de preferências que, mais do que individuais, são socialmente compartilhados. Refiro-me a conformação de um estilo de vida que orienta a construção social do feminino desejável para o estabelecimento da parceria sexual e afetiva.

Início a argumentação fazendo referência a uma casa noturna, vinculada ao público GLBT e em especial o feminino. O *Vitraux* é referido por Aquino (1992) como um estabelecimento freqüentado por muitas mulheres, se destacando em termos de oferta de lazer e divertimento para o público feminino. Pude constatar essa informação ao visitar o local e também pela fala de minhas interlocutoras. Em geral elas referiam o local como aquele onde eu encontraria *mais mulheres*. No entanto, desconsiderando a proposta dessa boate, ouvi diversas queixas das mulheres sobre a inexistência de *um lugar gay para mulheres* em Porto Alegre. Certa vez em um bar, ouvi uma cantora divulgar a festa Gaia Mix, buscando incentivar as mulheres que estavam no bar, participando de uma atividade relacionada à Parada Livre de 2004, a irem à festa por se tratar de uma opção de festa *para mulheres*. Em suas palavras,

Gente, quero convidar vocês para a Festa Gaia Mix que eu organizo junto com antigas donas do Gaia. Vai ser uma festa super legal, vai ter show acústico com Simone Rios e Joana Ferreira e pista com DJ e percussão ao vivo. Vai ser numa casa linda que a gente aluga, lá na Cavhada. A gente organiza essa festa só pra mulheres porque aqui em Porto Alegre não tem nenhum lugar para mulheres, só tem *Indiscretus*, só tem *Sunga* ...

Sunga e *Indiscretus* são os nomes de boates que na percepção das mulheres são voltadas ao público masculino de orientação homoerótica.⁴⁸ Na fala da cantora fica evidente, ao referir que os estabelecimentos não são lugares *para mulheres*, a inexpressividade da presença feminina nesses estabelecimentos.

No entanto, logo depois da cantora completar o convite, dizendo que na cidade só havia *Sunga* e *Indiscretus*, ouço Carla, que estava sentada ao meu lado dizer: *é, só tem Vitraux*. Entendo que a moça tenta completar o comentário acerca da inexistência de lugares *para mulher*, desqualificando a boate enquanto tal. Dessa forma, entendo que mesmo se constituindo historicamente como um local voltado para a sociabilidade e busca de parceiras de mulheres de orientação homoerótica em Porto Alegre, o *Vitraux* não corresponde à preferência do grupo estudado. Além disso, no decorrer do trabalho de campo, não foram poucas as negativas que recebi de minhas informantes ao convidá-las para ir ao local. Numa ocasião, em um bar da Cidade Baixa, tomando uma cerveja com a ex-namorada, Cíntia, (rede CC), condensa algumas das justificativas para não me acompanhar ao *Vitraux*:

⁴⁸ Entre as ofertas desses estabelecimentos destaco os shows de strippers homens e presença de dark rooms para práticas sexuais.

É por causa do público que vai lá, sabe, porque dá muito bafão, e também por que não dá pra querer com as músicas que eles tocam. Nós até fomos no ano novo, porque dá uma festa legal e não tem nada em outro lugar, mas mesmo assim não deu pra ficar muito tempo. (Pergunto por quê?) Tu ia conseguir ficar num lugar que só toca Bonde do Tigrão e Égüinha Pocotó? Por favor!

A fala de Cíntia enfatiza três elementos que desqualificam o *Vitraux* e o colocam parcialmente fora do seu campo de possibilidades em termos de opção de lazer. O primeiro deles é o tipo de público, caracterizado por outras informantes pela idéia de que *lá só tem caminhoneira*. Essa expressão informa que no local predomina um tipo de parceira não desejável. Um segundo motivo evidenciado na fala é o comportamento considerado escandaloso, expresso pela idéia de *dar bafão*. Por fim, Cíntia ainda destaca a qualidade da música como elemento depreciador do lugar. Todas essas indicações que a fala nos fornece remetem a um gosto de classe e a expectativas de gênero, compartilhados pelas participantes da pesquisa, com os quais as características do referido lugar e do público relacionado a ele se chocam.

Segundo Bourdieu, o gosto reflete a forma como as diferenças sociais mais fundamentais conseguem se exprimir através de um aparelho simbólico. Esse aparelho se constitui a partir das relações dos indivíduos uns com os outros e com as coisas, que importam em virtude do seu valor distintivo. Ou, nas palavras do autor, “o gosto é a propensão e aptidão à apropriação (material e/ou simbólica) de uma determinada categoria de objetos e práticas classificados e classificadores, é a forma generativa que está no princípio do estilo de vida” (BOURDIEU, 1983, p.83).

Entendo, dessa forma, que a freqüência ou não ao *Vitraux* pode ser analisada como uma espécie de marcador de classe social e ao mesmo tempo de adequação às expectativas de gênero compartilhadas a partir de um estilo de vida de classe média, intelectualizada. Para ilustrar essa proposição, chamo a atenção para uma das quatro redes de relações que compõem o universo da pesquisa. É, dentre as quatro, a única das quais consegui acompanhantes para visitar a boate. Trata-se de uma rede em que algumas mulheres passavam por um processo de ascensão social e portanto, como enfatiza Bourdieu, por um processo de aquisição e aprendizado do gosto de classe. Nem todas as mulheres da rede com as quais interagi freqüentavam atualmente o local. Apenas uma delas admitia que a boate estava entre as suas preferências de lazer. As outras referiam já ter freqüentado o local, tempos atrás, sendo que atualmente preferiam não o fazer. No entanto, algumas delas

demonstravam em outros ambientes, como o *Venezianos*, por exemplo, um comportamento pouco adaptado, sendo comum serem advertidas e marginalizadas, pelas amigas e por outras mulheres, pelos seus *bafões*.

Como referi anteriormente, esse gosto de classe se reflete também na escolha das parceiras à medida que orienta a construção de um modelo feminino desejável. Em relação à seleção estética da parceira, predomina, entre o grupo pesquisado, uma valorização da mulher *feminina*, que se preocupa com o visual e com a forma física. Essa preferência pode ser sintetizada a partir da fala de Thaís (rede S), ao se referir ao tipo de mulher que lhe atrai:

Geralmente eu me atraio por mulheres femininas, eu gosto, não precisa ser uma *barbie*, pode ser um estilo mais alternativo, mais despojado assim. Mas, mulheres masculinas, que se vestem como homem, de maneira alguma. Em relação a características físicas, geralmente altas, mais altas do que eu, magras, tá pode ser um pouquinho gordinha, mas nada em excesso.

Na fala de Thaís, encontramos também um outro componente que, em termos estéticos, é valorizado, referido como um estilo alternativo ou despojado. Rosana, por sua vez, fornece mais elementos para pensar esse outro *tipo* de mulher valorizado entre as informantes. Ao lhe perguntar sobre as características que lhe atraem numa mulher ela refere: *gosto das mulheres de estilo mais andrógino, sabe, que brincam com essa coisa do masculino e do feminino. Claro que não uma coisa grosseira, mas uma coisa perturbadora, sabe?* A valorização do andrógino expressa também uma preocupação com investimento no corpo e na forma de apresentá-lo, que é pensada em oposição ao desleixo e despreocupação com a dimensão estética.

Em contraste com o feminino valorizado, encontrei no campo uma depreciação da mulher masculinizada, qualificada como *caminhoneira*⁴⁹, que usa roupas e adota comportamentos tipicamente relacionados ao gênero masculino. Isso pode ser facilmente evidenciado nas respostas das mulheres à pergunta sobre o tipo de mulher, com o qual elas jamais se relacionariam. Veja na resposta nas falas de Sílvia (rede S) e Aline (rede A), respectivamente:

⁴⁹ É importante destacar que o uso do termo *caminhoneira* não resulta de uma classificação da pesquisadora e sim uma categoria através da qual as mulheres se qualificam a si e as outras como mais ou menos femininas. Nesse sentido, não se trata aqui de reforçar o estigma que recai sobre as mulheres masculinizadas e sim sinalizar que uma das formas de fugir desse estereótipo da *caminhoneira* é rejeitá-la em termos de parceria potencial.

Eu jamais ficaria com uma mulher que, se eu olho eu não vejo se é mulher ou se é homem. Não precisa ser magérrima, mas também não pode ser um balão. E, de jeito nenhum eu ficaria com a mulher caminhão, que usa pochete, corta o cabelo assim e separa para o lado, usa camisa social. Olha tem muito homem bonito que eu pensaria em sair antes de sair com uma mulher dessa.

Uma mulher masculina não me atrai, uma mulher que queira parecer um homem sabe, que use camisa e calça de prega, tipo aquelas que a gente viu na festa da Parada, aquelas as mulheres sapatão, não no sentido de gorda até porque a Livia [parceira] também é gordinha, mas ela tem um rosto lindo e se preocupa em ficar bonita e tal, tem um estilo.

Nesse sentido, oito entre as dez mulheres entrevistadas apontam a *caminhoneira* como o tipo de mulher com a qual jamais se relacionariam intimamente. Não há um consenso acerca do que seja realmente uma *caminhoneira*, principalmente porque essa designação é sempre utilizada para falar da outra, nunca é um discurso sobre si ou sobre a parceira. Nesse sentido Cristine destaca que *existem caminhoneiras de todos os tamanhos, desde as caminhoneiras S10 até as Scantias e as caminhoneiras volvo*. Da mesma forma ocorre com a designação pejorativa *sapatão*, como é referido por Aline.

Dados semelhantes são destacados por Perrin e Chetcuti (2002) em pesquisas exploratórias realizadas na Suíça e na França. Essas autoras discutem sobre as diferentes formas de ser que as lésbicas podem adotar, em relação à identificação com o masculino e com o feminino. Os dados das autoras sugerem que as mulheres entrevistadas associam uma imagem negativa à “lésbica masculina”. Embora algumas mulheres destaquem a necessidade de adotar aspectos do comportamento masculino para “adquirir um lugar”, como estratégia de proteção, código identitário ou como “alternativa a um feminino imposto”, de uma forma geral, elas procuram se distanciar do estigma imposto pela designação *caminhoneira*. Uma outra recorrência em relação aos dados aqui apresentados é a percepção das mulheres entrevistadas na França e Suíça de que “a caminhoneira é sempre a outra” (PERRIN; CHETCUTI, 2002, p.14).

Diante dessas semelhanças e partindo da proposição teórica segundo a qual a análise de gênero deve considerar a construção de diferentes feminilidades, questiono qual é o feminino que as mulheres do grupo investigado constroem no contexto do estabelecimento da parceria homoerótica?

O fato de diferenciarem a si e as suas parceiras do estereótipo da *caminhoneira* não implica que a referência ao feminino seja homogênea. Pelo contrário, não é apenas do masculino que as mulheres se diferenciam, é também de um determinado tipo qualificado como feminino *perua*, *barbie* ou *patricinha*. Da mesma forma, esse tipo de feminino é também desqualificado na constituição da parceria. A esse propósito, lembro a fala de Thaís (rede S), dizendo que se atraía por mulheres, mas que essas não precisavam ser *uma barbie*. Da mesma forma, retomando os dados sobre a apreciação das potenciais parceiras, encontrei várias referências a mulheres que são consideradas desinteressantes por serem *muito peruas*. Dentre as narrativas que apontam as *peruas* como parceiras não desejáveis, destaco a caracterização desse tipo de feminino realizada por Rosana, rede CC:

Eu jamais ficaria com aquelas mulheres bem peruas sabe, que tem umas unhas enormes e estão sempre muito bem maquiadas, aquela coisa do ultra-feminino, sabe, que usam perfumes super doces, e estão sempre usando vestidos exuberantes e calçando sapatos com aqueles saltos muito altos e muito finos, esse tipo de mulher me causa um pouco de repulsa.

Essas mulheres, caracterizadas por Rosana como exemplares de uma espécie de ultra-feminino ou de feminino caricato são interpretados por ela como padrões de beleza heterossexuais impostos pelas normas de gênero. Bastante influenciada pela discussão feminista, essa narrativa é exemplar da construção de um tipo de feminino atribuído a si e às parceiras, em oposição ao padrão descrito. Nessa mesma rede de relações, encontramos um outro exemplo, o de Carla, que acentua os padrões mais tradicionais de comportamento feminino:

Eu não gosto de mulheres femininas demais, que traduzam uma conformidade com padrões, eu gosto de pessoas que transgridam um pouco essa diferença de masculino e feminino (...) eu jamais ficaria com mulheres assim muito mairas, sem atitude, conformadas as situações de opressão que vivem. Essas pessoas não só não me atraem como me repulsam porque eu sempre procurei cultivar ao meu redor pessoas que transgredissem isso.

Esse esforço de construção de um feminino *perturbador*, que transgrida as normas da ultra-feminilidade e do conformismo com a situação de opressão da mulher, é fortemente influenciado pelas discussões do movimento feminista e resulta numa preferência pelo andrógino. De forma semelhante, as mulheres entrevistadas por Perrin e Chetcuti (2002), também manifestam a preferência pela “norma do justo

meio” expresso na idéia de “não sou nem um cara, nem uma boneca”. As autoras afirmam que Perrian e Chetcuti, (2000, p.16).

Ainda que não querendo assemelhar-se às mulheres, tal como são socialmente definidas e em particular às mulheres heterossexuais, as lésbicas querem, mesmo assim, permanecer mulheres. Para elas, utilizar as características sociais designadas como masculinas significa não se assemelhar aos homens, mas neutralizar a dominação masculina, rejeitando, ao mesmo tempo, os atributos designados ao sexo social mulher.

Em sua interpretação, as autoras refletem que a androginia permite ir além das características associadas à categoria mulher, porém não contesta o próprio sistema de gênero, marcado pela oposição entre masculino e feminino. Isso seria consequência do fato de a linguagem e os discursos, que estruturam as socializações das lésbicas, estarem baseados nas referências de oposição entre masculino e feminino.

No entanto, em relação ao grupo pesquisado cabe destacar que a construção do feminino não se dá a partir da mediação entre o masculino e o feminino mas sim numa constante negociação entre os extremos da *caminhoneira* e da *perua*. Ou seja, os padrões de apreciação giram em torno da possibilidade de ser ou estar, na opinião das outras, mais ou menos *caminhoneira* ou *perua* e tentar se afastar disso. A esse propósito, cito um exemplo de uma conversa que tive com Sandra (rede S), certa vez em sua casa, pouco antes de sairmos para o *Venezianos*. Ajeitando o cabelo ela me pergunta: *você acha que eu pareço, assim, meio caminhoneira?* Respondo que não e ela comenta que uma amiga a considera *um pouco caminhoneira*. Segundo Sandra, a amiga *vive pegando no pé* para que ela se *arrume mais*. No entanto, Sandra diz que *nem dá bola*, porque ela não se acha *nada caminhoneira*. Além do mais, refere não se importar com a opinião da amiga, porque ela também acha a amiga *meio perua*.

Apesar da ênfase na caracterização estética, os elementos da ordem do comportamento parecem se sobrepor à dimensão estética em relação a escolha da parceira. Isso pode ser evidenciado na fala de Sílvia (rede P), pela referência a uma *postura feminina*:

Tem que ser uma mulher que tenha uma postura feminina, essa é a que mais me atrai, porque tem sempre aquela coisa que a gente chama de bafão né, umas que outras são bem conhecidas, tipo, a

mulher é bonita, mas a postura dela, vive cheirando e enchendo a cara, quando vai pra noite faz bafo, só briga, dá fiasco, sabe.

Ao desqualificar a *mulher bonita que faz bafo*, Sílvia indica que não basta ser bonita, ou corresponder aos seus padrões estéticos para ser considerada uma parceira desejável. Essa *postura feminina* informa sobre um código de comportamento que organiza as atitudes em determinado espaço, em relação ao qual, as mulheres que dão *bafão* são desqualificadas. Ou seja, *dar bafão* é resultado de um não domínio desses códigos de comportamento, e se refere à atitude escandalosa, geralmente associada a *brigar* em público com a parceira, atitude expressa na idéia *fazer cena de ciúmes*. Esses *bafo*s no *Vitraux*, que é qualificado como um *lugar bafão*, podem chegar a situações de violência como por exemplo, a agressão física com objetos como garrafas e cadeiras, a qual tive a oportunidade de presenciar logo na primeira vez que fui ao local.

Um outro elemento que é classificado como *bafão*, o qual pude apreender pela comparação dos dados de observação participante no *Vitraux* e em outros espaços como o *Ocidente* e o *Venezianos*, é a insistência num flerte não correspondido. Depois de algumas semanas freqüentando os dois últimos espaços, aprendi que para demonstrar a uma mulher, pela qual estava sendo cortejada, que não estava interessada em estabelecer parceria, a estratégia mais adequada era, em circunstâncias de investimento de olhares sair do seu campo de visão. Como a troca de olhares é um elemento fundamental do flerte, ao sair do campo de visão da mulher, eu recusava ser cortejada por ela. Além disso, numa situação mais evidente de interesse, eram acessadas as redes de relações para informar o interesse de uma mulher por outra e sua correspondência ou não. Quando, no entanto, uma mulher não respeita esse código e insiste pessoalmente e de forma verbal no flerte, o resultado não podia ser diferente, *dava um bafo*, ou seja, provocava uma situação constrangedora em que a mulher cortejada tinha de *dar um fora explícito*. Esse tipo de insistência na tentativa de estabelecer uma parceria é um tipo de *bafão* que, da mesma forma que os demais, desqualifica a mulher enquanto parceira desejável porque coloca em evidência o seu não domínio dos códigos compartilhados em determinado espaço.

A partir da análise, sugiro que o estabelecimento da parceria pressupõe certa identificação de gênero entre as parceiras. Além disso, entendo a formação do par

homoerótico como uma esfera privilegiada para analisar o processo de construção do feminino.

Assim, no que tange ao estabelecimento da parceria, as participantes da pesquisa se definem, em termos estéticos e de comportamento, como femininas em contraste a dois outros tipos de mulher: i) a *perua* que concentra uma série de atributos relacionados a um feminino tradicional, cujo comportamento correlato é a aceitação das convenções de gênero; II) a *caminhoneira* que repete trejeitos estéticos masculinos e assume um comportamento considerado escandaloso principalmente no espaço público, o qual é descrito como *bafão*. Essa construção de gênero só pode ser pensada com referência à especificidade de estilo de vida compartilhado pelas mulheres, o qual implica certas escolhas culturais e de lazer, investimento na trajetória de estudo e trabalho para fins de um autonomia e independência pessoais, bem como a preferência pelo estabelecimento de parcerias que assumam um caráter simétrico ou igualitário.

3.4 Amigas e Parceiras: as ambigüidades da parceria feminina

Encerro este capítulo traçando algumas considerações no que tange ao tipo de relação estabelecida pelas mulheres com as pessoas que compõem a sua rede de relações. Embora o universo da pesquisa seja composto de mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres, as suas redes de relações incluem também amigos gays, homens e mulheres bissexuais e/ou heterossexuais, os quais, como referi anteriormente, são considerados pessoas mais *abertas*.

Essa não homogeneidade ficou primeiramente obscurecida no trabalho de campo na medida em que privilegiava os momentos em que minhas informantes interagiam com outras amigas de semelhante orientação sexual. Esse viés que a forma de inserção em campo proporcionava ficou muito evidente no estabelecimento do meu primeiro contato com Sandra, no Café do Cofre:

Tentei esclarecer que, num primeiro momento, gostaria de lhe acompanhar em algumas atividades lúdicas, principalmente aquelas que envolvessem outras mulheres, namoradas ou amigas, que também se relacionassem com mulheres. Continuamos conversando sobre outras coisas e antes de nos despedirmos ela me surpreende dizendo que acha difícil combinar um dia para me convidar para sair

junto com amigas que se relacionem com mulheres porque têm poucas amigas homossexuais aqui em Porto Alegre e além disso elas não são muito de sair. “A maioria das vezes eu saio é com os guris (referindo-se a amigos gays) e com o pessoal ligado ao teatro que conheci através da minha ex-namorada”, diz.

Conforme o trecho do diário, o processo de inserção em campo, que inclui a conquista de uma disposição do outro para a participação na pesquisa, esbarra num desentendimento. A potencial negação à participação, por parte de Sandra, me confrontou com as pressuposições acerca da sociabilidade das participantes da pesquisa. Assim, pude perceber o quão essas pressuposições orientavam a minha atuação em campo e passei assim a examinar criticamente os dados que havia coletado.

Desse momento em diante, passei a fazer perguntas às mulheres sobre suas amizades com homens gays e com pessoas de orientação heterossexual em geral, e verifiquei que essas também dispunham de uma valorização social na trajetória e na organização da sociabilidade lúdica de minhas informantes. Nesse sentido, várias pesquisas realizadas entre camadas médias, como Heilborn (1992); Salem (1989); Velho (1986 e 1999), já apontavam o grupo de amigos como um elemento importante na constituição subjetiva do indivíduo. Orientados pela perspectiva de análise dumontiana, esses autores argumentam sobre a construção de um sistema moral no qual o indivíduo é um valor fundamental.

Assim, não foram raras as vezes em que as mulheres disseram que tinham muito mais amigos gays e amigas heterossexuais do que amigas de orientação homoerótica. Interessa saber, acerca da escolha dos amigos, qual a sua relação com a busca de parcerias sexuais e afetivas. Tenho argumentado que é nesse contexto de busca de parceiras que a frequência aos locais voltados ao público GLBT ocorre de forma mais expressiva. Além disso, demonstrei que um *conhecimento prévio* é fundamental para o estabelecimento de uma parceria. Nesse contexto, pude observar que, na busca de parceiras, os *guris*, como elas chamam seus amigos gays, têm precedência sobre as amigas que também se relacionam com mulheres.

Tomemos como exemplo para a análise o relato de Paula (rede P) que afirma só sair com amigos gays, estabelecendo parceria geralmente com mulheres que lhe foram apresentadas por eles:

Pois é Nádia, na verdade eu saio muito mais com homens, bichas né, porque entre essas mulheres que eu te falei (referindo-se a um grupo de amigas com as quais saía quando era mais jovem) rola muita fofoca. Fica o tempo inteiro uma falando mal de outra pra ti e de ti pra guria que tu estava, porque sempre uma está interessada em ficar com a namorada da outra. Por isso, sabe, eu não consigo mais confiar nelas e no geral eu acho que os homens, que são bichas, são mais confiáveis que as mulheres e aí eu acabo saindo sempre com homens. Entre as mulheres tem sempre muita competição. Essa menina que eu estava na semana passada, a gente tá se conhecendo, quem me apresentou ela foi o Marcos.

Destaco inicialmente que Paula contrapõe as mulheres de um grupo, ao qual referia como amigas, companheiras de festa, de sua juventude, aos amigos *bichas* com os quais costuma sair atualmente. Além disso, o *conhecimento* prévio, que venho referindo, assume a caracterização de *fofoca* que uma mulher faz sobre as outras porque *uma está sempre querendo ficar com a namorada da outra*. Dessa forma, Paula descreve a *competição* como característica da amizade entre mulheres que se relacionam com mulheres. Ao contrário, os homens *bichas* são descritos na fala como *mais confiáveis*, ou seja, as mulheres por eles apresentadas e as informações transmitidas são *mais confiáveis* porque, não sendo uma parceira potencial, eles também não representam uma ameaça às parcerias estabelecidas. Da mesma forma, as amigas heterossexuais também têm precedência sobre as de orientação homoerótica à medida que são percebidas como *menos ameaçadoras* aos relacionamentos constituídos.

Entendo, assim, que as amizades entre mulheres que se relacionam com mulheres, são caracterizadas por uma ambigüidade fundamental: por um lado, a cumplicidade de quem compartilha das mesmas experiências e, por outro, a competição inerente à parceria potencial. Não pretendo com essa argumentação menosprezar as características de cumplicidade, ajuda mútua e solidariedade, que, de acordo com Careaga (2003), caracterizam as relações de amizades entre mulheres de orientação homoerótica. Minha intenção é apenas chamar atenção a uma importante dimensão dessas relações, a qual pude apreender durante o trabalho de campo: a tensão que lhes é constitutiva.

Essa tensão informa sobre o quão tênue é a separação entre amizade e parceria sexual e afetiva entre as mulheres do grupo estudado. Se, por um lado, toda amiga é uma parceira potencial, por outro, muitas vezes, a ex-parceira *acaba* se tornando uma grande amiga. Um ilustrativo exemplo de parceria que *acabou* numa

grande amizade é o de Livia e Verônica (rede A). Tomo conhecimento de que elas foram ex-namoradas, na festa de aniversário de Livia, comemorado no *Circuito*. Ambas, envolvidas em novos relacionamentos, lembram o tempo que passaram juntas. Verônica a mulher com a qual Livia teve sua primeira experiência homoerótica, aos 15 anos. As duas comentam como escondiam o relacionamento da irmã de Livia, que era muito amiga de Verônica. O relacionamento das duas acaba no momento em que a irmã de Livia descobre tudo e briga com Verônica. O namoro das duas, como sublinha *Livia foi maravilhoso enquanto deu certo, depois ficou só uma grande amizade*.

Não foram raras as vezes em que fui apresentada a amigas de minhas informantes, sobre as quais descobri algum tempo depois que tinham sido suas parceiras. Momentos comemorativos, como aniversários são situações privilegiadas para ouvir histórias sobre amigas que foram namoradas e que hoje, se tornaram as melhores amigas, quando não são consideradas como *parte da família*. Nesse sentido, outros autores como Heilborn (1992); Muniz (1992); Careaga (2003) já sinalizavam para o fato de que a maioria das lésbicas mantém suas ex-namoradas como amigas, bem como para idéia de que os relacionamentos amorosos entre mulheres facilmente deslizam para amizade, caracterizada pela cessação da atividade sexual.

Careaga (2003) aponta ainda para o fato de que muitos estudos têm procurado investigar a constituição de uma espécie de parentesco entre mulheres que foram parceiras. Eles se baseiam em uma perspectiva de análise do parentesco que, a partir da crítica aos estudos de parentesco, elaborada por Schneider (1992), pensa-o enquanto conexões duradouras estabelecidas através de vínculos sociais, completamente desvinculada dos laços biológicos⁵⁰. Um exemplo é o trabalho de Weston (1992) que se utiliza da formação de laços de parentesco entre ex-parceiros homossexuais para argumentar contra a inconstância dos casais gays. Segundo a autora, haveria uma forte tendência das ex-namoradas (os) de se tornarem ou serem considerados como parte da família. A ideologia das “gays families” referida pela

⁵⁰ Schneider, na década de oitenta, elabora uma importante crítica aos estudos antropológicos de parentesco, que estariam baseados em três axiomas fundamentais, quais sejam: i) a compreensão do parentesco como uma esfera em separado, isolado das outras esferas sociais (política, economia e religião); ii) a relação necessária entre parentesco, reprodução e relações sexuais que implica uma concepção exclusivamente genealógica; iii) a abstração de laços sociais, como o afeto entre mãe e filho, a partir de laços exclusivamente biológicos. O autor defende a necessidade de desconstrução desses axiomas porque eles estariam baseados nos elementos ordenadores do parentesco na sociedade ocidental. (SCHNEIDER, 1992)

autora consiste na defesa das famílias que “nós escolhemos”, nas quais, ao invés de laços sanguíneos, o que une as pessoas são os laços de afinidade.

Por um lado, essa perspectiva de análise é coerente com a prevalência, referida nas camadas médias, de uma atitude individualista que tem como principal eixo de legitimação a liberdade de escolha. No entanto, não podemos esquecer que Weston escreve tratando de determinados segmentos da sociedade norte-americana, num contexto histórico específico de construção das identidades sexuais⁵¹. Nesse contexto, é pertinente a associação da autora à valorização da escolha da família a partir de laços de afinidade à medida que a família de origem se apresenta como um obstáculo para a vivência de uma homossexualidade livre. Porém, antes de transpor essa discussão para o contexto brasileiro, é preciso avaliar as especificidades deste em relação à forma de valorização da família. Num sentido distinto daquele proposto por Weston (1992) o que se observa no grupo estudado não é uma ruptura com a família de origem e sim uma assimilação dos vínculos resultantes da parceria.

Acerca da valorização da família na sociedade brasileira, cabe destacar o trabalho de Duarte (1986), que considera a importância de atentar para outros valores sociais, como o valor trabalho e o valor família no que tange a análise da penetração da ideologia individualista. Desse modo, partindo da argumentação de Duarte, sugiro que pode-se pensar em uma inversão do englobamento, nos termos da sobreposição do valor família ao valor indivíduo.

Por fim, tendo explorado o contexto de significado no qual a parceria feminina se estabelece, observei que as redes de relações assumem papel fundamental na organização da sociabilidade das mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres, bem como no posicionamento delas em relação ao mercado sexual. No que tange à escolha de espaços de sociabilidade, predomina o investimento em uma sociabilidade qualificada, a qual é expressa na busca por espaços *abertos* ou *alternativos* em detrimento da ênfase nas relações com pessoas de mesma orientação sexual, a qual caracteriza a concentração em gueto.

Além disso, ao explorar as características que orientam as escolhas de parceiras, pude demonstrar como o feminino, que é construído em meio ao estabelecimento de parcerias, elege os elementos estéticos e de comportamento em

⁵¹ Para uma análise marxista do processo de construção de uma identidade homossexual, ver D’Emílio (1999). Segundo esse autor, este só se tornou possível a partir do desenvolvimento industrial capitalista, da liberação da mão de obra e da migração que contribuíram para construção de uma autonomia individual em relação ao controle familiar.

relação a outros tipos de feminino como *perua* e *caminhoneira*. Além disso, sugiro que o estabelecimento da parceria, entendido pelas mulheres como um “encontro psicológico particular”, tem o efeito de conformar um “gosto de classe” e uma configuração valores. Estes são compartilhados no âmbito das camadas médias, no qual o ideal individualista da indistinção de valor no meio conjugal e o investimento no cultivo da subjetividade através da relação com a parceira são elementos fundamentais.

Como pano de fundo do estabelecimento da parceria sexual e afetiva, destaco o seu caráter ambíguo, dado pela coincidência entre as relações de amizade/solidariedade e parceria potencial. Essa ambigüidade faz com que muitas vezes as mulheres de mesma orientação erótica sejam preteridas como amigas, em relação às mulheres heterossexuais e aos amigos gays, os quais assumem importância fundamental do estabelecimento da parceria homoerótica feminina.

4. HISTÓRIAS DA PARCERIA

Dando seguimento à análise, neste capítulo, tenho como objetivo descrever e analisar os elementos que constituem a parceria em termos das possibilidades de vínculos sociais que podem ou não se formar a partir dela. Inicio a argumentação qualificando as diferenças entre os tipos de parceria feminina encontradas no campo, a fim de delinear o valor que a conjugalidade assume, bem como as especificidades que a configuram no contexto do par feminino. Em seguida, procuro discutir a influência dos princípios e tensões da configuração moral do casal igualitário-individualista sobre a manutenção da parceria feminina. Concordando com a perspectiva defendida pela literatura sobre camadas médias, segundo a qual a esfera da conjugalidade é privilegiada para o “cultivo do eu”, discuto a percepção da *evolução* da parceria como uma linguagem através da qual as mulheres elaboram uma narrativa sobre si e os seus relacionamentos homoeróticos.

Os relatos sobre *as mulheres que não se deixam tocar* são o foco através do qual analiso, no âmbito das práticas sexuais, a apreciação negativa da assimetria de gênero. Procurando explorar os diferentes sentidos, físico e moral de *não se deixar tocar*, analiso as diferenças que essa referência expressa no âmbito da qualificação das parcerias estáveis e eventuais. É essa mesma diferenciação entre tipos de parceria que serve de contexto para pensar as possibilidades e interdições em termos de práticas sexuais que compõem um jogo erótico da parceria feminina. Por fim, realizo ainda uma breve análise das práticas de sexo seguro, a partir da percepção das mulheres acerca da inexistência de riscos como de uma gravidez indesejada ou do contágio por DSTs e AIDS, em suas práticas sexuais com mulheres.

4.1 Casar ou ter histórias⁵²: o imperativo da conjugalidade

Os dados permitem delimitar dois tipos de parceria, estável e eventual, aos quais as mulheres atribuem diferentes significados. Embora estes dois tipos de

⁵² Conservo a nomeação história atribuída ao relacionamento feminino por tratar-se de uma expressão êmica que alude ao envolvimento afetivo e sexual com outra mulher e que expressa, ao mesmo tempo a percepção de uma temporalidade específica da parceria feminina.

parceria se apresentem à observação de forma distinta em virtude da duração dos vínculos estabelecidos entre as parceiras, o contato mais aprofundado com a trajetória das mulheres permitiu-me questionar essa distinção à medida que ambos os tipos de parceria estão contidos na configuração de uma *história*.

Pude evidenciar uma valorização da experiência conjugal expressa na declaração das mulheres acerca da busca pelo estabelecimento de parcerias estáveis. Um dos primeiros elementos que chamou minha atenção para essa valorização foi a caracterização dos namoros e relacionamentos estáveis pela expressão de *estar casada*.⁵³ Essa nomeação não implica, necessariamente, uma coabitação das parceiras, porém determina uma prevalência da parceria sobre os demais vínculos sociais. A metáfora do casamento, além de referir-se à norma da conjugalidade heterossexual, apela para uma espécie de formalização da relação, que é expressa sobretudo pela explicitação do vínculo estabelecido. A forma e a abrangência dessa explicitação, como argumento posteriormente, está relacionada à maneira como as mulheres administram a visibilidade de suas relações com outras mulheres. Nesse sentido, Heilborn (1992) chama atenção para a particularidade situacional da identidade do casal, composta por uma esfera interna, a qual prevê a unidade da díade, e uma esfera externa, relacionada à face pública que reforça substancialmente a unidade do casal. Essa situacionalidade seria mais acirrada entre os casais homossexuais porque, em muitos contextos, essa identidade de casal não é reconhecida.

A intenção de *casar* compõe a maioria dos relatos sobre projetos de vida das entrevistadas. Apenas uma das mulheres que não estava *casada* não referiu a intenção de *casar* entre os seus planos para o futuro. Neste caso, a moça que acabara de encerrar um relacionamento amoroso de três anos, centra seus planos na dimensão profissional.

O outro tipo de parceria identificado é a eventual, que é menos valorizada e a qual estou caracterizando pela designação *ficar*, atribuída às interações afetivas ocasionais entre jovens, a partir das décadas de 80 e 90. Tomo como referência a descrição de Shuch (1998) sobre o *ficar* como uma forma de relacionamento afetivo entre parceiros que se desenrola no espaço público, principalmente em festas noturnas, nas quais os parceiros se conhecem, conversam, trocam beijos, abraços e

⁵³ Embora observe nas relações entre homens gays, essa expressão também é recorrente em meio às mulheres. Atenho-me aqui ao significado desta para os pares femininos.

carícias podendo até mesmo iniciar um encontro sexual. Ele tem a duração de um evento e não implica permanência, continuidade ou comprometimento com o parceiro. Configurando-se pela forma de interação situacional, pode resultar num relacionamento prolongado, caso seja da vontade dos parceiros. Embora essa autora tenha realizado sua pesquisa no âmbito de relações heterossexuais, descreve o *ficar* como sendo praticado pela juventude contemporânea num contexto de múltiplas orientações afetivas e sexuais.

Na constituição das parcerias entre o grupo pesquisado, o fato de *ficar com uma mulher*, embora seja largamente praticado e aceito, costuma ser depreciado em relação ao estabelecimento de parcerias estáveis. Nas situações de sociabilidade, a possibilidade de *ficar* costuma ser atribuída às situações, nas quais as mulheres saem para *caçar*, especialmente nos espaços oficialmente voltados ao público GLBT. Além disso, geralmente o *ficar*, quando envolve contatos sexuais, é associado pelas mulheres, em suas narrativas de trajetória, a situações de abuso de bebidas alcoólicas. Como refere Márcia: *eu só fiquei assim, de ficar mesmo, num dia que eu tava podre de bêbada. Eu só me lembro da hora que eu me acordei e vi aquela mãozinha em cima de mim, eu não tinha nem idéia de quem tava ali comigo, na minha cama*. Nesse sentido, percebo esse esforço das mulheres em justificar os seus envolvimento eventuais em virtude da bebida ou mesmo do uso de outras substâncias alucinógenas, como uma evidência de que esse tipo de parceria é desprestigiado em relação aos envolvimento estáveis.

No entanto, nem todas as parcerias que compõem a trajetória das mulheres podem ser entendidas como *casamentos* ou como *ficar*. De uma forma geral, as mulheres descreveram relacionamentos sexuais e afetivos como *histórias que tiveram*. Conforme os dados coletados, *ter uma história* com uma mulher pode significar uma gama de possibilidades que vai desde uma *paixão platônica pela professora de química*, ou a experiência de *toques no corpo de uma prima*⁵⁴, além de namoros de curta ou longa duração, flertes, constantes troca de olhares, *ficar*, namoros, até o *casamento*. O que parece caracterizar uma *história* é um investimento temporal indeterminado que, ao ser transposto inclusive para as relações eventuais,

⁵⁴ Paixões platônicas por *amiguinhas* ou professoras e experiências de toques corporais durante a infância e adolescência são evocados para justificar que *na verdade eu sempre tive atração por mulheres*. Na grande maioria das vezes, os esforços de resignificação do passado e busca por esses indícios de homossexualidade estão relacionados à experiência terapêutica de análise, pela qual a grande maioria das mulheres entrevistadas já passou.

embaralha a diferenciação entre parceria estável e eventual. Ou seja, até que termine a *história* não há como qualificá-la exatamente como namoro, casamento, ficar ou qualquer outra designação.

Assim, ao perguntar às mulheres sobre as parcerias eventuais, tentando estabelecer uma relação com a dinâmica do “ficar” descrita por Schuch (1998), ouvia geralmente uma rejeição dessa idéia, embora na prática a grande maioria revele que *fica* ou já *ficou*. Nesse sentido, a fala de Sandra sintetiza uma dificuldade de designar sua última parceria como um *ficar*,

Esse limite [entre o namoro e o ficar] é realmente muito tênue e eu não sei muito lidar com ele porque, agora no final de semana aconteceu de eu ficar com uma mulher. Só que não era exatamente um ficar, não era uma mulher que eu não conhecesse, que já não tivesse ficado [...] eu acho que o ficar é tu conhecer na noite, ficar com a pessoa e deu, ponto final, acabou. Essa coisa de tu não conhecer a pessoa, isso é esse ficar mais tradicional [...] com a [parceira] eu fiquei, agora eu sei que dificilmente terá uma continuidade com ela, mas é uma outra modalidade de ficar, porque na primeira vez que eu fiquei com ela não.... eu achava que podia continuar, pra mim não era só um ficar, porque eu pensava em ter uma história com ela.

Esse *ficar diferente* ao qual Sandra faz referência em sua fala, caracterizado por um conhecimento prévio e uma intenção de *ter uma história* informa sobre uma tentativa de diferenciação em relação à percepção de um *ficar tradicional* caracterizado pela inexistência de qualquer investimento afetivo na parceria. Apesar do *ficar tradicional* ser geralmente remetido às relações heterossexuais e homossexuais masculinas, é identificado também nas relações entre mulheres. Assim, Sandra cita também o exemplo de uma amiga que, certa vez no *Ocidente*, ficou durante toda a noite *trocando olhares* com uma mulher mais velha e esta, no final da noite, teria se aproximado de sua amiga e a beijado. *Elas ficaram aquela noite*, comenta Sandra, *e depois a mulher foi embora e nunca mais a [amiga] soube dela*. E conclui, *esse tipo de ficar é que não é legal, pra mim* atribuindo a uma especificidade sua a preferência por *não só ficar e sim, ter uma história*.

Mesmo sendo identificada pelas informantes como uma singularidade pessoal, a intenção de *ter uma história*, que envolve a expectativa de continuidade e de formação de vínculos entre as parceiras, é compartilhada pela maioria das entrevistadas. Amplamente reconhecida, essa peculiaridade é expressa inclusive através do humor, como pude observar em uma de minhas visitas à casa de Carla e

Cristine. Ao conversarmos sobre as diferentes formas de nomeação dadas às relações entre mulheres e tentando associá-las às características do relacionamento, Cristine me pergunta: *Você conhece aquela da diferença entre a bicha e a sapata quando vão para o segundo encontro?* Eu respondo que não e Cristine revela: *A sapata leva a mudança e a bicha pergunta, mas que segundo encontro?* Essa charada coloca em evidência a rapidez com que se estabelecem os relacionamentos conjugais entre os pares de mulheres, dado que é também ressaltado por Muniz (1992), segundo a qual um namoro facilmente assume o caráter de “relacionamento sério”, não sendo incomum a coabitação imediatamente após o estabelecimento da parceria.

Uma outra importante característica da conjugalidade entre pares femininos pertencentes aos estratos médios é analisada por Heilborn (1992). Seu trabalho compara diferentes tipos de casais segundo a orientação sexual, “homocorporal masculino”, “heterocorporal” e “homocorporal feminino” e demonstra que entre casais de mulheres ocorre uma potencialização do “cuidado da relação” e do “nexo amizade e sexo”⁵⁵. O cuidado da relação é uma expressão êmica que se refere a uma dedicação rígida à vida a dois, principalmente em termos de um “investimento emocional”. Já o que a autora chama de “nexo amizade e sexo” está relacionado ao que ela caracteriza como sendo uma das especificidades do casal moderno, que, marcado pela ojeriza a qualquer tipo de constrangimento (casamento como prisão), procura enaltecer a amizade e o companheirismo. Nas palavras da autora, “o sentimento amoroso é tido, ao mesmo tempo, como um aprofundamento da afinidade psicológica que a amizade encerra e como uma condição emocional distinta pelo fato de incluir relacionamento sexual”. O investimento nessas duas atribuições é interpretado pela autora como uma especificidade atribuída ao gênero feminino, que faz com que o arranjo conjugal do par de mulheres se aproxime mais do modelo de casal igualitário, comparativamente aos outros dois arranjos (“homocorporal masculino” e “heterocorporal”) referidos (Heilborn, 1992, p. 299)⁵⁶.

⁵⁵ Preservo, ao fazer referência ao texto de Heilborn (1992), a expressão homocorporal e heterocorporal que são utilizadas pela autora bem como as expressões entre aspas que indicam o caráter êmico das expressões referidas.

⁵⁶ Essa característica, porém, não é exclusiva dos casais de mulheres, ela reflete uma configuração mais ampla da conjugalidade moderna verificada em camadas médias, que é o principal objeto de análise de Heilborn. De acordo com essa autora tal configuração resultaria das transformações ocorridas na organização família a partir das décadas de sessenta e setenta, fortemente influenciadas pelo movimento feminista. O que a autora denomina por processo de “feminização da relação” é exatamente esse investimento em uma parceira conjugal marcada pelo ideal da simetria e pela recusa

Essa autora se utiliza da teoria da hierarquia para a compreensão da estruturação das relações de gênero e propõe que a menor diferenciação encontrada entre os casais de mulheres deva ser entendida como uma propriedade “mais relacional” característica da dimensão do englobado (Heilborn, 1992, p.320). Entendo, a partir da argumentação dessa autora, que a valorização da conjugalidade no par homoerótico feminino em oposição ao par masculino corresponde às expectativas socialmente atribuídas ao gênero feminino.

Seguindo sua argumentação, Heilborn se apóia no trabalho de Muniz (1992) para pensar as especificidades que configuram o par feminino. Muniz argumenta que a vocação para a conjugalidade, característica dos pares homossexuais seria uma “conseqüência sociológica-ética dessa configuração” caracterizada pela invisibilidade social e intraduzibilidade da experiência lésbica, num contexto cultural no qual o que seja erótico gira em torno do masculino. Ou seja, o par feminino é aceito e torna-se inteligível apenas à medida que proclama o amor e a dimensão afetiva como seu diferencial. Desse modo, as relações sexuais no contexto do par feminino ficariam em segundo plano, subordinadas ao imperativo afetivo.

A esse propósito, Heilborn (1992) Muniz (1992) e Portinari (1989), concordam que a proclamação do amor como diferencial do relacionamento homossexual feminino reforça uma certa desvalorização da dimensão sexual e erótica na parceria feminina, à medida que reafirma a oposição entre masculino, cuja qualidade é o sexual, e feminino, cujo imperativo seria a afetividade. De forma semelhante, é exatamente a ênfase na oposição com as relações homoeróticas entre homens que faz com que a expectativa de continuidade, que permeia as parcerias femininas, se torne mais significativa.

A argumentação de gênero, desenvolvida por Muniz, que opõe relacionamentos homoeróticos masculinos e femininos, atribuindo ao primeiro a característica da ênfase na esfera sexual e ao segundo, por oposição, uma sobrevalorização da afetividade, está relacionada por homologia a uma diferença de natureza masculina e feminina. Diante disso, destaco a discussão sobre a categoria gênero que tem sido elaborada pelas teorias construtivistas, consideradas “mais radicais” que, a partir dos anos noventa, se dedicam ao estudo da homossexualidade e trans-sexualidade. Essa discussão tem como foco central a desnaturalização da

do englobamento do feminino pelo masculino. Nesse contexto, a relação do casal de mulheres expressaria o pólo extremo da conjugalidade igualitária (HEILBORN, 1992).

oposição masculino/feminino que permeia os estudos de gênero realizados até então. Nesse sentido, minha abordagem da homossexualidade feminina compartilha com tais estudos a dificuldade de operacionalizar a categoria gênero da forma como tem sido proposta, em termos essencialmente binários.

A esse respeito, Yanagisako e Delaney argumentam que o gênero é um importante domínio através do qual as assimetrias de poder são inscritas na cultura através da sua naturalização. Elas fundamentam sua argumentação na crítica à forma como a ciência assume o mesmo lugar (de poder) antes ocupado pela religião em termos da explicação dos fenômenos. Dessa forma, ao invés de atribuir os seus postulados ao poder de Deus ela os atribui ao poder da natureza (Yanagisako e Delaney, 1995, p.5)⁵⁷.

A discussão dessas autoras sobre a naturalização das diferenças de gênero dá subsídio para pensar a problematização⁵⁸ da homologia entre as oposições masculino x feminino, e sexual x afetivo, à medida que afirma que essa oposição deriva de uma visão de mundo relacionada a um contexto cultural e um momento histórico específico. Dessa forma, considerando o gênero como um operador de diferenças sociais, conforme defende Strathern (1992), sugiro que é preciso pensar as relações sexuais e afetivas que se desenrolam entre mulheres a partir dos seus próprios efeitos de sentido e não na comparação com as relações homoeróticas masculinas.

A partir dessa mudança de perspectiva, entendo que a referência ao investimento afetivo não desvaloriza a dimensão erótica da relação. Pelo contrário, a valorização do estabelecimento de vínculos afetivos é significada pelas mulheres como uma condição privilegiada para o desenvolvimento qualitativo das relações sexuais. Assim, sugiro que as parcerias homoeróticas femininas possibilitam um rompimento com a dicotomia sexo x afeto que permeia tanto as relações heterossexuais quanto as relações homoeróticas masculinas.

⁵⁷ Nesse sentido, a construção dessa natureza por parte da ciência estaria baseada em grande medida na comparação da sociedade humana com os animais. Assim, a reprodução e o sexo seriam as atividades mais associadas à natureza, a ponto de serem consideradas “o nosso comportamento animal”. Em termos da relação entre sexo e reprodução, homens e mulheres são definidos enquanto tais a partir do papel que cada um assume na reprodução (Yanagisako e Delaney, 1995).

⁵⁸ Esse processo de desconstrução, no âmbito da antropologia tem partido da crítica aos estudos de parentesco, anteriormente destacada. Isso se deve ao fato de que a crítica desenvolvida por Schneider tem como objeto de crítica a elaboração do conceito de parentesco embasada na reprodução biológica e no coito heterossexual.

A valorização da esfera afetiva não implica que as mulheres não considerem os encontros sexuais, desprovidos de investimento afetivo, como uma possibilidade de parceria. Nesse sentido, Rosana reivindica como legítima a possibilidade de ter relações sexuais sem compromissos afetivos, embora reconheça que essa não é a regra geral. Nesse sentido, ela me fala de uma dificuldade em conseguir parceiras dispostas a estabelecer esse tipo de parceria,

Se tu quiser sair só pra transar com uma mulher, é um saco. Aliás, tem uma amiga minha que diz assim, pra ti conseguir [transar] tu tem que rezar o terço antes, tem que prometer casamento, como é que é, casa comida e roupa lavada, amor eterno, o que é bem diferente das bichas né. Não dá pra chegar direto na coisa sexual, eu quero trepar contigo, não, não dá. Então é isso, tu tem que jurar amor eterno, nem que seja só por uma semana.

Na fala de Rosana, a intenção de conjugalidade e a proclamação de um compromisso afetivo fazem parte do jogo de sedução que determina estabelecimento de uma parceria. Isto é, indiferente da intenção exclusivamente sexual de Rosana e da amiga a quem ela se refere, a parceria só se constitui mediante a manifestação da intenção de conjugalidade, ou pelo menos da proclamação de um vínculo afetivo. Desse modo, *jurar amor eterno* é uma prática que faz parte do jogo de sedução através do qual as parcerias se estabelecem. Se tomarmos, no entanto, a trajetória das mulheres, observamos que elas são compostas por uma série de *histórias*, as quais muitas vezes estão encadeadas umas nas outras. Pode-se inferir, a partir disso um padrão de “monogamia seriada”, da mesma forma que aquele encontrado entre casais heterossexuais.

Outro dado importante sobre a busca por parceiras eventuais ou, mais precisamente, sobre as mulheres que *assumidamente* investem nesse tipo de parceria eventual é a sua qualificação enquanto *mulheres perigosas*. Descritas como muito *liberais*, elas são consideradas como ameaçadoras para os casais, pelo ciúme e insegurança que despertam.⁵⁹ Rosana comenta que algumas amigas, de sua rede de relações, ao arranjarem namoradas deixam de convidá-la para festas, jantares e reuniões de amigos, bem como, ela refere que muitas vezes sente-se desqualificada

⁵⁹ A despeito disso, algumas mulheres com maiores contatos com as discussões promovidas no âmbito do movimento gay refletem sociologicamente sobre esse imperativo da conjugalidade como uma espécie de *atraso* das mulheres em relação à *liberação sexual* por elas observada entre os homens gays.

enquanto potencial parceira, à medida que as suas conquistas sexuais são explicitadas pelas amigas diante de uma pretendente.

A referência à mulher *perigosa* estende-se também às mulheres classificadas pelas informantes como *bissexuais*. Encaradas como mulheres que *topam tudo* elas são consideradas como ameaçadoras à medida que sua sexualidade perturba a expectativa de segurança conjugal. Conforme a descrição de Paula, *se tu está com uma mulher que gosta só de mulheres tu já tem um risco de ser trocada, mas se tu namora uma mulher que gosta de homens e de mulheres a chance de ser trocada é dobrada*. Nesse contexto, o que é colocado em questão é a impossibilidade de envolvimento com uma mulher bissexual, pelo aumento do *perigo de ser trocada*, porque, como refere Rosana, as “bissexuais” podem trocar a parceria tanto por outra mulher quanto por outro homem.

Além de colocar em evidência o tipo de parceria valorizado, no plano das práticas, a intenção de *ter uma história* informa sobre a dificuldade de delinear um limite explícito entre as relações eventuais e o *estar casada*. Por exemplo, se a charada sobre o segundo encontro expressa como um *casamento* pode começar imediatamente após um primeiro encontro, por outro lado, a intenção de *ter uma história* pode acabar apenas num *ficar* no qual não *rolou aquela química*. Um caso emblemático dessa sutileza são as parcerias constituídas a partir de contato pela Internet. Embora se constituam *casamentos* a partir do contato pela Internet, o tipo de parceria mais recorrente, associada a esse tipo de agenciamento, é a eventual.

Nesses casos, embora as potenciais parceiras despendam um tempo considerável *teclando* ou conversando pelo telefone, isto é, invistam *na história*, algumas vezes, ao se encontrarem pessoalmente, uma das parceiras *acaba* não se sentindo atraída o suficiente para tanto. Muitas vezes elas podem inclusive *ir pra cama* nesse primeiro encontro, porém, o fato de elas *só ficarem*, ou seja, não pressuporem uma continuidade da parceria, demarca a impossibilidade de sua *evolução* para um namoro ou casamento.

Entendo, portanto, que, além de se constituir num núcleo de trocas afetivo-sexuais, associadas a um arranjo específico da vida cotidiana bastante recorrente, a conjugalidade assume também um importante caráter valorativo. Dessa forma, a caracterização da parceria eventual como diferente do *ficar tradicional*, a reivindicação da intenção de *ter uma história*, bem como a desqualificação das mulheres *perigosas* como parceiras, evidencia que, mais do que um padrão, a

conjugalidade é um valor que posiciona as mulheres dentro do mercado sexual (BÉJIN; POLLACK, 1977). No que tange à discussão de gênero, a compreensão da conjugalidade como um valor informa sobre a reprodução da expectativa de gerenciamento da sexualidade através do arranjo conjugal e, ao mesmo tempo, sobre a subversão da oposição entre sexo e afeto, a qual predomina tanto nas relações homoeróticas masculinas quanto nas relações heterossexuais.

4.2 À medida que o relacionamento evolui...

Nesta seção, demonstro de que forma os discursos das mulheres em relação aos motivos da dissolução e da permanência da parceria atualizam alguns dos princípios da conjugalidade igualitária. Embora não possua elementos suficientes para qualificar as relações conjugais acompanhadas durante a pesquisa em relação às especificidades do contexto igualitário, utilizo-me do referencial teórico de Salem (1985) acerca da configuração moral que caracteriza os segmentos médios da população.

À *medida que o relacionamento evolui* me diziam as entrevistadas, referindo-se a uma série de eventos cuja coerência tentavam elaborar avaliando as relações que compunham a trajetória sexual e afetiva narrada. Não sem dificuldades entendi que essa *evolução*, que era acionada para dar sentido a uma série de situações distintas, tratava-se de uma especificidade da linguagem psicanalizada, referida por Heilborn (1992), a qual adorna os discursos sobre conjugalidade nos segmentos médios. Tomo como foco de análise a expressão *evolução*, porque ela sintetiza uma série de significados distintos da experiência da conjugalidade homoerótica feminina. Atenho-me, nesta seção, à análise de dois deles, i) a idéia de *evolução* como crescimento pessoal através da relação com a outra mulher, esse significado abarca o investimento no cultivo da subjetividade através do qual evidencio o princípio da psicogenicidade; ii) evolução no sentido de mudança de status da relação, como por exemplo a transformação de um namoro em amizade que se dá, principalmente, por causa do surgimento de uma nova paixão.⁶⁰

Início a argumentação pelo primeiro sentido a partir do qual a idéia de evolução adquire coerência nas parcerias pesquisadas. Descrevi, no capítulo anterior,

⁶⁰ Um outro sentido, através do qual a idéia de evolução é expressa, está relacionado a um aprofundamento da intimidade e, ao mesmo tempo, das práticas sexuais.

que, além da desqualificação das *caminhoneiras* e das *bafonas*, como parceiras potenciais, aquelas mulheres que *não acrescentassem* algo a suas vidas também não eram consideradas parceiras desejáveis. Nesse sentido, ao avaliar as relações que compõem a sua trajetória sexual e afetiva, algumas mulheres diferenciam seus relacionamentos a partir do *crescimento* ou do *retrocesso* pessoal que elas representaram, como pode ser evidenciado na fala de Aline (rede A),

Além de eu poder me apaixonar por uma outra pessoa, eu acho que o nosso relacionamento terminaria se eu sentisse que a gente não se acrescenta mais nada. Assim, porque eu sou exigente, eu penso muito, e analiso muito todas as coisas. Eu não ia conseguir viver num relacionamento em que eu chegasse em casa e não conseguisse bater um papo, entendeu, porque eu tô sempre falando, analisando, [...] então eu vou estar fazendo isso sempre e se tu não me der isso em troca, vai morrer (o relacionamento) porque eu vou me interessar pela primeira pessoa que me disser uma vírgula a mais do que tu. Porque pra mim, tem que ter isso, tem que ter essa complexidade. Antes de ter um sexo maravilhoso, se eu não puder discutir e falar sobre as minhas experiências, não tem sentido.

A fala expressa uma expectativa de troca de experiências vividas, através da conversa, da discussão, e do compartilhamento de um aprendizado conjunto, o qual é expresso pela manifestação da necessidade de *analisar as coisas*. Assim, a idéia de que uma parceira deve acrescentar elementos para o crescimento pessoal da outra é percebido como uma espécie de termômetro da relação. O esforço no desenvolvimento da interioridade se ancora na disseminação do saber e do consumo da psicanálise. Esse investimento no “cultivo da subjetividade” pode ser relacionado ao compartilhamento pelo grupo estudado de uma “socialização” na qual a psicanálise assume uma importância fundamental (VELHO, 1985). Esta socialização pode ser evidenciada não apenas através da aquisição de conhecimento nessa área, como é o caso de algumas informantes que são psicólogas, como também pelo seu consumo como prática terapêutica ⁶¹.

Nesse contexto, é comum que as entrevistadas digam que não apenas elas *evoluem*, no sentido de um cultivo da subjetividade, mas também que o próprio

⁶¹ Sobre a existência de uma linguagem conjugal, marcada por categorias psicológicas, ver Velho (1985 e 1999); Figueira (1985); Salem (1989) e Heilborn (1992).

relacionamento *evolui* à medida que as parceiras correspondem às expectativas. Assim, dentre as *coisas analisadas*, essa configuração prevê um espaço privilegiado para análise da própria parceria, geralmente evidenciado pela idéia de *discutir a relação*. Guardadas as devidas semelhanças em relação aos outros arranjos da conjugalidade moderna, sugiro que, num contexto igualitário o casal feminino declara uma menor tolerância em relação a não correspondência dessas expectativas, a qual se manifesta nas razões descritas como possíveis desencadeadoras do rompimento da parceria.

O segundo sentido atribuído à expressão *evolução* já foi introduzido na seção anterior e se refere a uma recorrência das parcerias femininas de uma transformação do vínculo amoroso em amizade. Não se trata nesse momento de exaltar a capacidade dos pares estudados de realizar um nexos entre amizade e sexo e dessa forma concretizar o ideal de igualdade e indistinção entre as parceiras⁶². Trato aqui de analisar a especificidade da parceria feminina em um dos paradoxos constitutivos da conjugalidade igualitária, o seu potencial implosivo. Salem (1985) propõe que a mudança é um dos princípios da conjugalidade igualitária que estaria associado a uma idéia de progresso. Embora a autora se atenha às questões que envolvam a ênfase em questionar e libertar-se, em relação com os pais, entendo que esse princípio pode também ser evidenciado através da análise do ciúme, das mulheres entrevistadas, frente à iminência de uma nova paixão.

A configuração da conjugalidade moderna é pautada pela escolha recíproca, a partir de critérios de afinidade psicológica, como bem caracteriza Heilborn (1992). Como tal, o casal precisa admitir possibilidade de iminência de uma nova paixão. Esse aspecto pouco explorado da conjugalidade igualitária se evidencia nos dados coletados através da narrativa da trajetória afetivo-sexual acerca da dissolução das parcerias. Dentre os motivos referidos de rompimento⁶³, o principal foi o fato de uma das parceiras apaixonar-se por outra pessoa.

Rosana, ao narrar sua trajetória, conta que seus relacionamentos amorosos costumavam terminar com o surgimento de uma nova paixão. Ela avalia que isso *acontece com todos os relacionamentos, tu tem a tua namorada e aí, de repente, tu*

⁶² Acerca dessa discussão, ver Heilborn (1992), no capítulo "A gramática das Diferenças", especialmente a parte em que a autora analisa comparativamente os três arranjos conjugais estudados.

⁶³ São associados a esse ainda, outros motivos como perder o tesão pela parceira e relacionamentos extra-conjugais.

te apaixonava e o teu casamento cai por terra. No entanto, comenta que geralmente era ela [Rosana] que se apaixonava por outra pessoa e, mesmo quando era a parceira que terminava o relacionamento, ela encarava isso de forma tranqüila porque sempre se sentiu *acima* de sentimentos como o ciúme. Porém, ao me contar sobre a *história do grande amor* da sua vida, relata

Aí ela veio me avisar que tinha uma outra pessoa e que não me amava mais....e eu quase morri, quase morri. (silêncio) E tudo aquilo que eu criticava nas minhas amigas, os escândalos, as tragédias, os dramas sabe, parecia que eu estava sendo castigada, porque eu fazia tudo aquilo igualzinho ao que eu sempre critiquei nelas, eu só chorava, chorava, chorava o dia inteiro.

Rosana assinala que quando o relacionamento terminou, ela ficou *morrendo de ciúmes*, e se sentindo *como uma mulherzinha, igual a todas as outras que eu sempre criticava*. Olhando criticamente para o evento, a partir da incidência do ciúme nos relacionamentos entre mulheres analisa, *ciúme é coisa de mulher, cada vez mais eu tenho certeza disso, só aumenta nos relacionamentos homossexuais porque são duas mulheres*. Desse modo, ela aciona uma argumentação sociológica, referente à discussão de gênero, para explicar a recorrência do ciúme nos relacionamentos homoeróticos femininos. A respeito de sua análise, entendo que o ciúme, da forma como aparece na fala, é um exemplo emblemático dos paradoxos da conjugalidade igualitária. Por um lado, como demonstrei anteriormente, *fazer cena de ciúmes em público* choca completamente as expectativas que caracterizam a conjugalidade em grupos médios. Além disso, os dados demonstram uma certa intolerância das mulheres para com ciúme excessivo, ele é significado como *infantilidade*. Por outro lado, o ciúme é também entendido como um elemento inerente à relação amorosa, uma espécie de proclamação do sentimento amoroso diante da possibilidade de dissolução da parceria.

4.3 As mulheres que não se deixam tocar

Ao utilizar a expressão êmica *mulheres que não se deixam tocar*, evidencio a importância conferida ao toque nas relações sexuais e afetivas entre mulheres. Essa expressão é acionada, na maioria das vezes para conferir um sentido sexual às interações sociais. É através dessa expressão que as mulheres falam tanto de

intenções como de práticas, às quais atribuem um significado sexual. Outras vezes, elas me falavam de toques dizendo que ainda não tinham exatamente *transado* com uma mulher, *nós apenas nos tocamos*, me dizia sem definir a prática sexual. O toque foi ainda referido como o que de mais importante havia nas suas relações sexuais, bem como o que mais apreciavam em uma ou outra parceira. Dado o significado que o verbo tocar assume nos relacionamentos entre mulheres, como conceber a parceria com uma mulher que não se deixa tocar?

A primeira vez que ouvi falar das *mulheres que não se deixam tocar*, foi numa mesa de bar, acompanhada das amigas de Carla e Cristine (rede CC). Elas comentavam sobre uma mulher que não estava presente, com a qual Bianca havia tido uma *história*. Bianca, que se define como heterossexual, falava da experiência que tivera, a qual descrevia como extremamente frustrante. Sem entender muito bem ao que elas se referiam, tentando captar um pouco das várias conversas paralelas entre as mulheres da nossa mesa, registrei uma frase de Bianca, ao descrever o que se passara entre ela e a parceira no encontro sexual: *até eu que geralmente não tenho muita atitude, tive uma performance muito melhor que a dela*. Ela enfatiza que não entende *como uma sapata podia agir daquela forma*. Ao contrário de mim, as outras mulheres pareciam saber bem do que se tratava, e, em pouco tempo, aquilo que iniciou como um *relato de uma transa* para uma amiga tornou-se assunto de todas as mulheres da mesa.

Verônica que até então apenas ouvia os relatos das outras mulheres, começa a contar sobre as *sapatas* que conheceu quando trabalhou em uma cidade no Mato Grosso. *Lá* dizia ela, *as mulheres se dividem em ativas e passivas, como acontece com os homens, sabe*. Depois de alguns comentários, conta sobre a experiência que teve com uma mulher, na qual ela não podia tocar: *quando a gente foi transar ela [a parceira] não me deixou tirar a roupa dela, e acrescentou, nem mesmo encostar nela eu podia*. Entre os comentários destaco o discurso inflamado de Carla que criticava a reprodução dos mais opressores e tradicionais relacionamentos heterossexuais, e defendia que uma tal assimetria de poder não poderia ser admitida nas relações entre mulheres.

O trabalho de Aquino reflete sobre as mulheres que, a partir de uma negação do corpo feminino, desenvolviam estratégias de interdição do próprio corpo, dirigidas a si mesmas e às parceiras. “Daqui de casa, não!” era a expressão utilizada para informar o não acesso ao corpo através do toque. Na análise do autor, a interdição

estaria ligada a um certo pudor que era expresso tanto verbal e gestualmente, quando pela ocultação do corpo durante a prática sexual. Medo e vergonha do corpo eram as justificativas dadas pelas informantes de Aquino para *não se deixarem tocar*. Embora em muitos casos, as informantes do autor associassem o fato de não se deixar tocar a uma “imaturidade” na liberação do corpo para as práticas sexuais, própria da iniciação sexual, em sua maioria as referências à interdição do corpo estariam pautadas por uma representação do próprio corpo como ativo, e a sua associação com o gênero masculino⁶⁴ (AQUINO, 1992).

A oposição atividade/passividade foi originalmente elaborada na análise das relações homossexuais masculinas, como expressivas de um papel desempenhado na relação sexual, penetrador/penetrado, e também sobre uma configuração de gênero que associa atividade ao masculino e passividade ao feminino. No Brasil, autores como Fry (1982); Fry e McRae (1983); Guimarães (1977); Mott (1987); Parker (1991); Perlongher (1988); discorrem a esse respeito assinalando o estabelecimento de uma hierarquia de gênero, análoga à configuração de dominação do homem sobre a mulher, nas relações heterossexuais, que se estenderia às demais dimensões da vida social.

Conforme Aquino (1992), no caso da homossexualidade feminina essa equação se coloca no plano das iniciativas sexuais e também dos papéis de gênero. Segundo o autor, essa diferença de papéis é negociada entre as mulheres envolvidas na relação, bem como pode ser relativizada conforme “o momento da relação”, prevalecendo uma valorização do equilíbrio entre atividade e passividade.

Heilborn (1992), fazendo um recorte de classe, argumenta que entre segmentos médios, especialmente entre mulheres, predomina um padrão mais simétrico de relação no qual tanto as práticas sexuais, quanto à configuração de gênero exigem uma certa igualdade e reciprocidade entre as parceiras. Essa argumentação pode ser estendida ao grupo em questão, à medida que é facilmente evidenciada através do discurso sobre as *mulheres que não se deixam tocar*, o qual é acessado através da violação das expectativas de igualdade e reciprocidade.

Fortemente influenciada pelo movimento feminista, essa postura expressa uma rejeição aos casais do tipo *butch/femme* que reproduziriam a configuração

⁶⁴ Aquino afirma ainda que predomina entre as mulheres entrevistadas, principalmente em relação às mulheres que se relacionaram com homens, um reconhecimento de que o corpo masculino é um corpo interdito, em virtude da sua socialização e em virtude da natureza do seu prazer, que seria a fruição e o gozo pelo toque no corpo feminino, passivo (AQUINO, 1992: 229).

tradicional de gênero, marcada pela dominação masculina e característica das relações heterossexuais. Nesse sentido, entendo que a narrativa acerca das mulheres que não se deixam tocar expressa, ao mesmo tempo a rejeição por essa configuração de assimetria de poder e também a sua evidência. Cabe então analisar que situações de parceria sexual e afetiva essa narrativa evidencia.

Praticamente todas as mulheres com as quais conversava sobre o assunto, elaboravam um discurso sobre a interdição do toque corporal, que consistia sempre num discurso sobre a outra. Ao contrário das mulheres entrevistadas por Aquino, nenhuma das mulheres com as quais eu conversava se enquadrava nessa classificação e nem em sua correlata, da mulher passiva que aceita apenas ser tocada. Algumas até chegavam a serem referidas pelas outras dessa maneira, embora não de forma definitiva, Rosana (rede CC), revela em uma conversa de bar que uma outra mulher de sua rede de relações, a qual costumava assumir uma postura crítica a esse tipo de relação, *quando começou a se relacionar com mulheres, era ela quem queria fazer tudo nas gurias*. Dessa forma, Rosana me fez entender que poderia haver um pouco de *mulher que não deixa tocar* em cada uma das mulheres com as quais interagia e que *não se deixar tocar* poderia ter um sentido que ultrapassava o caráter de interdição corporal. Procurando explorar outros sentidos dessa expressão, Rosana comenta

Se você analisar bem, não se deixar tocar pode querer dizer várias coisas, por exemplo, você pode até deixar tocarem no seu corpo, assim fisicamente, mas pode não deixar tocar a sua alma, sabe. Na verdade eu acho que todas as sapatins tem um pouco da mulher que não se deixa tocar, a medida que não se deixam tocar pelos homens, não quero nem dizer fisicamente, mas assim, não se deixar tocar de verdade, não se deixam envolver.

A fala de Rosana permite complexificar a minha compreensão sobre a interdição corporal, chamando atenção para uma dualidade de sentido do *tocar*, por um lado, o não se deixar tocar fisicamente, metaforizando a prática sexual e, por outro lado, um *não se deixar envolver* ou *não deixar tocar a alma*, ou mesmo *tocar de verdade* que fala sobre uma intensidade afetiva investida do toque corporal. Essa dualidade de sentido será retomada adiante, por ora, importa reter que a provocação de Rosana, segundo a qual *não se deixar tocar pode significar várias coisas*.

Nos dados coletados acerca da narrativa sobre *as mulheres que não se deixam tocar*, pude observar que ela surge mais expressivamente no contexto de

relações eventuais. Esse dado faz sentido à medida que é cruzado com outro, acerca das diferenças em relação às práticas sexuais nas parcerias eventuais e estáveis. A esse respeito, é possível encontrar elementos em pelo menos uma das quatro redes, os quais evidencio através da entrevista com Sílvia (rede P) que relata que algumas de suas amigas, nas suas relações eventuais, costumam adotar uma performance exclusivamente ativa, ou seja, *elas não deixam as gurias que elas ficam fazer nada nelas*. A entrevistada esclarece que, em suas relações conjugais, essas amigas costumam estabelecer práticas de reciprocidade, de forma que da postura exclusivamente ativa que predomina nas relações eventuais, persiste apenas uma polarização da iniciativa sexual.

Considerarei a possibilidade de um duplo sentido da percepção sobre a mulher que *não se deixa tocar*, o qual assume, simultaneamente, um significado físico e também um sentido moral, a partir do qual é possível pensar o *não se deixar tocar*. Associei as narrativas acerca das mulheres que não se deixam tocar às relações eventuais e a uma unilateralidade da prática sexual, na qual apenas uma mulher toca a outra, sem se deixar tocar. Sugiro, a partir da associação entre o sentido físico e moral do *tocar*, que as narrativas acerca das *mulheres que não se deixam tocar*, estão ligadas ao não estabelecimento de um envolvimento recíproco no estabelecimento da parceria. Nesse sentido, a prática pode assumir o caráter de uma invasão da intimidade por parte de uma das parceiras, a qual não fornece a contrapartida desejada. A reciprocidade é aqui o elemento que expressa a expectativa de indistinção entre os parceiros, tanto nas práticas sexuais quanto nas demais atribuições conjugais. Dessa forma, essa narrativa pode ser utilizada como uma forma de protesto diante do não estabelecimento de uma parceria estável que é o tipo socialmente valorizado.

Essa peculiaridade evidencia a importância de se pensar as diferenças em relação às performances de gênero e as relações de poder que permeiam as práticas sexuais, levando em consideração os diferentes contextos de parceria considerados. A partir dela, delinheio o contexto no qual se torna possível analisar as possibilidades e interdições em termos de práticas sexuais, que a parceria feminina comporta.

4.4 O Jogo Erótico

Tenho como objetivo discutir aqui sobre os discursos das mulheres acerca das práticas sexuais⁶⁵. Os dados que serão analisados derivam em sua quase totalidade de entrevistas realizadas individualmente, nas quais as mulheres foram perguntadas explicitamente acerca de suas práticas sexuais. Como foi demonstrado no capítulo anterior, prevalece, entre as mulheres entrevistadas, a realização das práticas sexuais no domínio do privado. Associa-se a esse transcorrer das práticas no privado, a percepção de uma associação entre a prática sexual e a conformação de uma relação de intimidade entre as parceiras.

Assim, a maioria das mulheres, durante a entrevista, procura não falar explicitamente sobre as práticas sexuais, justificando que elas variam de acordo com cada parceira e que falar delas seria como expor não só a sua intimidade, mas a intimidade da parceira. Da mesma forma, ao responderem as perguntas, as mulheres foram genéricas ao responderem sobre as suas práticas preferenciais e optaram por chamar atenção para aquelas não admitidas ou não preferenciais. Diante disso, a entrevista foi sendo dirigida pelas perguntas, as quais as mulheres respondiam se já tinham realizado determinada prática, se gostavam ou não gostavam, e à medida que se sentiam à vontade forneciam maiores detalhes do contexto no qual as relações se desenrolavam. Em geral, as mulheres não fazem referência a uma prática preferida, elas falam de um conjunto de eventos que configuram uma relação sexual, tais como, posições e toques corporais, cheiros, uso de determinados objetos, olhares e coisas ditas que são trocadas entre as parceiras e que lhes proporcionam prazer.

Entre os elementos que podem ser mapeados, estão as práticas consideradas mais habituais, tais como o sexo oral, a manipulação do clitóris, penetração com os dedos ou com dildos e contato genital.⁶⁶ Em relação a essas práticas, duas mulheres dissertam não apreciar penetração. Pude perceber também alguma variação no que se refere ao tipo de prática realizada com cada parceira, em

⁶⁵ A ênfase no discurso refere-se a impossibilidade de acesso das práticas sexuais através da observação. Essa idéia não se estende às práticas realizadas em locais públicos, tais como parques ou saunas, conhecidos como locais de “pegação”. Um exemplo que demonstra que é possível, em algumas circunstâncias, observar as práticas sexuais são as práticas homoeróticas entre homens que transcorrem nos cinemas e video-locadoras *pornôs* em Porto Alegre, descritas por Bier (2003), e das orgias sexuais também realizadas em cinemas *pornôs* do Rio de Janeiro, descritas por Terto Jr (1987).

⁶⁶ As mulheres costumam descrever os contatos genitais através de verbos como *esfregar* ou *roçar*.

relação ao que elas entendem como sexo seguro, a qual é melhor explorada na próxima seção.

O discurso das mulheres sobre as práticas sexuais pode ser pensado como exemplar da potencialidade polimorfa da sexualidade, principalmente em termos da capacidade de erotização de outras partes corporais que não as genitais e também de outras atividades que não a penetração. Como exemplo, destaco o sentido erótico atribuído ao olhar e à fala. O olhar, como foi descrito anteriormente, é um dos principais elementos do jogo de sedução que caracteriza tanto o estabelecimento da parceria, quanto à disposição para a prática sexual. Algumas mulheres, como Thaís, (rede S) acreditam que um olhar às vezes *pode ser mais erótico do que um toque ou do que um beijo*. Junto com o olhar a fala também aparece nas narrativas como um aspecto constitutivo da prática sexual. Como sintetiza Sílvia (rede P), o sexo entre mulheres é *um sexo falado*. A importância da fala é relacionada pelas mulheres à forma de conhecer o corpo da parceira, às suas *zonas erógenas* e os toques que lhe proporcionam prazer. Além disso, a fala faz parte do jogo erótico e é utilizada como forma de se excitar e de excitar a parceira. Essa erotização da fala pode ser percebida até mesmo em sutis comentários, tais como o elogio, *que voz maravilhosa que aquela mulher tem*, realizado inclusive em público, sobre uma parceira potencial, considerada atraente. Um exemplo explícito da fala como elemento responsável pela fantasia erótica é fornecido por Márcia (rede A), que, ao narrar a sua trajetória, descreve o encontro com uma parceira como um momento totalmente *mágico*. Ela conta que as duas se conheceram numa ligação telefônica que tinha como objetivo a compra de um sítio. Ao invés de negociar, as duas passaram horas conversando e tornaram a se telefonar várias outras vezes. Segundo o relato, elas desenvolveram tal intimidade em suas conversas que a sua primeira relação sexual, antes mesmo das duas se conhecerem, ocorreu pelo telefone. A moça caracteriza a prática *totalmente baseada na imaginação*, mas que lhe proporcionou um prazer corporal mais intenso do que outras práticas que elas tiveram *ao vivo*.

Assim, ao serem perguntadas sobre as práticas sexuais admitidas, as mulheres em geral respondiam que *em termos de sexo, tudo é permitido*. Como diz Carla (RedeCC) *tudo pode* em matéria de *explorar o prazer do corpo*. No entanto, ao referir-se especificamente a determinadas práticas, tais como práticas anais, uso de dildos e vibradores, práticas em grupo, uso de objetos de fetiche (roupas de couro, algemas...) ou práticas que implicassem algum tipo de constrangimento e dor às

parceiras, podemos observar algumas diferenças. Nesse sentido, tomo como exemplo a resposta de Paula (Rede P) sobre o que pode ou não pode numa relação sexual.

Olha eu acho que pode, não, pode tudo, entendeu, entre quatro paredes pode tudo. E aí vai depender da parceira.(...) Até por aí, eu falei que tudo pode né , eu acho que tudo pode no limite de cada um, né, do que cada um curte. Tem coisas que eu não gosto, mas eu também não estou fechada pra isso, entendeu, se de repente eu tiver com uma pessoa e ela estiver a fim e eu ficar a fim também, aí rola...

A hesitação na fala é dada pela inserção das perguntas mais específicas, as quais desencadeiam a explicitação de distinções em relação a práticas preferenciais e admitidas, diferenças estas que devem ser negociadas entre as parcerias, durante a interação sexual. Ao falarem mais especificamente sobre as práticas questionadas, surgem também elementos sobre práticas não admitidas, ou nunca experimentadas, os quais vão delineando uma normatização das possibilidades sexuais.

Uma das principais formas de normatização das relações entre as mulheres entrevistadas é a interdição da violência física. É unânime entre as mulheres que uma relação sexual não pode implicar sofrimento para nenhuma das parceiras. Apesar de comentarem que já tiveram e que até gostam de relações que se caracterizem por uma *pegada forte*, e que admitiam *tapinhas na bunda* e puxões de cabelo, durante a relação sexual, todas as mulheres sublinham que não admitem nada que possa *machucar* qualquer uma das parceiras. Algumas entrevistadas falaram do uso de algemas, práticas como amarrar ou serem amarradas na cama, ou mesmo o uso de roupas de couro apertadas, caracterizando-os como elementos de fetiche que são usados para estimular a fantasia. Esse parece ser o limite tolerado de agressão consentida, o da fantasia, o qual não pode resultar em qualquer dano corporal.

As práticas anais, embora menos rejeitadas, podem ser interpretadas como um ponto de interdição das possibilidades sexuais. Quando perguntadas sobre as práticas anais, as mulheres apresentam respostas variadas. Enquanto algumas são categóricas em afirmar: *eu não gosto*, ou então, *não me dá tesão*, o que implica geralmente na recusa desse tipo de prática, outras mulheres dizem que, mesmo não sendo sua *prática favorita*, dependendo da intimidade com parceria e de como é feita a proposta, elas podem *se dispor a fazer*. Nesse sentido, Thaís explica,

Não é uma das coisas que eu mais gosto, não que eu tenha algo contra, é só que eu não consigo me soltar muito. Eu até já fiz e foi muito bom, é que tudo depende do tipo de intimidade que tu tem com a pessoa, e de como se leva a coisa pra eu relaxar e me sentir a vontade pra fazer aquilo. Mas se a pessoa que eu estiver não tomar a iniciativa eu geralmente não procuro fazer nela.

Já, ao perguntar sobre a possibilidade de práticas anais à Márcia, logo depois dela ter afirmado que *sexo é explorar as possibilidades de prazer do corpo e da mente*, ouço uma resposta que destoa das demais:

Inclusive sexo anal sim, e muitas outras coisas que as vezes até os casais heteros tem pudor de fazer. Teve uma mulher que eu transei que nunca tinham feito sexo anal com os caras que elas tinham ficado. Mas é que, claro, geralmente o homem não sabe como fazer essas coisas, porque tu tem que conquistar a pessoa, aos poucos, no tempo dela, tu tem que saber fazer a pessoa ficar a fim de fazer aquilo que você tá a fim de fazer.

Na fala de Márcia, observo a referência a uma espécie de jogo erótico, no qual é preciso *conquistar* a parceira para realizar certas práticas como o sexo anal. Dessa forma, saímos do campo da interdição de determinada prática para o da potencialidade de exploração dela.

Outras práticas, como as que envolvem mais de dois parceiros, também informam sobre esse vacilo entre possibilidade e interdição. Longe de ser considerada uma prática convencional, o sexo em grupo é aquela prática que se desenrola, necessariamente, na situação de eventualidade. Dentre as dez mulheres entrevistadas, sete relataram esse tipo de prática, descrevendo os mais variados contextos e parceiros. Vale ressaltar ainda uma oitava, cuja parceira referiu a prática que transcorreu entre o casal e uma amiga, e também com um rapaz contratado. Duas mulheres, ambas da mesma rede, se referiram a uma prática, realizada com casal que elas conheceram pela internet. Uma moça referiu ter transado com o ex-namorado e uma garota de programa. Duas mulheres falaram da prática com dois homens, uma delas transou com dois rapazes (heterossexuais) que conheceu numa festa e a outra com dois amigos gays. Além disso, registrei ainda a referência a uma prática de troca de casais (dois casais de *ficantes* heterossexuais). Sobre as práticas realizadas exclusivamente entre mulheres, além da referida acima, registrei apenas na fala de uma mulher, a qual declarou uma preferência por esse tipo de prática.

Estas geralmente se desenrolavam entre ela, uma amiga sua e uma mulher desconhecida (em relação eventual com uma das amigas).

Mediante essa diversidade de práticas em grupo, sublinho algumas regularidades. Primeiro, predomina o caráter de excepcionalidade, não sendo elencada entre as práticas preferenciais, a não ser por uma das mulheres. No entanto, o sentido atribuído à prática é majoritariamente positivo, ou seja, essas práticas são valorizadas em virtude da *experimentação sexual* que proporcionaram às mulheres. As mulheres comentam, de uma maneira geral, que tiveram tais práticas por *curiosidade*, porque *queriam ver como era*. As situações em que a prática é descrita como resultando em desconforto são aquelas nas quais estão envolvidos as (os) parceiras (os), mesmo assim, nenhuma das mulheres declarou qualquer tipo de arrependimento. Uma mulher apenas avalia negativamente uma de suas experiências porque acredita que os dois homens com quem ela e uma amiga, que também se relaciona com mulheres, transaram, *só se divertiram vendo a gente transar*. As outras mulheres que tiveram prática com a (o) parceria (o) e mais uma terceira pessoa atribuem o sentido negativo à ocorrência de *ciúmes* e *estranhamentos* entre os parceiros. De uma forma geral, as mulheres disseram que não teriam esse tipo de prática com uma parceira fixa (as que tiveram não manifestaram intenção de repetir no contexto da parceria). Desse modo, as mulheres consideraram *legal ter tido essa experiência*, porém pensam que *fazer com a namorada é muito complicado*.

Observo, nesses dados, em termos do jogo de possibilidades e interdições, uma oposição entre a valorização da experimentação e a sua interdição no âmbito da conjugalidade, que, por sua vez, é o foco privilegiado, no qual as possibilidades avançam sobre as interdições. Entendo essa prática, geralmente invisível, como uma forma privilegiada através da qual as mulheres subvertem, através da prática sexual os seus próprios imperativos, principalmente o da conjugalidade.

4.5 Método cem por cento garantido

- Tu costumavas ir ao ginecologista?
- Sim, pelo menos uma vez por ano.
- E o teu ginecologista sabe que tu te relacionas com mulheres?

- É ela, agora é uma mulher, mudei faz dois anos, antes era um homem, mas eu sempre falei pra todos. É sempre a mesma história, qual é o anticoncepcional que você usa? Nenhum. Nenhum!? É nenhum. [risadas] Dessa vez foi divertido, eu falei pra ela que eu não precisava que me receitasse nenhum método porque o meu método é cem por cento garantido.

Nessa entrevista, Rosana (rede CC), ao responder às minhas perguntas sobre sua frequência ao ginecologista ilustra a proximidade das mulheres com o que se entende por saúde reprodutiva. A ênfase na pré-concepção evidencia a pressuposição de que todas as mulheres têm apenas práticas heterossexuais e que estas implicam no risco de gravidez. Tais práticas de saúde, que reforçam a heterossexualidade compulsória, para usar o termo proposto por Rich (1999), também são responsáveis e, ao mesmo tempo, retroalimentadas pela invisibilidade social das relações homoeróticas entre mulheres. Tomando por base esse contexto, tenho por objetivo nesta seção analisar de que forma as mulheres que participaram da pesquisa se relacionam com as práticas de saúde, especificamente as práticas de sexo seguro.

Fachini (2004), que realiza uma pesquisa sobre as práticas de saúde sexual e reprodutiva de mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, sugere uma coincidência entre, por um lado “ser masculina”, não ter tido (ou ter tido poucas) experiência sexuais com homens na vida, recusar a possibilidade de maternidade biológica e ter ido poucas vezes aos serviços de saúde ginecológicos e por outro lado, ser “mais feminina”, entrar em contato com os serviços de saúde tendo em vista as relações heterossexuais e/ou a maternidade e ter uma maior preocupação/adesão aos cuidados com a saúde sexual e reprodutiva.

Em relação à procura por esse tipo de prática de saúde, a síntese dos dados coletados demonstra que, das dez mulheres entrevistadas, todas dizem consultar o ginecologista com alguma frequência bem como costumam fazer exames de rotina recomendados pelos médicos. Dentre estas, nove começaram a frequentar na época em que se relacionavam com homens e, apenas uma delas, que menciona apenas relações com mulheres, comenta que sua mãe a levava ao médico porque pressupunha que ela tivesse relações com homens. Do total, quatro mulheres não contaram ao ginecologista sobre suas práticas homoeróticas alegando não sentirem necessidade de fazê-lo. Entre as demais, três disseram comunicar sua preferência sexual ao profissional de saúde para diminuir a lista de perguntas que elas entendiam

não lhes dizer respeito. Duas comentam que tiveram a iniciativa de contar ao médico porque consideraram importante que ele soubesse do seu envolvimento com mulheres e uma mulher teve de contar pelo fato da prescrição de medicação estender-se à parceira.

A partir desses dados, entendo como pertinente a argumentação de Fachini em relação à coincidência entre o fato de “ter como porta de entrada para as consultas ginecológicas o início da vida (hetero) sexual ou a maternidade” e um contato mais estreito com o serviço de saúde reprodutiva. Além disso, embora não possua elementos para fazer afirmações conclusivas, relaciono o fato de algumas mulheres não considerarem necessário falar ao médico de suas relações homoeróticas ao temor em relação ao preconceito por parte dos profissionais de saúde. Por outro lado, no que concerne ao enfrentamento de situações de discriminação e preconceito na interação com os profissionais de saúde, a descrição das mulheres não informa sobre tais situações, caracterizando as relações com os ginecologistas como *normais, tranqüilas*, mesmo porque alguns deles lhes são indicados por amigas de orientação homoerótica ou mesmo pelas próprias parceiras.

O relato de Rosana (mencionado no início da seção) é significativo da percepção de que as práticas sexuais entre mulheres, por não implicarem risco de gravidez e por não se apresentarem como uma ameaça para contração do vírus da aids, são cem por cento seguras. Apesar da frequência aos serviços de saúde no que concerne à realização de práticas de sexo seguro, os dados sugerem, mais do que uma falta de adesão a quaisquer práticas preventivas, uma disposição ao não uso destes em virtude da percepção de uma inadequação dos métodos existentes às práticas sexuais das parcerias homoeróticas.

Ao perguntar às mulheres se elas fazem sexo seguro nas suas práticas com mulheres, freqüentemente ouvia como resposta a seguinte pergunta, *Você acredita que exista alguma sapata que faça?* Manifestando-se em geral a favor da utilização de preservativos, e referindo o uso destes nas relações que tiveram com homens, de uma maneira geral, elas afirmavam que *não existem métodos adequados para fazer sexo seguro entre mulheres*. Essa afirmação se refere principalmente à prática de sexo oral, aos contatos genitais, as carícias e práticas penetrativas, nas quais não são usados acessórios. Já, com o uso de acessórios encontrei alguma adesão ao uso do preservativo masculino nos dildos e em alguns tipos de vibradores, quando estes

são compartilhados ou a práticas como lavar o objeto antes de passar para a parceira.

É recorrente entre as mulheres a recusa à utilização de preservativos convencionais, camisinhas de língua e outros materiais, tais como *papel filme*, luvas cirúrgicas, que são aconselhadas por alguns ginecologistas e também por campanhas organizadas pelo movimento lésbico. Esses métodos são significados como *barreiras ao contato*, que é considerado indispensável na prática sexual. Embora se declarem conscientes da possibilidade de transmissão de doenças pela via sexual, as mulheres mencionam que preferem se expor a elas por considerarem que são de fácil tratamento. Essa banalização das DSTs faz mais sentido à medida que é comparada ao impacto da aids na vida dos indivíduos. Desse modo, a baixa probabilidade de contágio pelo HIV/Aids (embora seja uma possibilidade considerada como sempre presente) faz com que as mulheres se percebam como *fora do grupo de risco*.

Esses dados ilustram a complexidade da relação entre saúde e sexualidade no que se refere às práticas sexuais realizadas no contexto da parceria homoerótica feminina. A adequação de certos materiais, como os descritos acima, por parte dos profissionais de saúde e da militância organizada, a fim de promover sexo seguro entre mulheres, é um dado significativo da argumentação de Fachini, no sentido de que a questão da saúde das mulheres que transam com mulheres se encontra “dentro do armário” (Fachini, 2004, p.36).

Os dados informam que a referência a qualquer tipo de precaução, embora pouco significativa, é associada às relações com parceiras eventuais, tendendo a ser abandonada com o passar do tempo nas situações de conjugalidade. Dentre as precauções referidas, destaco a opção em não realizar certas práticas num primeiro encontro, tais como o sexo oral e o contato genital, substituindo-a pelo contato genital *de calcinha*, o qual foi destacado por duas entrevistadas. Essa diferenciação moral, em relação percepção do risco associada ao tipo de parceira não é peculiar das relações entre mulheres. Ela foi largamente evidenciada nas pesquisas realizadas, sobre saúde reprodutiva, entre casais heterossexuais, o que tange a opção por método pré-conceptivo ou de prevenção de aids⁶⁷.

⁶⁷ Sobre a diferenciação moral por tipo de parceiro (a) entre casais heterossexuais, ver Guimarães (1996); Machado (2003).

Essa prática pode ser associada a uma concepção bastante recorrente entre o grupo entrevistado de que a única forma de fazer sexo seguro é *conhecer a pessoa com a qual se vai pra cama*, prática que geralmente vem associada ao fato de não ter relações com mais de uma parceira. Veja no depoimento de Cristine (Rede CC) acerca da prática de sexo seguro

O sexo mais seguro que eu faço é manter sempre a mesma parceira e ela me manter também. Esse é o nosso sexo seguro. Porque o sexo só não é seguro quando tu tem muitos parceiros, eu acho que é isso que faz o sexo não ser seguro, se uma semana tu transa aqui com uma pessoa e na semana seguinte com outra e depois com outra, é isso aí entendeu.

A fala de Cristine, que vincula o sexo seguro ao fato de relacionar-se com uma só parceira, evidencia uma associação entre saúde sexual e uma expectativa moral de conjugalidade e de exclusividade sexual, as quais reiteram os padrões de comportamento esperados do gênero feminino. Essa postura é um exemplar da percepção de que é preciso *conhecer* a parceria com a qual se está transando. Entendo que o recurso a essa prática de sexo seguro vulnerabiliza as mulheres, pois, de acordo com os dados, o que predomina em termos de conjugalidade é a perspectiva de uma monogamia seriada.

No pólo oposto, mais ainda em referência à necessidade de *conhecer a parceira*, destaco a fala de Paula (rede P):

Na verdade, por mais que a gente conheça uma pessoa nunca dá pra ter certeza, por isso eu aquela mulher que eu te falei, que a gente está se conhecendo, se rolar alguma coisa a gente já combinou de fazer juntas o teste HIV.

Embora operando a partir de um significado distinto, no qual a percepção de segurança sexual é dada pelo exame médico e não pelo valor da conjugalidade em si, essa prática parece ainda mais disciplinadora da sexualidade do que a primeira. Ambos os relatos são exemplares da forma como o discurso sobre o sexo seguro é um campo privilegiado para a elaboração de significados que, em termos da constituição da parceria, hierarquizam relações mais ou menos valorizadas, bem como parceiras mais ou menos desejáveis.

Nesse sentido, transar com uma mulher bissexual é percebido como *mais perigoso* para a transmissão de doenças. Ao me falar sobre o tipo de mulher que

jamais ficaria, Thaís (rede S) faz referência, entre a desqualificação das caminhoneiras, das mulheres baixas e vulgares, as mulheres bissexuais. Conta que, embora já tenha *ficado* como esse tipo de mulher, ela tem *receio* de um tal envolvimento. Segundo Thaís, *por se relacionarem com homens*, as bissexuais estariam *mais propensas a contraírem uma doença venérea*. Assim, em relação às mulheres bissexuais o (des) *conhecimento*, expresso aqui na idéia de perigo, é percebido pelas mulheres como *muito maior do que nas relações com mulheres homossexuais*. Como referi anteriormente as mulheres bissexuais são classificadas como aquelas que *topam tudo*. Desse modo, interpreto essa percepção de perigo como uma transposição para o campo da saúde de um julgamento de ordem moral.

Dado o exposto acerca das relações com os profissionais da área da saúde e sobre as práticas de sexo seguro, a despeito da relativa freqüência ao ginecologista, predomina a não adesão às fórmulas de prevenção divulgadas no âmbito do serviço de saúde e do movimento GLBT. Decorrente disso e da não vinculação dos relacionamentos homoeróticos femininos com a transmissão do HIV/AIDS, observo uma banalização da incidência de DSTs entre mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres. Desse modo, ao relacionar a valorização da conjugalidade com a heterogeneidade de significados das *histórias* entre mulheres, sugiro a predominância de um padrão de monogamia seriada, semelhante ao encontrado entre os casais heterossexuais. As estratégias preventivas das mulheres, como destaquei, estão relacionadas a diferenciações de hierarquias morais, as quais também vulnerabilizam as mulheres frente às DSTs. Isso se deve à preferência pela constituição de uma parceria estável, na qual, a partir do *conhecimento da parceira*, a preocupação com a prevenção torna-se *desnecessária* ou *inconveniente*.

5. TÁTICAS DO FEMININO: VISIBILIDADE E INVISIBILIDADE DAS RELAÇÕES HOMOERÓTICAS

Nos dois capítulos precedentes destaquei os atravessamentos de gênero e estilo de vida que articulam o contexto no qual se estabelecem e desenrolam as parcerias homoeróticas femininas. Depois de discutir sobre os espaços de sociabilidade e redes de relações que posicionam as mulheres frente à possibilidade do estabelecimento da parceria, de descrever algumas *histórias* de parceria, em suas diferentes configurações de valores e práticas sexuais, demonstro, neste último capítulo, como os elementos descritos, ao longo do trabalho, informam acerca das possibilidades de visibilidade e invisibilidade dos relacionamentos sexuais e afetivos entre mulheres.

Muitos autores como Jagose (1995); Louro (2001); Seffner (2003); Weeks (2001); entre outros, vinculados à perspectiva dos estudos culturais, vêm chamando atenção, ao longo de seus trabalhos sobre gênero e sexualidade, para a necessidade da nossa sociedade de marcar o outro, o diferente em relação ao sujeito da norma historicamente constituído: homem, branco, heterossexual, de classe média. Nas palavras da autora, “desta forma, as mulheres são descritas como “o segundo sexo” e os gays e lésbicas como desviantes das normas sociais” (Louro, 2001, p.16). Do ponto de vista antropológico, é relevante chamar atenção que essa marcação se dá na medida em que os sujeitos, de alguma forma, se reconheçam e sejam reconhecidos por essa diferença. Desse modo, entendo que é relevante discutir sobre o tipo de visibilidade das práticas sexuais, a partir da qual as mulheres podem se reconhecer ou serem reconhecidas através de diferentes marcações.

Embora não pretenda dar conta da diversidade do campo empírico, me dedico a tecer algumas interpretações sobre as diferentes formas através das quais as mulheres gerenciam a visibilidade das suas relações homoeróticas. De antemão destaco que, ao me utilizar da expressão gerenciamento, não estou inferindo a existência de um conjunto de atitudes racionalmente calculadas e que tenha objetivos específicos, mas sim da possibilidade de jogar, diante de certos constrangimentos sociais, com a visibilidade, a partir de referências de gênero e estilo de vida.

5.1 – Sem *dar bandeira*: da identidade à visibilidade

Ao privilegiar como universo de pesquisa as mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres, foco a minha atenção nas práticas sexuais dos sujeitos. Em termos etnográficos, isso implica que potencialmente a pesquisa contempla desde mulheres que reivindicam politicamente a designação lésbica até aquelas que não se reconhecem através dessa designação ou de qualquer outra que tome como referência suas práticas sexuais. Dentre essa diversidade, em relação à enunciação das relações homoeróticas, observei uma interessante recorrência, que pode ser expressa pela preocupação em *não dar bandeira*. Essa preocupação diz respeito a diferentes níveis de relações com os quais as mulheres se defrontam no cotidiano e frente as quais elas dão maior ou menor visibilidade para suas parcerias homoeróticas.

A preocupação em *não dar bandeira*, em determinadas circunstâncias, não significa que as mulheres recusem a referência identitária. Em termos individuais, através da análise das narrativas sobre a trajetória sexual e afetiva, é possível identificar alguns elementos que podem servir como referenciais, em maior ou menor medida, para a elaboração de discursos identitários. Trago alguns elementos com o objetivo de refletir sobre o que esses referenciais nos dizem acerca da forma como nossa sociedade ocidental moderna dá sentido à homossexualidade. Além disso, eles ajudam a pensar sobre as especificidades do recorte sócio-econômico realizado.

Um primeiro elemento a ser destacado é a elaboração de uma narrativa que dê um sentido às suas experiências com mulheres que é, em grande medida, influenciada pela sua proximidade com o discurso psicanalítico, tanto como estratégia terapêutica quanto como forma de conhecimento. Nos termos propostos por Portinari (1989), esse tipo de elemento corresponde a uma forma de inscrição no discurso da homossexualidade feminina, “então eu soube que sempre fui”, que se dá a partir do exercício da resignificação da trajetória. Ou seja, as mulheres reinterpretam as experiências que tiveram no passado a partir da sua auto-identificação atual com a homossexualidade.

Nesse sentido, Paula (rede S), ao me falar de sua primeira relação com uma mulher, aos vinte e dois anos, comenta que na verdade, antes de *se assumir como homossexual*, já havia tido um outro envolvimento com uma prima, durante a adolescência:

Na verdade, até os dezessete anos eu tinha uma prima, a gente brincava de se beijar e de se tocar, levava na brincadeira sabe, não tinha uma coisa....hã, eu não achava que eu era lésbica, era uma coisa normal, tranqüilo. (...) Depois de um tempo que eu fui me dar conta que aquilo era errado, que eu não podia estar fazendo aquilo.

Nesse trecho, Paula fala da mudança na sua percepção acerca do envolvimento que teve com a prima. Inicialmente ela percebia como uma *brincadeira normal* e depois teria *se dado em conta* de que se tratava de *uma coisa errada*. No contexto da elaboração narrativa, esse achar que *era errado* teria sido também um primeiro passo que posteriormente ajudou a *descobrir* e *assumir* pra si mesma que *era homossexual*. Essa fala evidencia o esforço em re-significar um evento passado, a partir de uma nova verdade descoberta acerca da sua sexualidade.

De uma maneira geral, os trabalhos sobre homossexualidade têm tratado dessa questão através da abordagem identitária, cujo principal ponto de partida é a noção de segredo e revelação, em relação à orientação sexual. O “*coming out*”, mais popularmente traduzido e difundido no Brasil como “sair do armário”, implica a revelação ao outro (ou outros) da preferência sexual e é também expresso pela idéia de “se assumir” enquanto homossexual.

Especificamente sobre homossexualidade feminina, destaco o trabalho de Aquino (1992) para apontar a importância argumentativa dessa equação. O autor afirma que “revelar-se” é o primeiro passo para “tonar-se lésbica”, existindo duas etapas igualmente difíceis desse processo. A primeira delas seria revelar-se ao mundo homossexual, que também se relaciona com “assumir pra si” e a segunda seria assumir a homossexualidade para o mundo heterossexual⁶⁸. No que concerne à segunda etapa, Aquino também chama atenção para a referência de suas entrevistadas com a preocupação em não *dar bandeira* associada à possibilidade de invisibilidade social, no contexto urbano portoalegrense. Segundo Aquino (1992, p. 188),

“Dar bandeira” é comportar-se de tal forma que fique visível a todos a sua preferência sexual; é demonstra-se acintosamente como “alguém”

⁶⁸ O trabalho de Aquino é extremamente rico no detalhamento de diferentes processos de construção identitária retratando vivências de afirmação e também de intensa pressão social e estigmatização das mulheres. O autor trabalha questões como a vergonha a culpa que marcam principalmente o que ele descreveu como processo de “se aceitar como homossexual” bem como sua associação com o fato das mulheres terem morado em cidades do interior do Rio Grande do Sul.

homossexual. Se muitas vezes a condenação da “bandeira” está presente nos discursos, paradoxalmente também aparece, como fato, em muitas situações de seu cotidiano.

Frente ao contexto de invisibilidade, algumas das informantes de Aquino também consideram que não é necessário revelar-se aos outros por que isso não lhes traria nenhum benefício, pelo contrário, só as exporia ao preconceito. Descrita dessa forma a preocupação em *não dar bandeira* aparece como uma importante estratégia de manipulação do estigma (Goffman, 1982). Ao introduzir essas duas fases do processo de “revelar-se” o autor complexifica a abordagem do “*coming out*” e permite pensar que o fato de *assumir pra si*, não implica necessariamente assumir para os outros. No que tange ao grupo pesquisado, observo que, mesmo privilegiando a elaboração de um discurso sobre processo de se *descobrir como homossexual*, poucas mulheres “assumem” socialmente uma identidade relacionada à sexualidade.

Retomando a ênfase na resignificação da trajetória de vida, outro exemplo é fornecido por Sandra (rede S), que ao falar de sua primeira relação com uma mulher, também lembra que, embora não soubesse, já havia, desde criança, se interessado por meninas:

Na primeira série eu era apaixonada por um menino e aí uma vez eu sonhei que eu estava de mão com uma coleguinha minha, lembro, isso é muito nítido pra mim, eu acordei e eu não sabia o que significava aquele sonho. E aí, a partir eu comecei a me interessar também por meninas. Aí na minha adolescência, com uns quatorze anos eu me interessei muito por uma outra menina, que era muito bonita, e acabou não rolando(...) Aí depois eu tive um episódio muito, muito ruim com uma prima minha, aos quinze anos e eu já estava mesmo pensando que eu era gay e aí a minha prima que era mais velha, casada, tinha filho e estava super deprimida e eu me aproximei pra ajudar e ela confundiu tudo, e quando ela confundiu tudo foi um choque pra mim. A gente estava conversando de noite e ela tentou me beijar e o meu mundo caiu assim, de nojo, de tudo de ruim, mas foi em função de eu sempre ter tido ela como uma irmã. Só que a minha interpretação no auge da minha adolescência era de que o problema era com mulheres, então aí eu bloqueei, e a coisa só foi surgir muito tempo depois. Eu acho que se esse incidente não tivesse acontecido eu acho que eu teria descoberto [que gostava de mulheres] muito antes.

Nesse trecho, Sandra elabora uma coerência de sentido que ordena eventos selecionados – *isso é muito nítido pra mim* - de forma a identificar em sua infância

sinais que evidenciam a existência de um desejo por mulheres, - *que eu não sabia o que significava* - mesmo que este não era entendido como tal. Além disso, a narrativa também justifica as relações posteriores que ela estabeleceu com homens à medida que seu desejo por mulheres estava *bloqueado* em decorrência de um evento de sua adolescência que retardou a sua *descoberta*. Nesse mesmo sentido, Sandra analisa que atualmente consegue perceber que não sentiu nojo de sua prima porque ela era mulher, - *como interpretei no auge de minha adolescência* – mas devido à qualidade de sua relação com a prima – *sempre ter tido ela como uma irmã*. As expressões assinaladas informam sobre a influência do discurso psicanalítico na elaboração dessa narrativa e servem como chaves para pensar seu esforço na elaboração de um sentido para a suas relações com mulheres.

Apesar de compreender a operacionalidade dessa equação para o estudo de dinâmicas individuais, ou seja, como uma ficção necessária (Weeks, 1995) que orienta a forma como o indivíduo dá sentido à sua experiência particular, assinalo que ela traz implícita uma concepção essencialista da sexualidade. Ao assinalar a existência de algo a ser revelado, de uma verdade a ser trazida à tona, admitida, confessada, se inscreve no sujeito uma substância totalizadora da sua sexualidade.

Um exemplo que evidencia essa vinculação substancialista é fornecido por Aline (rede A), que, mesmo se auto-definindo como bissexual, acredita numa diferença genética em relação às pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo. Durante a entrevista, ela relata que se define como bissexual porque mesmo avaliando como *mais completas* suas relações com mulheres, valoriza as relações que teve ao longo de sua trajetória com homens, bem como não descarta e nem lhe desagrada a perspectiva futura de voltar a se relacionar com homens. Diante desta argumentação, na situação de entrevista, retomo uma outra conversa que havíamos tido, num jantar na casa de uma amiga, no qual havíamos discutido sobre a possibilidade de uma determinação genética em relação à homossexualidade. Comento então com Aline, que naquela situação eu havia ficado com a impressão de que ela se considerava homossexual porque acreditava que em sua família havia um gene de homossexualidade⁶⁹, ao que ela me responde:

⁶⁹ Escolhi apresentar o relato de Aline, dentre vários outros em que esse discurso pode ser observado, porque ele me parece evidenciar a complexidade que encontramos na realidade social, a relação à elaboração de discursos identitários.

Quando eu falo na genética é na parte do sexo, por exemplo, o meu prazer maior é com mulher, mas é pelo órgão mesmo, pelo contato mesmo da mulher com a mulher sabe. E eu acho que a gente meio que nasce com isso, porque, por exemplo, o homem gosta de dar o cú, porque é o prazer que ele sente, isso ali nasceu com ele, ninguém diz assim: agora eu vou gostar de dar o cú. Não existe, ou tu gosta ou tu não gosta. É por isso que eu acho que as pessoas já vêm meio que pré-determinadas em relação a sua sexualidade. Mas eu acho que não precisa ser uma coisa radical porque o teu tesão maior pode ser para uma coisa, mas isso não quer dizer que tu seja completamente fechada pro outro sexo.

Nos dois depoimentos, podemos evidenciar um esforço na elaboração de uma espécie de justificativa, através do apelo à infância e da compreensão da homossexualidade como relacionada à genética, que corresponde a um esforço de naturalizar as questões relacionadas à sexualidade⁷⁰.

De acordo com Stein (1992) mesmo esse argumento essencialista deve ser pensado como uma construção social e cultural. Essa construção está associada a uma tradição explicativa que se relaciona com um determinado tipo de ciência que historicamente construiu sua legitimidade (no campo científico e, por conseguinte na realidade social) através desse tipo de explicação naturalizante dos fenômenos. É procurando analisar os argumentos que atribuem a essência dos fenômenos a uma natureza biológica comum dos humanos que Schneider (1992) desenvolve sua argumentação, segundo a qual devemos pensar a própria biologia como uma especificidade da cultura, no sentido da legitimidade social que ela conquista para a explicação dos fenômenos, na nossa sociedade ocidental moderna.

Essas especificidades da construção da homossexualidade relacionada à biologia podem ser entendidas, segundo Foucault (1979), como parte do dispositivo de sexualidade, o qual opera de forma a incitar os indivíduos a falar tudo sobre o seu sexo. Dessa forma, para ser enquadrado como homossexual, era preciso que esse indivíduo relate a alguém o seu desejo ou prática.

A partir de Foucault, entendo que a abordagem que privilegia a equação segredo/revelação está fortemente comprometida com o dispositivo de sexualidade, através do qual a “vontade de saber” age sob a lógica do desejo, inscrevendo o sexo no corpo, na alma, na individualidade, na história, tornando-o razão de tudo. Nesse

⁷⁰ Essa forma de justificar a sexualidade, tanto em relação ao apelo à infância, quanto à genética é recorrente também entre as travestis, estudadas por Silva (1993), Benedetti (2000) e os (as) transsexuais, estudadas (os) por Zambrano (2003), bem como em grande parte dos estudos sobre homossexualidade masculina.

sentido, Seffner (2003), ao abordar a problemática da masculinidade bissexual, retoma Foucault e assinala que assumir uma identidade é ser localizado pelas estruturas de poder que operam no dispositivo da sexualidade⁷¹.

Entendo, nesse sentido, que a preocupação em *não dar bandeira* informa sobre como, nas práticas cotidianas, as mulheres se relacionam com estruturas de poder. Estas tanto podem ser entendidas como a gerência do estado através, por exemplo, das políticas de saúde, como também de forma dispersa, nos demais níveis de relação que o indivíduo estabelece ao viver em sociedade, o pertencimento a diferentes grupos sociais, como a família, religião, grupo de amigos, relações de trabalho, entre outros. É apenas no contexto dessas relações que faz sentido pensar o esforço em *não dar bandeira* das suas relações homoeróticas.

No que concerne à constituição da parceria, os dados apresentados sobre os espaços nos quais estas se estabelecem, fornecem elementos que podem ser interpretados como relacionados à preocupação com a enunciação da homossexualidade. Por exemplo, o fato de grande parte das mulheres dizerem não gostar de *guetos*, bem como os dados coletados sobre a frequência menos significativa de mulheres se comparada ao público masculino dos lugares oficialmente GLBT, resultam numa menor identificação das mulheres com esses espaços e num efeito de visibilidade que marca menos a orientação sexual. No mesmo sentido, a preferência pelos espaços que caracterizei como apropriados pela população GLBT, bem como a frequência a espaços de sociabilidade que não possuem nenhum tipo de vinculação GLBT, descritos como *lugares heteros*, possibilitam que as mulheres visibilizem de forma à não de forma a deixar *estampado na cara*, suas relações homoeróticas. Predomina, nesses espaços, como referi no terceiro capítulo, uma atitude discreta em relação à parceria homoerótica, que caracteriza a relação das mulheres com o espaço público de forma geral. Essa atitude discreta que instaura a possibilidade de mostrar e, ao mesmo tempo, não de forma explícita, evidencia a preferência por uma enunciação ambígua da orientação sexual. Contribui decisivamente para esse tipo de visibilidade, a ambigüidade da própria parceria feminina. Ou seja, duas mulheres conversando numa mesa de bar, o qual pode ou

⁷¹ Seffner se apropria da discussão de identidade da teoria pós estruturalista, nos contextos dos estudos culturais. Partindo da discussão de Hall (2000), o autor refere que esse conceito vem sendo alvo de uma “crítica desconstrutiva”. Esse tipo de crítica colocaria os conceitos “sob rasura”, atitude que, apesar de evidenciar que um determinado conceito não é (mais) bom para pensar, não visa superá-lo e substituí-lo por outro, mas sim continuar pensado nele, porém, não da forma como ele foi originalmente concebido. (Seffner, 2003)

não ter vinculação GLBT ou não, podem ser *vistas* tanto como um casal quanto como duas amigas, dependendo da expectativa de quem observa.

A fim de realizar uma análise das práticas de constituição da parceria, as quais se desenrolam em diferentes contextos de enunciação das relações homoeróticas, utilizo a equação visibilidade/ invisibilidade. Tal equação parece mais coerente com a abordagem das relações sexuais e afetivas que se desenrolam entre as mulheres, pois amplia o escopo da discussão, levando em conta desejos, práticas e parcerias sexuais e afetivas dos sujeitos sociais, às quais eles podem ou não dar visibilidade, de diferentes formas, momentos ou situações.

Dentre os estudos sobre homossexualidade feminina, o trabalho de Heilborn (1996) é um dos primeiros que permite a discussão da questão da visibilidade. Neste trabalho, a autora se defronta com um grupo de mulheres que não considera a sexualidade como elemento definidor de sua apresentação frente a sociedade. Essa postura é expressa através da fórmula “ser ou estar homossexual”, a qual Heilborn depreende das entrevistas e que, de acordo com Portinari (1989) e Muniz (1992), se constitui numa expressão corrente entre certos segmentos do universo homossexual feminino.

A possibilidade de “ser ou estar homossexual” relaciona-se ao fato de as mulheres não considerarem necessária a declaração explícita da orientação sexual, fato que é explicado através de diferentes motivações. Uma delas enfatiza que o sexo do parceiro não é relevante para o entendimento da relação, pois, diante da valorização da potencialidade dos “caminhos do desejo”. Ou seja, o reconhecimento de experiências sexuais que o indivíduo tem no presente ou as que teve no passado não implica que ele se considere essencialmente homossexual. Outra razão está relacionada à percepção de que destacar a dimensão erótica na apresentação de si ao mundo é uma atitude “empobrecedora” frente às outras dimensões que compõem a vida do indivíduo (HEILBORN, 1996).

A opção por *não assumir* socialmente a homossexualidade tende a tencionar a relação das mulheres com o movimento homossexual organizado. Segundo Heilborn, essa postura desperta suspeita em relação a um “medo do estigma” e uma “covardia” diante da proposta política de enfrentamento das convenções sociais. Um outro forte argumento, utilizado no âmbito do movimento organizado, é que a postura de não explicitação da orientação sexual reflete a “falta de solidariedade” com os seus “iguais” (HEILBORN, 1996, p. 141).

Dessa forma, é no sentido dessa apresentação de si ao mundo, que Heilborn (1996) defende que pode-se pensar a conformação de uma identidade social. A autora esclarece que está entendendo identidade social como “um conjunto de marcas sociais que posicionam o sujeito em um determinado mundo social” e recusa a idéia de uma anterioridade das representações sociais em relação aos sujeitos. Desse modo a identidade seria uma atualização dos princípios de classificação, ordenados por valores que fabricam e situam os sujeitos⁷².

Portanto, um dos principais ganhos da abordagem das relações homoeróticas pela via da visibilidade/ invisibilidade é possibilitar a apreensão dos significados e dos valores sociais que orientam as diferentes práticas de enunciação da homossexualidade feminina. Porém antes de adentrar na análise dessas diferentes possibilidades de visibilidade, é necessário levar em consideração a discussão sobre a sua implicação nas estruturas de poder que de forma difusa e dispersa normatizam a sexualidade e a configuração de gênero.

5.2 A construção da invisibilidade social da homossexualidade feminina

Um dos principais pontos de confluência da produção teórica em torno da homossexualidade feminina é a argumentação acerca da invisibilidade social das relações homoeróticas entre mulheres. Nesta seção, procuro situar essa elaboração no âmbito das diferentes esferas de produção de conhecimento, quais sejam: a esfera acadêmica, em diferentes áreas tais como história, psicologia e antropologia; e a esfera política do movimento feminista e do ativismo em prol da prevenção de aids. Os trabalhos apresentados devem ser pensados como dados sobre a conformação de diferentes pontos de vista, os quais confluem para a consideração das parcerias homoeróticas femininas como relações invisíveis. Essa invisibilidade é construída em termos da ausência de registros históricos a esse respeito, do descaso da literatura especializada do século XX sobre a sexualidade, das formas através das quais estas relações se inserem na linguagem, pelos arranjos sociológicos, da denúncia política

⁷² Essa identidade social, segundo a autora comportaria três dimensões: i) a existência de um elenco de atributos e traços que constituem os sujeitos, dentre os quais assinala estratificação social, gênero e idade; ii) o modo como esses atributos se inserem num campo de significações sociais, no qual estão presentes também outros eixos classificatórios; iii) as marcas se expressam através de valores, corporificando-se em significados que articulam a imagem de si e a relação com o outro (HEILBORN, 1996: 137).

da heterossexualidade compulsória e da dificuldade de articulação em um movimento político organizado.

Do ponto de vista histórico, Swain (2000) sinaliza para os indícios de uma “política do esquecimento” acerca das relações entre mulheres. Enfatizando o caráter eminentemente construído da história, Swain (2004, p.05) afirma

Assim, o que se sabe da história da humanidade depende de certa racionalidade impressa nos fatos, é uma *história*, uma narração cujas conexões são arbitrárias. Isso significa que os olhos vêem o que querem e podem ver através de uma “política do esquecimento”: apaga-se ou se destrói o que não interessa à moral, às convicções, aos costumes, à permanência de tradições e valores que são dominantes em determinada época⁷³.

A partir dessa compreensão da história como arbitrária, a autora questiona a afirmação de que “o que a história não diz, não existiu”, ressaltando que, se a história pouco registra acerca das relações entre mulheres, isso não significa que tenham existido. O que ela pretende assinalar é a existência de uma norma heterossexual que informa os registros historiográficos e que opera de forma a ignorar as relações entre mulheres, de tal forma que não se preocupa nem em criar designações para denominá-la.

Em relação à criminalização da homossexualidade, Swain (2000) chama atenção para as mulheres que, durante a inquisição no século XVII, ao serem acusadas de práticas homossexuais não dispunham de uma palavra para nomeá-las. Elas eram chamadas da mesma forma que os homens, pela designação “sodomita”. Para a autora, a ausência de um enunciado específico é extremamente significativa porque, ao nomear, estar-se-ia criando não apenas uma imagem, mas uma existência para as mulheres homossexuais.

Também a partir dessa perspectiva, Mott (1987) e Vainfas (1986) chamam atenção para os registros históricos do período da inquisição nos quais a homossexualidade (classificada como “sodomia”) foi criminalizada. No Brasil, o crime de sodomia só foi retirado do código penal por volta de 1940. Os registros anteriores a essa época apontam para uma incidência muito inferior de processos envolvendo acusações de sodomia, movidos contra as mulheres. Mott sugere que essa incidência menos significativa de processos de homossexualidade movidos contra mulheres não

⁷³ As marcações das palavras *história* e “política do esquecimento” são de responsabilidade da autora.

significa que havia menos práticas sexuais entre mulheres, mas que ela está relacionada à invisibilidade da homossexualidade feminina e também promovem a sua consolidação.

Outros historiadores, que se dedicaram aos estudos na área de sexologia, como Robinson (1977) e Katz (1996) assinalam a falta de interesse dos trabalhos sexológicos em relação à homossexualidade feminina. Robinson (1977) afirma que os grandes trabalhos de sexologia, como aqueles realizados por Havelock Ellis, Kinsey e Masters e Johnson, que tratam da homossexualidade, privilegiam em sua grande maioria a homossexualidade masculina. Ellis, por exemplo, em seu livro dedicado às inversões sexuais, teria submetido o variante masculino a um exame minucioso e completo, enquanto que as mulheres receberam apenas um discreto e conciso capítulo. Katz (1996), por sua vez, argumenta que antes da posição entre as categorias homossexualidade e heterossexualidades, ambas eram utilizadas para descrever “excessos sexuais”. Nesse contexto, a mulher era vista pelos sexólogos como “menos heterossexual” porque, ao contrário do homem que ama sexualmente, a mulher ama sentimentalmente. Nesse sentido, considero os registros estudados por esses dois autores que informam que a menos expressiva elaboração sobre as relações entre mulheres contribui, a seu modo, para a consolidação da sua invisibilidade social.

No contexto de estudos da psicologia, do ponto de vista dos discursos sobre a homossexualidade feminina, Portinari (1989) chama atenção para as indicações de um silêncio em torno das relações entre mulheres. No entanto, para esta autora, trata-se apenas de um silêncio relativo, pois ele é evidente apenas quando contrastado ao ruído produzido em torno da homossexualidade masculina. Sem deixar de lado as implicações da ausência de registros históricos sobre as relações entre mulheres, a autora promoveu uma escuta desse silêncio procurando analisar o que ele diz acerca do discurso da homossexualidade feminina. Desse modo, pondera que, mesmo como parte do “discurso do sexo–rei”⁷⁴, o discurso da homossexualidade feminina possui uma certa engenhosidade. Nas palavras de Portinari (1989, p.50)

⁷⁴ Portinari se apoia na discussão de Foucault em “História da Sexualidade – A vontade de saber” identificando que o sexo, motivo de tudo, oferece um lugar para a constituição do sujeito de tal forma que a idéia da homossexualidade está prevista nos jogos de verdade acerca da sexualidade. (PORTINARI, 1989:50)

O que há de engenhoso no discurso da homossexualidade feminina está no fato de que mesmo quando ele parece portar-se bem - obedecendo todas as formas classificatórias de gêneros impostas pela linguagem - é aí que ela está mais do que nunca se prestando a ser uma arena onde os sem-sentidos dessa linguagem se revela e se defrontam.

Dessa forma, a autora aponta para a discussão sobre invisibilidade social, destacando que uma tal possibilidade de parecer “portar-se bem”, por não subverter as expectativas de gênero, é o que há de mais engenhoso no discurso da homossexualidade feminina.

O trabalho de Muniz (1989), realizado no âmbito da antropologia, privilegia a associação entre a invisibilidade social e a linguagem. Segundo essa autora, haveria uma resistência da homossexualidade feminina em colocar-se no discurso, a qual pode ser expressa através da impossibilidade de tradução inteligível da experiência lésbica. Dessa forma, as imagens da “caminhoneira” e da “fancha”, com fortes associações ao gênero masculino, seriam os principais pontos de fixação do seu sentido na linguagem do senso comum. Aquelas imagens que fogem a essa regularidade se apresentam como um constante desafio em termos de sua possibilidade de apreensão pela linguagem.

Ainda do ponto de vista antropológico, Aquino associa a possibilidade de invisibilidade social, ao anonimato da vida nas metrópoles. A maioria das informantes do autor migraram de uma cidade de porte médio do interior do Rio Grande do Sul para a capital, a fim de “deixar de ser uma sapatão em Querência [cidade fictícia] e passarem a ser mais uma mulher em Porto Alegre” (AQUINO, 1992, p. 45).

Observo que os três últimos trabalhos apresentados, (Portinari, 1989; Muniz, 1992 e Aquino, 1992), ao contrário dos demais, ao invés de lamentar a invisibilidade da homossexualidade feminina, em termos da crítica à escassez de conhecimentos produzidos acerca da temática, procuram chamar atenção para o potencial positivo da invisibilidade social, qual seja, de se apresentar como um desafio às tentativas de normatização.

No contexto político, em termos da discussão feminista sobre a homossexualidade feminina, Rich (1999) se dedica à temática da invisibilidade social da homossexualidade feminina a partir da denúncia da heterossexualidade compulsória. Esta, segundo a autora, estaria consolidada no senso comum e no campo científico, podendo ser identificada inclusive em certas reivindicações políticas

do movimento feminista. A autora entende que a norma heterossexual é resultado da pressuposição de uma orientação sexual inata da mulher (inclinação ao homem), associada a sua inclinação natural à maternidade. Nesse sentido, ela procura desconstruir a idéia da existência de uma orientação heterossexual natural para as mulheres, argumentando que tal enunciado consiste numa “instituição política” fundamental da dominação masculina. Para a autora, a existência lésbica deve ser utilizada como uma forma de enfrentamento da norma heterossexual (RICH, 1999, p.171).

Buscando salientar as dificuldades de organização política do movimento lésbico, Jagose (1996) analisa os problemas de articulação deste movimento em virtude da conflituosa relação que estabeleceu, tanto com o ativismo gay quanto com o movimento feminista⁷⁵. Em relação ao movimento feminista, a autora descreve que se encontra por um lado, a elaboração de Rich (1999), segundo a qual a categoria de gênero se sobrepõe à de sexualidade, orientando para a identificação com a luta política do movimento feminista. Por outro lado, temos a orientação de Wittig (1992), no sentido da aliança do movimento lésbico com o movimento gay. Conforme sua proposta a homossexualidade estaria para além do gênero, sendo que o masculino e o feminino só podem ser pensados com referência ao esquema reprodutivo heterossexual.

No final do século XX, com o surgimento da Aids e a comprovação de sua disseminação por via sexual, acentua-se a produção discursiva sobre a homossexualidade. No entanto, enquanto surge a necessidade de controle da homossexualidade masculina, o mesmo não ocorre com as relações entre mulheres já que é considerado praticamente inexistente o risco de contaminação pelo vírus nestas relações. De acordo com Terto Jr. (1996), o estigma relacionado à AIDS reforçou a vulnerabilidade dos homossexuais à doença e, também, a sua posição de discriminação e marginalidade da homossexualidade na sociedade. Dessa forma, enquanto, nos discursos epidemiológicos, o homossexual vacila entre vítima e vilão da AIDS, na mídia e no senso comum, prepondera o estigma de disseminadores da epidemia. No entanto, o autor nos mostra também que essa visibilização pela AIDS influencia fortemente a militância política que já vinha se desenvolvendo no Brasil na

⁷⁵ Para uma elaboração mais aprofundada acerca dessa questão e das conseqüências políticas e para a construção do conhecimento nessa área ver Jagose (1996); Wieringa (1989), e, em relação a produção brasileira, Swain (1999 e 2002).

década de oitenta, a partir da organização política dos grupos homossexuais do hemisfério norte e da Austrália. Nesse sentido, não é possível identificar um fenômeno similar que tenha colocado em pauta de forma tão explícita a homossexualidade feminina, nem desencadeado a organização de um movimento político.

5.3 A invisibilidade pelo gênero

Depois de apresentar estes trabalhos que evidenciam diferentes discursos acerca da invisibilidade social da homossexualidade feminina, analiso nesta seção a configuração de gênero através da qual evidencio uma possibilidade de gerenciamento da visibilidade. A esse propósito, considero, como ponto de partida para a reflexão a relação das parcerias homoeróticas femininas com a norma heterossexual, a qual prevê uma correspondência entre sexo (mulher), gênero (feminino) e orientação sexual (desejo pelo sexo oposto). A esse respeito, Butler defende que na nossa sociedade ocidental moderna, o sexo natural (anatômico) é construído como uma entidade pré-cultural. Ou seja, nossa cultura nos informa que as pessoas são substantivamente homens ou mulheres e esse efeito substantivo, nas palavras de Butler, “é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas regulatórias da coerência do gênero”. Desse modo, ao invés de moldado culturalmente pelas expectativas sociais, o sexo é definido como uma categoria desde sempre gendrada, não havendo um sexo que possa ser pensado antes do gênero. (BUTLER, 2003, p.48).

Aproprio-me da conceituação de Butler (2003) porque considero-a coerente com a definição, elaborada por Strathern (1992), a qual entende o gênero como um operador de diferenças sociais que, na nossa sociedade ocidental moderna é um elemento privilegiado na construção dos sujeitos. Assim, posso entender como, no contexto etnográfico, interagi com mulheres que, através de suas práticas, subvertiam algumas expectativas de gênero, principalmente em relação às práticas sexuais e, ao mesmo tempo, reiteravam uma série de outras atribuições do feminino. Desse modo, ao me referir ao longo do texto às performances que citam expectativas do gênero masculino e feminino, uso a expressão no sentido de performatividade, ou seja,

daquelas práticas regulatórias (independentes da vontade dos sujeitos) que constituem o sujeito⁷⁶.

Diante da convenção social que envolve a identificação de um sexo biológico e da adequação performativa das práticas sociais e dos desejos sexuais, entendo que o estabelecimento de parcerias homoeróticas é em si transgressor dessa correspondência, pelo menos no que tange ao desejo pelo sexo oposto. Entretanto, parece importante pensar essa transgressão das expectativas de coerência de gênero no contexto da trajetória sexual e afetiva das entrevistadas. Desse modo, ao me concentrar na narrativa sobre a iniciação sexual, observo que oito entre dez mulheres narraram uma relação heterossexual⁷⁷ e destas sete descreveram uma relação de penetração vaginal⁷⁸. Dentre as duas que descreveram iniciação homoerótica, uma delas fez referência a envolvimento sexual e afetivos com homens, posteriores à iniciação. Vale ressaltar que mesmo àquelas mulheres que referiram práticas como toques corporais em sua infância e adolescência, com amigas, colegas ou primas, não os relacionaram à iniciação sexual.

Desse modo, a subversão da heteronormatividade pressuposta pela parceria homoerótica não se dá, de forma geral, sem referência à própria norma, principalmente no que concerne às possibilidades de iniciação sexual e à concepção do que seja uma relação sexual. Ou seja, a percepção das relações sexuais e principalmente a iniciação sexual é ainda muito associada à prática penetrativa e heterossexual, dado que pode ser entendido como reflexo da coerção da norma heterossexual. Nesse contexto, o fato de terem tido relações com homens pode ser entendido como um elemento que possibilita uma invisibilidade das relações

⁷⁶ Butler, em seu livro "Bodies that matter" procura diferenciar aquilo que designa como performance em "Problemas de Gênero" de uma suposta teatralização dos papéis de gênero. Nesse sentido ela procura se defender das críticas que consideram que autora estaria pressupondo uma intencionalidade da performance. Como se houvesse um sujeito que escolhe exercer certa performance ou outra. Ao centrar sua conceituação de gênero na performatividade ela rebate as críticas afirmando que se trata da reiteração de um grupo de normas que constitui os sujeitos enquanto pertencentes ao sexo mulher. Ou seja, o ato performativo é constringido pelos esquemas regulatórios histórica e culturalmente construídos, o que o diferencia de qualquer outro ato de fala é exatamente o fato de ele produzir aquilo que nomeia. (BUTLER, 2001)

⁷⁷ As mulheres foram perguntadas sobre a sua primeira relação afetivo-sexual. Algumas mulheres entrevistadas, diante dessa questão, indagaram se eu estava perguntando acerca das relações com homens ou com mulheres. De forma geral, ao dizer-lhes que gostaria que me falassem sobre a primeira relação, consideravam como primeira, a relação com o sexo oposto, envolvendo penetração. Apenas uma das entrevistadas procurou diferenciar práticas sexuais penetrativas e não penetrativas e relações com pessoas do sexo oposto e pessoas do mesmo sexo.

⁷⁸ Uma das mulheres apenas descreveu a primeira relação como troca de carícias genitais, com o primeiro namorado.

homoeróticas, já que a homossexualidade é percebida, no senso comum, como necessariamente avessa à heterossexualidade.

Em relação às práticas regulatórias de coerência entre sexo e gênero, entre o grupo estudado, prevalece uma correspondência em relação às expectativas socialmente atribuídas às mulheres, as quais reiteram a sua constituição enquanto sujeitos do gênero feminino. Nesse sentido, uma das principais formas de invisibilidade é assumir uma performance de gênero que não coloque sob suspeita a sexualidade.

No terceiro capítulo, relativizei o tipo de feminino construído nas práticas relacionadas ao estabelecimento da parceria homoerótica, tendo observado o esforço das participantes da pesquisa em qualificar a si e às suas parceiras como mulheres *femininas* por oposição às *caminhoneiras* e *mulheres bafão*. Estas, embora reconhecidamente do mesmo sexo, são consideradas como mulheres não *femininas*. Desse modo, a constituição da parceria no contexto estudado passa pela construção de uma identificação de gênero entre as parceiras.

O elemento que informa às entrevistadas que *as caminhoneiras* não pertencem ao gênero feminino é que *elas querem parecer homens*. Fortemente embasada em critérios estéticos, essa classificação se apóia em exemplos por elas observados, nos quais a negação do feminino se expressa estética e verbalmente. A esse propósito, me reporto a uma situação de campo, na qual estava acompanhada por mulheres da rede CC. Tratava-se de um *show*, no qual se apresentou uma *cantora lésbica*.⁷⁹ Nessa ocasião, Carla reencontra uma prima e a convida para nos acompanhar à festa organizada pela Liga Brasileira de Lésbicas, assim que terminasse o show. Agradecendo o convite, a prima responde: *Eu não vou nessas paradas, isso aí não é pra mim porque tu sabe que eu não sou mulher*. Tratava-se de uma mulher negra, de cabelos bem curtos, vestindo calça jeans e camisa pólo, que não usava brincos nem quaisquer outros adereços, e era jogadora de futebol. Em virtude dessas características, corporificam-se nela uma série de subversões das expectativas que culturalmente recaem sobre o feminino, as quais culminaram com a

⁷⁹ Estou utilizando a expressão *cantora lésbica* porque é dessa forma que a cantora se apresenta, procurando a adesão das mulheres que se relacionam com mulheres. A cantora referida veio especialmente de São Paulo, para fazer uma *tour* pelos espaços GLBT de Porto Alegre. Deparei-me no campo também com uma situação inversa. Tratava-se de uma cantora que, embora mantivesse um relacionamento conjugal com outra mulher, procurava não vincular sua carreira profissional à sexualidade, de tal forma que seus shows não possuíam o mesmo apelo à população GLBT que a primeira.

declaração verbal: *eu não sou mulher*. Observei que a conversa causou certo desconforto entre as mulheres, por tratar-se de um grupo politicamente engajado. As mulheres da rede CC compartilham de certa tolerância em relação às *caminhoneiras* a qual está associada à tarefa política de feminilizá-las. No entanto, naquela ocasião, a negação verbal do feminino parecia além do suportável, de forma que, ao nos separarmos da moça, Carla comenta: *É, essa aí não tem jeito mesmo*.

A percepção de que as *caminhoneiras* querem se *fazer passar por* homens é significativa da reivindicação de uma autenticidade do sexo biológico, à qual as *caminhoneiras* só podem imitar. A esse propósito, lembro a comparação de Thaís, (rede S), ao apontar para algumas *caminhoneiras* que a *encaravam* na festa Gaia Mix. Irritada com a insistência delas, Thaís diz: *se for pra ficar com uma mulher como essa, eu prefiro ficar com homem*. Essa fala evidencia que a preferência do estabelecimento de relações sexuais e afetivas com mulheres não se trata exclusivamente de uma rejeição do sexo masculino, enquanto objeto de desejo, mas sim da rejeição de uma performance do masculino que é repetida pelas *caminhoneiras*. Não é por acaso que as mulheres valorizam, em sua trajetória, certos relacionamentos que tiveram com homens, os quais consideram mais sensíveis, com os quais podiam se relacionar *de igual pra igual*. Rosana, (rede CC), por exemplo, me conta que os poucos homens que ela namorou foram muito especiais, entre outras coisas porque se tratavam de *homens feministas*.

A partir dessa argumentação, entendo que a desqualificação das *caminhoneiras* como potenciais parceiras está relacionado também ao fato de que essa configuração choca-se com o sistema moral, característico do contexto de conjugalidade igualitária, no qual, como demonstram Heilborn (1992) e Salem (1985), predomina, idealmente, a rejeição de quaisquer formas de ordenação hierárquica entre as parceiras.

Em relação à questão da visibilidade, pode-se inferir que é, em virtude dessa construção do gênero, preocupada em reiterar várias das atribuições culturalmente elaboradas acerca do feminino, que as mulheres *não dão bandeira* das suas relações homoeróticas. Uma situação exemplar, na qual pude evidenciar essa preocupação com *não parecer tanto* ou *não dar na vista*, transcorre com Paula, (rede S), numa das primeiras vezes que nos encontramos para entrevista. Havíamos marcado num shopping e procuramos, a seu pedido, um lugar mais discreto para conversarmos. Enquanto me contava sobre os lugares que costumava freqüentar, a moça indaga:

você acha que eu pareço muito? Ao pedir que ela explicasse melhor a pergunta ela ilustra: *como aquele rapaz ali, de camisa vermelha, tá na cara que ele é gay.* Perguntei, então, se ela procurava *não parecer*. Paula afirma que se preocupa em *não dar na vista*, pois acha que a sua orientação sexual *não precisa ficar estampada na cara*.

Observo que a informante lança mão da *aparência* que, além de atributos físicos, responde também por elementos comportamentais, para evidenciar uma correspondência às expectativas associadas socialmente ao feminino. Assim, à medida que ela se preocupa em *não parecer*, reitera sua constituição enquanto sujeito do gênero feminino. Ou seja, deixar *estampado na cara* refere-se, nesse contexto, a adotar performances estéticas e de comportamento no espaço público, que se aproximam do que se espera do masculino.

Interpretação semelhante é realizada por Tarnovski (2003) em seu estudo sobre a paternidade entre homens de orientação homossexual. Em seus dados, o autor evidencia que a administração do segredo em relação à homossexualidade é uma competência habilmente construída e prezada. Os homens entrevistados por ele “não querem ‘dar bandeira’”, assim como querem distância de quem “dá bandeira”. A expressão assinalada, nesse contexto, é associada a “uma exposição pública excessiva, por vezes relacionada à utilização de signos de feminilidade ou maneirismos” (TARNOVSKI, 2003, p.16).

Em relação às mulheres, parece difícil pensar em *dar bandeira* através de maneirismo, como entre os informantes de Tarnovski. No entanto, os *bafões* das mulheres parecem expressivos de um significado similar. Os maneirismos são marcadores de gênero geralmente acessados pelo observador, uma vez que a aparência estética não denuncia a orientação sexual. Isso acontece também com o *bafão*, nos espaços de sociabilidade, em situação de parceria potencial. A expressão *mulher bafão* resulta da percepção de uma inadaptação em relação ao comportamento, no espaço público, esperado entre pessoas provenientes dos segmentos médios. Em virtude dessa não correspondência, as *bafonas* são qualificadas como *sapatas baixas*, em oposição às *mulheres de nível*, preferidas para a constituição de uma parceria. Associada ao exercício de estilo de vida com o qual o *bafão* é incompatível, a parceria com uma mulher *bafão* é também bastante comprometedora, pois, se espera dela que a qualquer hora possa fazer uma *bafo*, o qual visibiliza a relação homoerótica.

Como tenho argumentado, elementos como a associação da sexualidade com a esfera privada; a inserção em redes de amizades que posicionam as mulheres no mercado sexual; a valorização estética da boa forma física e da composição de um “estilo” próprio; o investimento na boa forma física; a articulação entre a esfera sexual e afetiva; a importância que assume a conjugalidade; a valorização da família e do projeto de ter filhos; aproximam a maioria das mulheres entrevistadas das mulheres heterossexuais. Desse modo, interpreto a possibilidade de jogar com a invisibilidade das relações homoeróticas como um efeito do processo de construção da feminilidade, o qual opera, em grande medida, pela reiteração dos significados socialmente e historicamente atribuídos às mulheres.

5.4 Estratégias e táticas de visibilidade

A fim de analisar as diferentes formas através das quais as mulheres dão visibilidade às suas relações homoeróticas, frente à diversidade de relações que elas estabelecem na sua vida cotidiana, tomo como base as “artes de fazer”, ou seja, a teoria das práticas cotidianas propostas por De Certeau (1998). Essa maneira de fazer, caracterizada pelo autor por uma liberdade gazeteira e pelo improviso, refere-se às formas através das quais os indivíduos adotam procedimentos distintos diante das normas sociais, bem como fazem uso de diferentes maneiras dos produtos culturais. Assim, pensar as diferentes formas de visibilidade que as mulheres dão as suas relações com outras mulheres nos remete às práticas ordinárias de sujeitos incoerentes, que reinventam e (re) apropriam no cotidiano as normas socialmente estabelecidas (DE CERTEAU, 1998). Nesse caso, as principais normas com as quais as mulheres se confrontam são, como foi descrito por Butler (2003), a heterossexualidade compulsória com a qual elas rompem, por estabelecer parcerias sexuais e afetivas com outras mulheres e as relações assimétricas de gênero que operam na situação de constituição da parceria, em termos da construção do que seja feminino. Antes de iniciar a análise das práticas e seus efeitos de visibilidade, atendo-me por algumas linhas nos conceitos de estratégia e tática, segundo De Certeau (1998). O autor elabora sua teoria da estratégia e tática através da leitura atenta e crítica das obras de Michel Foucault e Pierre Bourdieu.

Em relação a Foucault, a teoria das práticas cotidianas é uma resposta à proposta teórica de “Vigiar e Punir”, acerca das tecnologias disciplinares disseminadas. Ao propor uma espécie de teoria da antidisciplina, De Certeau vai a busca, para além das formas de resistência [estratégias] que, como apresenta Foucault, estão previstas nos próprios mecanismos disciplinares, da possibilidade de ação social, nas práticas cotidianas, por parte daqueles que não têm força política para enfrentar as normas sociais. Para pensarmos a diferenciação entre as táticas e as formas de resistência, retomo a argumentação acerca da elaboração discursiva de identidades, tomando a sexualidade como referencial de verdade. Não se pode deixar de notar a importância da estratégia como forma de resistência à norma heterossexual. No entanto, é patente, como foi argumentado, a articulação desta estratégia com o dispositivo de sexualidade.

Para De Certeau, é preciso pensar acerca da obra de Foucault, o problema da relação entre as práticas discursivas e não discursivas. Para De Certeau (1998, p.115),

Uma sociedade seria composta por certas práticas exorbitantes, organizadoras de suas instituições normativas, e de outras práticas, sem número, que ficariam como “menores”, sempre, no entanto, presentes, embora não organizados em um discurso e conservando as primícias ou os restos de hipóteses (institucionais, científicas), diferentes para esta sociedade ou para outras. É nessa múltipla e silenciosa “reserva” de procedimentos que as práticas “consumidoras” deveriam ser procuradas, com a dupla característica, detectada por Foucault, de poder, segundo modos ora minúsculos, organizar ao mesmo tempo espaços e linguagens.

Ao contrário das práticas discursivas sobre as quais Foucault se dedica, em virtude do “efeito de sua exorbitação” que resulta no desenvolvimento do dispositivo panóptico, De Certeau (1998) enfatiza a importância de uma análise daquelas práticas “menores”, não problematizadas, ou seja, sobre as quais não se encontra um investimento discursivo.

Já no que concerne à influência da leitura crítica da obra de Bourdieu, o alvo da apropriação é a “douta ignorância” que inspira a teoria da prática desse autor, fundamentada em grande medida na etnografia sobre a sociedade Kabília. Trata-se da relação entre regras que ordenam a sociedade Kabília e estratégias de combinação diversificada dessas regras. As estratégias são conjuntos complexos de práticas que não estão imbuídas de uma intenção estratégica e que, portanto, não

são necessariamente calculadas. A estratégia pressupõe a combinação sutil de diferentes regras, de tal forma que determinados princípios ou mesmo regras explícitas possam ser subvertidos, sem que isso abale a ordem do sistema simbólico. Um exemplo são as estratégias de fecundidade, nas quais um número pequeno de filhos compensa um casamento ruim (fracasso no matrimônio). Para tanto, segundo De Certeau (1998, p.122), Bourdieu prevê a existência de um repertório de operações, quais sejam:

a) politética: a mesma coisa tem usos e propriedades que variam segundo as combinações em que entra; b) substitubilidade: uma coisa é sempre substituível por outra, pelo fato de a afinidade de cada uma com as outras na totalidade que representa; c) eufemização: é preciso esconder o fato de que todas as ações transgridem as dicotomias e antinomias representadas pelos sistemas de símbolos.

No sentido proposto por De Certeau (1998), as estratégias se constituem como transgressões da ordem simbólica, realizadas através da contraposição de regras que agem em diferentes níveis, mas que seriam sempre transgressões camufladas. A principal crítica de Certeau (1998) é que essas estratégias estão todas relacionadas à sua vinculação com um lugar próprio em relação às normas sociais, fazendo assim, apenas se adequar à estrutura. Assim, a teoria de Bourdieu procura explicar, através da gênese das práticas, ao mesmo tempo, a forma através da qual elas se ajustam à estrutura e também os desníveis entre as duas.

Entendo, a partir dessa argumentação, que a teoria das práticas cotidianas, elaborada por De Certeau (1998), tem seu foco central nas táticas, que se diferenciam tanto das formas de resistência propostas por Foucault, quanto das estratégias de combinação das regras proposta por Bourdieu. Já a concepção de estratégia apresentada por De Certeau constitui uma combinação dessas duas teorias. Feitas as devidas considerações conceituais, inicio a análise chamando atenção para dois exemplos distintos de práticas cotidianas, os quais podemos associar respectivamente às noções de estratégia e tática.

O primeiro exemplo diz respeito ao enfrentamento político da invisibilidade social da homossexualidade feminina. Dentre as quatro redes de relações nas quais estive inserida, uma delas foi contatada a partir de uma ONG que, em sua plataforma política contemplava questões de livre orientação sexual. Carla e Cristine, apesar de

afastadas das atividades da ONG, têm participado da formação de grupos de luta política pela liberdade de expressão sexual para as mulheres. Acompanhando o casal, percebi que uma das principais reivindicações das mulheres ligadas a esses movimentos políticos, em Porto Alegre e também a nível nacional⁸⁰, tem sido a busca por uma maior visibilidade das mulheres homossexuais e de seus relacionamentos.

A reivindicação de visibilidade, divulgada através de projetos como o OLHARES (Ação para visibilidade lésbica em Porto Alegre), e da militância política pela livre expressão sexual em geral, parece fundamentalmente relacionada à construção de uma identidade homossexual, no caso, uma identidade lésbica. O engajamento político de Carla tem implicado numa explicitação pública de seus relacionamentos sexuais e afetivos. Certa vez, em sua casa, ao me mostrar fotos da Parada Livre de 2003 e de paradas anteriores, Carla conta com orgulho que, nesse ano, desfilou em cima dos carros de som, que dividiu a fala com um homem da ONG e ainda apareceu falando no programa Tele-Domingo⁸¹, para *dar mais visibilidade às mulheres lésbicas*.

O exemplo de Carla é ilustrativo da opção por uma enunciação pública, expandida para todas as suas relações sociais: em casa, no contexto familiar, no trabalho, nos locais e atividades de lazer, na academia. Como ela ressalta, depois de sua aparição na televisão, *quem não sabia, ficou sabendo*. Atitudes como participar da Parada Livre se pronunciando publicamente, desfilando em cima do carro de som, e concedendo entrevistas à televisão, acompanhada da parceira, indicam uma ampla visibilização do seu relacionamento homoerótico que está inserida numa estratégia política de enfrentamento da norma heterossexual. Como nos mostra De Certeau, a estratégia, relacionada ao cálculo das relações de força é instauradora de um “lugar próprio”, ou seja, ela pode ser circunscrita a um lugar de poder e querer próprio (DE CERTEAU, 1998, p.101). Trata-se de um lugar reconhecido, de enfrentamento político da norma heterossexual, cuja estratégia é promover o reconhecimento da existência lésbica pela ação de visibilidade dos relacionamentos entre mulheres.

Ocorre que este é apenas um exemplo limite, pois a maioria das mulheres não compartilha desse compromisso com a ação política, bem como parecem não

⁸⁰ Refiro-me aqui à Liga Brasileira de Lésbicas que começou a ser construída no início do ano de 2003, em meio ao III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre.

⁸¹ Programa de televisão, transmitido pela RBS afiliada da Rede Globo de Televisão, aos domingos à noite após a exibição do Fantástico que veicula variedades e notícias locais, sob a auto-designação revista eletrônica.

avaliar da mesma forma a reivindicação por visibilidade das relações homoeróticas. É a partir das práticas cotidianas dessas mulheres, que não possuem um lugar próprio diante dos discursos instituintes da heterossexualidade compulsória, que identifico as táticas, descritas por De Certeau como ações calculadas que operam dentro do próprio campo de ação do adversário, ou seja, dentro da própria norma heterossexual. Qualificada pelo autor como “a arte do fraco”, a tática é a arte de fazer através da qual os sujeitos se movimentam de forma a aproveitar com astúcia ocasiões que lhe possibilitem pequenos benefícios, “dentro do campo de ação do adversário” (DE CERTEAU, 1998). Assim, entendo como táticas as ações através das quais as mulheres utilizam a seu favor a invisibilidade social da homossexualidade feminina. Assim, muitos casais de namoradas passam por amigas perante a família e à sociedade. Certa vez, ao conversar com Thaís, (rede S), sobre a forma como ela administra seus relacionamentos com mulheres, sem que sua mãe soubesse, percebi como ela tirava proveito do fato das pessoas em geral não suspeitarem que duas amigas sejam, de fato, namoradas.

Apresentei Deisi [parceira] como uma amiga para minha mãe. Como minhas outras amigas, quando posam lá em casa, ela dorme no quarto comigo. Nós não damos bandeira na frente dela, ficamos juntas só no quarto. Passamos horas trancadas no quarto sozinhas, eu digo pra minha mãe que vamos assistir filmes. Ela nunca fala nada, também nunca falou nada sobre a (ex-namorada), com quem eu saía todos os finais de semana e eu dormia sempre na casa dela.

Assim, Thaís aproveita a situação de invisibilidade da homossexualidade feminina porque apresentando a parceira, como uma amiga, ela pode namorar tranqüilamente, dentro de casa, sem que a mãe saiba do relacionamento das duas. Para Thaís, como para outras mulheres, a revelação do relacionamento homoerótico para a família acarretaria na perda da possibilidade do namoro em casa, no caso de coabitação com a família. Enquanto tática esta arte de administrar a visibilidade da parceria feminina se opõe ao enfrentamento direto da norma heterossexual, utilizando-se de seu caráter invisibilizador para a promoção da prática que a norma busca suprimir.

Essa tática pode ser observada inclusive em contextos de conjugalidade. Nesses casos, *morar com uma amiga* ou *dividir apartamento* é um arranjo conjugal extremamente profícuo, à medida que possibilita a coabitação das parceiras e, ao

mesmo tempo, permite uma adequação social que não expõe a orientação erótica. Esse arranjo é bastante observado, ao cruzar as trajetórias de estudo/trabalho e a trajetória sexual e afetiva, principalmente em situações, nas quais as mulheres estão saindo da casa dos pais, mas, em parte, ainda dependem economicamente destes.

Nessas situações, o fato de *dividir apartamento* com uma amiga é entendido como característico de um processo de investimento nos estudos e na carreira profissional que faz parte da transição para vida adulta. No entanto, muitas vezes, além de amigas, as mulheres são também suas parceiras. Da mesma forma que, na situação anterior, a invisibilidade social da homossexualidade feminina possibilita às mulheres estabelecerem as suas parcerias sem confrontar diretamente a norma heterossexual.

5.5 A parceria entre individualismos

No que tange à discussão sobre a construção do sujeito moderno, na antropologia, a noção de pessoa é uma categoria elementar e tem como importante marco teórico o trabalho de Marcel Mauss, no qual ele procura fazer uma história social das categorias do espírito humano, chamando atenção para diferenças históricas e culturais da forma através da qual os homens elaboram uma compreensão sobre o eu.⁸² Foge ao escopo desse trabalho elaborar uma discussão aprofundada acerca das diferentes formas através das quais essa formulação foi apropriada historicamente pela disciplina. O que objetivo é refletir sobre os efeitos de sentido das diferentes formas através das quais as mulheres visibilizam suas relações homoeróticas. Seguindo na perspectiva de estudo do cotidiano, reflito sobre a forma como estas táticas e estratégias de visibilidade se articulam com a conformação de um estilo de vida que coloca em evidência uma relação complexa entre indivíduo e sociedade.

Para tanto, chamo atenção para a consideração de Goldman (1999) sobre a teoria da pessoa de Mauss. Esse autor identifica duas vertentes no pensamento de Mauss, a partir das quais são realizadas diferentes apropriações de sua teoria. Goldman descreve uma vertente relativista, relacionada à investigação da variação

⁸² Vale ressaltar que ainda na área da antropologia outros autores se dedicaram sobre a problemática da pessoa, entre os quais Lévy Bruhl (1978); Maurice Leenhardt (1985).

histórica e cultural da noção de pessoa e uma outra, considerada evolutiva por possibilitar apropriações centradas em uma evolução da noção de pessoa, desde o personagem grego até sua forma mais acabada de individualismo apenas observada na nossa sociedade ocidental.

A fim de seguir pela vertente relativista do trabalho de Mauss, Goldman (1999) propõe o recurso ao trabalho de Foucault, defendendo que ele possibilita uma ampliação da discussão sobre a noção de pessoa. Foucault (1985) sugere que se pense numa cultura de si, a partir da qual se possa diferenciar os sentidos através dos quais a palavra individualismo é utilizada para explicar realidades completamente distintas, em diferentes épocas. Foucault (1985, p.47) propõe, a propósito de seu trabalho histórico documental, que se distingam pelo menos três aspectos do individualismo:

i) a atitude individualista, caracterizada pelo valor absoluto que se atribui ao indivíduo em sua singularidade, e pelo grau de dependência que lhe é atribuído em relação ao grupo ao qual pertence ou às instituições das quais depende; ii) a valorização da vida privada, isto é, a importância reconhecida às relações familiares, às formas de atividade doméstica e ao domínio dos interesses patrimoniais; enfim, iii) a intensidade das relações consigo, das formas através das quais se é-se chamado a tomar a si mesmo como objeto de conhecimento e domínio de ação, a fim de se transformar, corrigir, purificar, promover sua salvação.

Esses três aspectos, que caracterizam, para o autor, o surgimento de uma cultura de si no ocidente, devem ser considerados três realidades distintas, não estando sempre relacionadas umas com as outras. Dessa forma, de acordo com o sentido analisado, um grupo ou sociedade pode ou não ser considerado individualista. Essa ampliação do escopo de análise sobre o individualismo introduzida pela noção de cultura de si de Foucault torna-se relevante para compreender as práticas de visibilidade das mulheres, no que tange aos seus relacionamentos homoeróticos.

Início a análise com a discussão de Heilborn (1992), acerca da possibilidade de ser/estar homossexual. Acerca do modo como em determinados segmentos do universo lésbico a dimensão sexual não se mostra encompassadora da identidade social, Heilborn (1992, p.162) argumenta

A homossexualidade detém, por certo, importância na ordenação da identidade pessoal, mas é como se ali se acantonasse, submetida à lógica do privado. Tal maneira de formular a homossexualidade deve ser entendida em um quadro mais amplo do funcionamento da ideologia individualista. Como lógica ordenadora do mundo, tal ideologia recusa uma distribuição diferencial de valor. Em um nível menos abstrato, esse enunciado acopla-se a uma concepção de pessoa, prevalente nesse universo, como “indivíduo plenipotencial” que sustenta que a realidade interna dos sujeitos ultrapassa a classificação social percebida como limitadora e limitada a determinadas qualidades geralmente adscritas a cada sexo.

Essa citação relativiza a compreensão da lógica individualista, a partir da prática de não enunciação pública dos relacionamentos homoeróticos, de forma a evidenciar que mesmo sob os constrangimentos sociais, prevalece a defesa do “indivíduo plenipotencial”. Ou seja, para o grupo estudado por Heilborn, a existência de relações sexuais e afetivas com parceiros de mesmo sexo não implica que um indivíduo considere esse fato como definidor de sua identidade social.

Essa autora se baseia na discussão de Dumont (1992), sobre a teoria da hierarquia, na qual o autor desenvolve os postulados básicos de sua estratégia analítica, quais sejam, de que toda a atividade classificatória é presidida pela existência de um valor, que opera a diferença e institui uma ordenação hierárquica. Sua fórmula de englobamento do contrário, como nos mostra Heilborn (1992), pressupõe que a relação hierárquica seja composta necessariamente por dois níveis, dos quais um adquire precedência em relação ao todo. A autora sublinha que não se trata de uma relação hierárquica fixa, já que o autor considera a possibilidade de inversões de posição.

No que tange à problemática dessa dissertação, cujas análises também apontaram para diferenças em relação às formas de enunciação das relações homoeróticas, em termos da discussão sobre o individualismo, privilegio como eixo interpretativo, seguindo a proposta de Goldman (1999) de apropriação de Foucault (1985). Dessa forma, certas práticas sociais, dependendo do contexto e das relações nas quais está implicada, pode ou não ser considerada individualista.

A perspectiva de gerenciamento da visibilidade, que se articula nas práticas cotidianas de forma tática, nos remete à reivindicação, a partir de um princípio igualitário-individualista, de não expor publicamente questões relacionadas à sua sexualidade. A interpelação: *por acaso os heterossexuais saem na rua afirmando que são heteros?*, utilizada como justificativa para a discordância das mulheres com a

perspectiva de uma enunciação pública da sua orientação sexual defendida pelo movimento social, pode ser lida como resultado de uma associação entre as questões da sexualidade e a vida privada. Assim, prevalece, entre as informantes, a idéia de que *quando e pra quem falar (da orientação erótica) depende de cada pessoa*. Dessa forma, as mulheres mantêm um certo *controle sobre quem sabe*, até para evitar que alguém com o qual *ainda não se conversou a respeito*, saiba repentinamente e coloque em questão as relações já estabelecidas.

Interpreto essa possibilidade de gerenciamento da visibilidade como expressiva de uma forma de individualismo, entendido sob o ângulo da valorização da vida privada. Desse modo, tal como defende Sandra, (rede S), ao comentar sobre a curiosidade de seus colegas de trabalho acerca das suas relações amorosas, *não interessa à ninguém com quem eu me relaciono intimamente ou é problema meu saber com quem eu vou pra cama*. Nesse caso, a moça justifica que, por se tratarem de questões íntimas, estas devem ser respeitadas enquanto pertencentes à esfera do privado e da escolha pessoal. Desse modo, entendo essa reivindicação como efeito da construção social da intimidade, à qual é responsável pela centralização dos sentimentos e da sua separação das relações profissionais. Embora, em determinadas ocasiões, seja possível identificar um embaralhamento entre público e privado, decorrente de uma forma de enfrentar a realidade social em termos psicológicos, como propõe Sennet (1995), nesse caso observo uma ênfase na separação das esferas em prol da defesa da individualidade frente às invasões da vida social.

No entanto, se olharmos sob outro ângulo, não é possível evidenciar nessa reivindicação uma atitude individualista, no sentido proposto por Dumont, de um acento do valor indivíduo em relação ao social. A pretensa autonomia das mulheres, em visibilizar da forma como consideram adequado, as suas relações homoeróticas, expressa o quão a individualidade é atravessada pelas estruturas sociais de normatização sexual. Assim, “o constringimento que a relação a certas instâncias sociais como a família, vizinhança e o trabalho, produz, torna patente certos ajustes e acomodações no modo de administração da identidade sexual” (HEILBORN, 1996, p. 143).

Nesse sentido, apóio-me na apropriação de Duarte (1987) acerca da discussão sobre a teoria da hierarquia de Dumont (1992). Duarte argumenta sobre a penetração diferenciada da ideologia individualista na sociedade brasileira,

introduzindo como variantes as categorias de classe social, classe de idade e gênero para pensar como, dependendo da combinação entre elas pode-se apreender diferentes níveis de englobamento do contrário. Desse modo, ao relacionarmos os valores sociais observados entre segmentos médios com a questão da sexualidade, em termos da preocupação com o gerenciamento da visibilidade das relações homoeróticas, sugiro a evidência de uma inversão de englobamento. Assim, ao invés do valor indivíduo englobar o social, sugiro um predomínio situacional do investimento do relacionamento social como valor.

Importa aqui explorar como se relacionam diferentes valores, implicados no pertencimento das mulheres a diferentes grupos sociais, que orientam esse gerenciamento da visibilidade. Para tanto, cito a fala de Paula, (rede P), que, ao avaliar sua opção por não revelar explicitamente sua orientação sexual, defende que as pessoas, seus outros significativos (BERGER; LUCKMAN; 1985), devem *gostar* dela por outras características, que não a orientação erótica:

Eu não tenho a necessidade de me expor, acho que até um tempo atrás eu tinha muito essa necessidade, falava para milhares de pessoas. Hoje, assim, eu não falo mais, porque eu acho que as pessoas devem gostar de mim pelo que eu sou, pelo meu trabalho no meu trabalho, na minha família pelo que eu sou com eles, os meus amigos pelo meu jeito e não porque eu gosto de mulher ou de homens. Eu acho que os homens e mulheres que se expõe, eles usam isso, sabe, como bandeira. Eu considero isso muito mais uma agressão do que outra coisa. Por isso, por exemplo que eu nunca ficaria com uma mulher muito masculina, entendeu [...] que vai trazer na testa a orientação sexual.

Na fala, Paula manifesta a busca de reconhecimento e valorização social a partir de outros elementos como sua competência profissional, sua boa relação com a família e “seu jeito” com os amigos e não por usar as suas relações com mulheres como bandeira. Prevalece, nessa situação, uma lógica na qual outros valores sociais compartilhados, como o reconhecimento profissional, a família e os amigos englobam o valor indivíduo a ponto de influenciarem no tipo de visibilidade que ela dá às suas relações com mulheres e também na escolha de suas parceiras. Essa posição é também compartilhada por Silvia (rede P), que defende sua opção de *não agredir* os pais, e demais parentes e amigos heterossexuais e a sociedade em geral com manifestações públicas e explícitas de suas relações amorosas. Segundo ela, mesmo que sua família saiba do seu relacionamento com a parceira, ela prefere preservar, a

relação, de um enfrentamento com a família. Assim, é como se houvesse *um acordo no silêncio*, que fizesse com que os pais considerassem e tratassem sua parceira como uma amiga que mora com a filha, e tudo se passa, na presença deles, como se assim fosse. Certa vez, sentada num café com Sílvia e outras amigas pergunto a ela se os pais têm conhecimento de suas relações amorosas, e ela me responde:

Eles sabem veladamente, tanto que a minha mãe nem me cobra mais sobre namorados. Primeiro ela tinha uma postura assim, dizia: eu prefiro ter uma filha biscate do que uma filha sapatão, agora ela diz que prefere ter uma filha lésbica a uma filha drogada. Mudou um pouco o discurso, até porque a gente nunca falou abertamente sobre isso.

Nesse instante, uma amiga de Sílvia, que nos acompanhava no café, pergunta se a namorada permanece em sua casa nos dias que os pais a visitam, ao que Sílvia responde afirmativamente: *Eles agem como se ela fosse só uma amiga, e aí a gente também se comporta como tal*. É recorrente, entre as mulheres entrevistadas, a referência a essa espécie de *pacto de silêncio*, através do qual a família é preservada de um confronto explícito com as parceiras sexuais e afetivas da filha. Assim, Sílvia fala que, ao perceber que seus pais não tem intenção de conversar a esse respeito, ela também prefere não *forçar a barra*:

Eu não confronto eles porque eu penso, eu estou tão longe de casa (refere-se à casa dos pais em São Paulo) e eu sei que isso não é agradável pra um pai ou para uma mãe, eles aceitam, mas sempre tem aquela coisinha que incomoda. (...) Eu acho que não precisa agredir eles, por isso eu nunca impus os meus relacionamentos pra eles e nunca vou impor.

Desse modo, a exposição do relacionamento homoerótico é percebida como uma forma de *agressão* à família. Ou seja, elas justificam a adoção de um comportamento discreto diante dos pais, porque estes, mesmo aceitando a filha (não rompendo relações), não aceitam a homossexualidade. Em virtude disso, os confrontos explícitos dos pais com as parceiras homoeróticas das filhas podem provocar fortes tensões nas relações familiares.

A esse respeito Tarnovski (2003), ao refletir sobre as representações de família de homens gays que são pais, nos mostra que, mesmo se considerando homossexuais “assumidos”, seus informantes não se consideram “pais gays”. Esses homens também administram a visibilidade da homossexualidade à medida que procuram ter um “controle sobre quem pode saber” da sua orientação sexual e “em

que circunstâncias”. Segundo o autor, esse controle implica um cálculo dos possíveis prejuízos sociais ou emocionais que podem pesar sobre si e sobre o filho, principalmente em termos da possibilidade de perder a guarda dos filhos, caso estes sejam menores e também de prejudicar a relação com eles, em termos da confiança e amizade que compõem a relação (TARNOVSKI, 2003).

Essa valorização da família se expressa na preocupação de grande parte das mulheres, em preservar os pais ou em calcular os possíveis prejuízos dos seus filhos, quando das práticas de administração da visibilidade das suas relações com outras mulheres. Em tais situações torna-se possível pensar que a família, enquanto valor se sobrepõe à atitude individualista.

Porém, em outras situações, como na avaliação da participação política, que remete à adoção de estratégias de enfrentamento explícito das normas sociais, em muitos casos, o valor indivíduo tende a se sobrepôr à importância do social. Esse englobamento fica explícito no depoimento de Paula, ao ponderar sobre seus motivos para não participar da Parada Livre:

Mas eu também tenho uma consciência de que [a discussão sobre direitos] isso é graças a esses movimentos, então eu também não tiro a importância deles, eu vejo os dois lados, né. Eu não participaria, por exemplo, umas gurias me convidaram para ir na Parada Gay e eu disse: não quero ir, sabe, eu acho que não precisa, eu não me sinto bem, e isso é problema meu né, mas sem tirar essa coisa da importância política.

Na fala, Paula reconhece a importância das lutas e mobilizações dos movimentos pela livre orientação sexual na conquista de direitos, como a adoção de crianças, por exemplo. No entanto, ao mesmo tempo ela se reserva o direito de não participar deles, como uma opção individual que remete a uma razão subjetiva. Nessa situação, o valor indivíduo se sobrepõe e respalda o direito a não participação do movimento político.

De forma diversa, as mulheres orientadas pela estratégia política de reivindicação de visibilidade estão de uma forma ou de outra relacionadas ao movimento feminista bem como outros movimentos que lutam pelo direito de livre orientação sexual. Tais movimentos também incorporam em seu discurso a reivindicação de igualdade social e liberdade individual que é característico do que

Simmel (1986) descreve como a primeira revolução individualista que teria se desenrolado nos séculos XVIII e XIX.

A propósito do depoimento de Paula, faço referência à discussão de Salem (1989) sobre os impasses do “casal igualitário”. Ela sugere que o princípio de igualdade, o qual se opõe a englobamentos e a ordenamentos hierárquicos, na verdade, traz em si a tensão de comportar dois “sociais”. Por um lado, um social criticável que, ao normatizar, interfere nas escolhas individuais e, por outro lado, um social que reivindica a igualdade de valor em relação a diferentes identidades sociais.

Avaliando por outro ângulo, a estratégia de enfrentamento da norma heterossexual, através de uma política de visibilidade social, resulta também numa proposição individualista. Se partirmos do aspecto da intensidade das relações consigo, o discurso identitário que embasa a reivindicação estratégica de visibilidade, também pode ser considerado individualista porque, como nos mostra Foucault, opera sob a lógica do dispositivo de sexualidade, que se empenha na produção da subjetividade através da busca de conhecimento acerca da verdade sobre a identidade sexual (necessária para uma mulher se assumir como lésbica). Segundo Paiva (2000), Foucault trata da temática da sexualidade, porque entende que o dispositivo de sexualidade como exemplar para a análise dos modos de subjetivação na nossa sociedade ocidental moderna. Paiva (2000, p.214) propõe uma síntese da análise de Foucault do dispositivo de sexualidade como modo de subjetivação:

Substância ética [matéria investida]: a sexualidade como um conjunto de órgãos sensações, prazeres e discursos) como ponto de acesso a verdade do indivíduo; Modo de subjetivação [modo de investimento]: obrigação da verdade e organização científica do conhecimento no agenciamento da verdade; Ascética: [razão do investimento] hermenêutica do eu (formas) hermenêutica positiva do eu (normalização e disciplinarização do indivíduo); Teleologia do sujeito moral[objetivo de todo o processo] emergência não sacrificial do eu (modelo identitário da relação consigo)⁸³.

Nesse sentido, o investimento nas relações consigo, ou seja, o *encontrar a si mesmo na descoberta da homossexualidade*, que mobiliza a estratégia de visibilidade, explicita essa ênfase na busca e na apresentação (confissão) da individualidade.

⁸³ As partes sublinhadas e as expressões entre colchetes são de minha responsabilidade.

A intensidade da relação consigo pode ainda ser pensada a partir da elaboração de Simmel (1986) acerca do individualismo qualitativo, relacionado ao esforço na representação de si a partir da especificidade, diferença e distinção em relação aos demais. Desse modo, por sublinhar essa necessidade da busca de si, o discurso sobre identidade sexual pode ser interpretado como uma forma de cultivo do eu, na sua singularidade sexual. No que tange à estratégia de visibilidade, essa singularidade sexual que revela a verdade do eu deve ser externalizada de todas as formas possíveis.

No entanto, se partimos das táticas de visibilidade, em relação a esse mesmo aspecto da intensidade das relações consigo, estas parecem bem menos individualistas. Embora não possa fazer inferências acerca da qualidade das elaborações identitárias dessas mulheres, o fato de elas não utilizarem a sexualidade como *bandeira* de si, sugere uma maior preocupação de conformação com as normas sociais. Ou seja, o que as mulheres sublinham não é a sua especificidade e sim as suas características que as assemelham a todas as outras pessoas *normais* (heterossexuais).

Desse modo, a partir do que foi exposto acerca das possibilidades de relação entre indivíduo e sociedade, no âmbito da normatização social da sexualidade, considero que as táticas e estratégias de enunciação das relações homoeróticas podem ser consideradas como mais ou menos individualistas conforme o ângulo de análise considerado. Desse modo, se olharmos sob o aspecto da valorização da vida privada, as táticas estão muito mais próximas do que se entenda por individualismo do que as estratégias. Por outro lado, considerando a intensidade das relações consigo, a estratégia de visibilidade aparece nos dados coletados como relacionada a um esforço maior na investigação da subjetividade. Além disso, tanto as estratégias quanto as táticas de visibilidade implicam atitudes individualistas, dependendo da esfera social analisada e dos valores que se contrapõem ao indivíduo em sua singularidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA PROSSEGUIR

Finalizo esta dissertação com algumas considerações acerca dos resultados desse trabalho. Sugiro que elas sejam entendidas não como notas conclusivas e sim como uma breve pausa da experiência de pesquisa e escrita etnográficas. Meu objetivo é realizar uma síntese e, ao mesmo tempo, um balanço do que foi até o momento realizado, frente à gama de discussões e possibilidades que se apresentaram ao longo do meu percurso de estudo.

O trabalho teve como principal desafio estudar a diversidade sexual através de uma abordagem antropológica, elegendo o relativismo como forma de conhecimento e a experiência etnográfica como caminho metodológico. No que tange aos resultados obtidos, com esta pausa, sugiro que o processo de pesquisa e a escrita permanecem ainda muitas questões em aberto e muitas incertezas, acerca de dados, interpretações e discussões teóricas. No entanto, não avalio estas incertezas como limitadoras do trabalho, pelo contrário, encaro-as como um instrumento imprescindível para o pensamento. Concordando com a argumentação de Louro (2004), entendo as dúvidas e incertezas como uma espécie de “gatilho para a investigação”, o qual é responsável pelo estímulo à busca continuada do conhecimento. Desse modo, entendo que as interpretações tecidas são importantes enquanto parte de um conhecimento etnográfico, o qual privilegia uma vinculação entre pesquisa e teoria. Em virtude disso, a apropriação teórica realizada procurou atender a especificidade do objeto estudado e também a relação do grupo estudado com o pesquisador, em termos do exercício de familiarização e estranhamento em relação às diferenças sexuais e à identificação com determinados valores sociais.

A discussão realizada estabelece um diálogo com uma série de provocações teóricas, temáticas e metodológicas no âmbito da produção científica acerca da sexualidade. Procuo agora retomá-las e apontar as tentativas de respostas sobre as quais esta dissertação se dedicou, com o objetivo de não procurar explicações, mas sim de fomentar a discussão teórica e metodológica acerca da homossexualidade feminina.

Um primeiro nível de diálogo diz respeito aos esforços de outras áreas do conhecimento, como a biologia, por exemplo, que tem procurado explicar a

homossexualidade através de elementos genéticos. Tal explicação reforça a lógica essencialista que inscreve a sexualidade na natureza humana e classifica, através de critérios exclusivamente biológicos, pessoas como homossexuais e heterossexuais. Frente a isso procurei apontar as diferentes formas através das qual a homossexualidade tem sido construída como conceito para pensar as diferenças em relação à sexualidade. Além disso, ao privilegiar as diferentes configurações sociais de vivência das relações homoeróticas, em termos dos espaços de sociabilidade, das histórias da parceria, dos jogos de sedução e erotismo, da construção do feminino, das estratégias e táticas de visibilidade da parceria, este trabalho evidencia a insuficiência das tentativas de explicação das relações homoeróticas em termos da associação com qualquer substância material.

No que concerne aos trabalhos na área de ciências sociais sobre sexualidade, estes têm se destacado pela abordagem da construção e elaboração de identidades sexuais. Ao centrar a atenção nas práticas sexuais, de forma a privilegiar as mulheres que fazem sexo com outras mulheres, o trabalho evidencia a importância de, antes de operar a partir do conceito de identidade e mesmo do processo de construção social das diferenças, analisar as questões relacionadas à visibilidade das relações homoeróticas em diferentes contextos de segmento sócio-econômico e configurações de gênero.

Uma outra linha de diálogo, diz respeito às questões políticas que permeiam a produção do conhecimento acerca da sexualidade. É sabido que essa produção tem estado intimamente relacionada ao enfrentamento da epidemia do HIV/AIDS e à relação entre sexualidade e saúde. Desse modo, cabe questionar se o conhecimento que está sendo produzido acerca do que seja sexual, principalmente em termos de homoerotismo, não tem partido de um referencial exclusivamente masculino. Frente a isso, o trabalho propõe uma descrição mais detalhada acerca do erotismo feminino, em termos de suas possibilidades e interdições no campo das práticas sexuais.

No que tange aos espaços de estabelecimento da parceria feminina, demonstro que, ao invés de se concentrarem em guetos, a sociabilidade e a busca de parcerias está diluída no conjunto mais amplo das redes de relações das mulheres. Além disso, destaco ainda a ambigüidade da parceria homoerótica feminina, qual seja, de abrigar, ao mesmo tempo, amizade e potencial parceria.

Pude analisar, também, a forma como se desenrola a relação sexualidade e sociedade. Evidenciei a forma como certas classificações sociais são atualizadas no

campo sexual, em termos do posicionamento das mulheres no mercado sexual e também nas próprias práticas sexuais. Assim, se, por um lado, na seleção de parceiras prevalece a atualização do tipo de parceria socialmente valorizada, certas práticas sexuais podem ser interpretadas como formas de subversão dos imperativos que organizam a constituição da parceria homoerótica feminina, tais como o próprio imperativo da conjugalidade. Ainda no que se refere à heterossexualidade, estabelecida como norma social e às expectativas socialmente associadas ao feminino, os dados demonstraram que não é possível pensar, nem em termos de uma repetição total das atribuições do feminino, nem de uma subversão absoluta das normatizações sexuais. Desse modo, permanece ainda uma saída para a ação social, em termos de um balanço frente aos prejuízos e “pequenos benefícios” a partir da construção de diferentes formas (estratégicas e táticas) de enunciação das relações homoeróticas.

Os dados permitem ainda relativizar à compreensão de que as relações homoeróticas estão exclusivamente associadas à escolha de parceiras socialmente consideradas como pertencendo ao mesmo sexo. A desqualificação das *caminhoneiras* e das *mulheres bafão* evidencia que a repetição de certos elementos socialmente atribuídos ao masculino se sobrepõe à preferência pelo mesmo sexo. Como referi, duas das entrevistadas se auto-definem como bissexuais e outras sete já tiveram envolvimento com homens, sendo que não desconsideram a possibilidade de voltar a fazê-lo no futuro. Da mesma forma, a desqualificação da mulher *perua* evidencia que ter relações sexuais e afetivas com mulheres não implica que todos os tipos de mulheres sejam consideradas desejáveis para o estabelecimento de uma parceria.

A discussão de gênero entrecortou a argumentação sobre a constituição da parceria homoerótica feminina. Embora tenha, em algumas situações, focado o interesse no tipo de feminino construído no contexto de constituição da parceria, ou seja, observando como o gênero é construído nas relações entre mulheres, as questões relacionadas ao gênero estão presentes em praticamente todas as situações analisadas. Detive-me na análise das práticas sociais relacionadas à constituição da parceria e dos seus efeitos de repetição (reiteração) e subversão dos significados culturalmente construídos acerca do que seja ser mulher. Nesse sentido, as práticas das mulheres reiteravam uma série de outras atribuições do feminino, como a discricção em relação à sexualidade no espaço público, a valorização da

conjugalidade, a importância das redes de relações para o posicionamento no mercado de trocas sexuais no qual se estabelecem as parcerias e a valorização de um tipo estético que privilegia a boa forma e o investimento no cuidado de si. No entanto, as mulheres também subvertem uma série de expectativas de gênero, principalmente em relação à heteronormatividade, à construção de um tipo feminino tradicional, à configuração de assimetria de poder no contexto da parceria, à associação da mulher exclusivamente com a dimensão afetiva e à desvalorização da experimentação sexual.

Desse modo, defini o gênero como um operador privilegiado na constituição dos sujeitos e analisei, a partir disso, de que forma o feminino é construído entre mulheres, ou seja, através das escolhas por espaços de sociabilidade, das apreciações e classificações das potenciais parceiras, das estratégias de sedução, das narrativas sobre as *histórias* de parceria e sobre as práticas sexuais. É nesse contexto de construção da feminilidade que é possível pensar o gerenciamento tático ou estratégico da visibilidade das relações homoeróticas. Qualifico a colocação dessas questões de gênero como perturbadora, porque elas embaralham as expectativas de coerência entre sexo, gênero e orientação erótica que recaem tanto sobre a construção da feminilidade quanto sobre a construção da própria homossexualidade feminina.

Não poderia deixar de relativizar o recorte de segmento sócio-econômico realizado, o qual privilegia as mulheres provenientes das camadas médias da população. Além de relacionada à configuração específica de gênero, as diferentes possibilidades de visibilidade só podem ser pensadas no contexto de discussões acerca da conformação de um estilo de vida, característico dos segmentos médios, o qual pressupõe o compartilhar de um gosto de classe e de um sistema moral relacionado ao individualismo. Nesse sentido, as táticas e estratégias podem ser entendidas como mais ou menos individualistas, conforme certas variações de sentido, quais sejam: enquanto atitude frente a outros valores sociais, como forma de valorização da vida privada e em termos da intensidade subjetiva.

Por fim, assinalo o diferencial da configuração de conjugalidade igualitária evidenciado pela recusa, por parte das participantes da pesquisa, de constituírem parcerias em situações de reprodução da lógica de separação de papéis associados ao estereótipo heterossexual. Nesse sentido, um dos principais elementos que aponta para possibilidade de trabalhos futuros é a hipótese elaborada com base na

observação empírica do investimento por parte de mulheres de segmentos populares na construção do masculino, bem como numa composição conjugal com maior assimetria em termos das relações de poder que permeiam as práticas conjugais. A realidade social é muito mais rica em termos de arranjos entre gênero, sexualidade e poder à medida que se avança na relativização das questões de classe, em prol da diversidade de estilos de vida.

REFERÊNCIAS

AMADIUME, I. **Male Dauthers, Female husbands: gender and Sex in na African Society**. London, 1987

AQUINO, Luís Octávio Rodrigues. **As Derivas do Desejo: Processos de construção, manutenção e manipulação de identidades lésbicas em um conjunto de mulheres em Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Instituto de Filosofia Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1992.

_____. Discurso Lésbico e construções de gênero. In: **Horizontes Antropológicos** Revista do Pós Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, ano 1, n. 1, 1995. p. 79 – 94.

AUGÉ, Marc. **Os sentidos dos Outros**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BARNES, J.A. Redes Sociais e Processo Político. In: BIANCO, Bela Feldman (org.) **Antropologia nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987. p. 159 – 193.

BÉJIN, André & POLLAK, Michael. La Rationasation de la sexualité. In: **Cahiers Interationaux de Sociologie** Paris: Presses Universitaires de France, p. 105 – 125, 1977.

BENEDETTI, Marcos. **Toda Feita: O corpo e o gênero das travestis**. Dissertação, (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciência Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jaques. **Jogos de Escalas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 39 – 76.

BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BIER, Alexandre S. **Sobre cinemas e video-locadoras pornô: províncias de outros corpos e outros significados**. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004

BLACKWOOD, Evelyn. Sexuality and Gender in certain northern native american tribes: The case os Cross-gender females. In: **Siens** 10: 1, 1984.

BOURDIEU, P. PASSERON, J. C. & CHAMBOREDON, J. C. **A profissão de Sociólogo: Preliminares Epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **La Distinction: Critique Sociale du Jugement**. Paris: Les Éditions du Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de Classe e Estilos de Vida. In: _____ **Bourdieu, P. Sociologia** Coleção Os Grandes Cientistas Sociais, São Paulo: Ática, 1983. p. 82 – 121.

BOTT, Elizabeth. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alvez, 1976.

BOZON, Michel. Observer l'inobservable: la description et l'analyse de l'activité Sexuelle In: **Sexualité et Sida: Recherches en sciences sociales**. Paris: ANRS, 1995.

BUTLER, Judith. **Problemas do Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. The lesbian phallus and the morphological Imaginary In: _____ **Bodies that matter: on the discursive limits os Sex**. New York: Rotledge, 1993. p. 57 – 92.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam. (Tradução de Tomaz Tadeu da Silva) In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.153 – 172.

CARVALHO, Tamara. **Caminhos do Desejo: uma abordagem antropológica das reações homoeróticas femininas em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Antropologia Social) Instituto de Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1995.

CAREAGA, Glória Perez. Relaciones entre mujeres. In: PRIMEIRA REUNIÃO REGIONAL SOBRE "SEXUALIDADES, SALUD Y DERECHOS HUMANOS NA AMERICA LATINA, 5, 2003

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício - Estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1992.

_____. O Referente da Identidade Homossexual. In: Parker, Richard e Barbosa, Regina. **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 63 – 89.

DE CERTAU, Michel. **A invenção do Cotidiano: As artes de Fazer**. Petrópolis, Vozes, 1998.

D'EMÍLIO, John. Capitalism and Gay Identity In: PAPER, R e AGGLETON, P. **Culture, Society and sexuality. A Reader**. Londres, UCL Press, 1999. p. 239 – 247.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das Famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DUARTE, Luís Fernando Dias. Três Ensaio sobre pessoa e modernidade. **Boletim do Museu Nacional**. – Nova Série Antropologia, Rio de Janeiro, nº 41, agosto, 1983.

_____. **Da Vida Nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1987.

DUMONT, Lois **O individualismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

_____. **Homo Hierarquicus**. São Paulo: Edusp, 1992.

FACCHINI, Regina. Mulheres, Diversidade Sexual, Saúde e Visibilidade Social. In RIOS, L. F. Almeida, *et al* **Homossexualidade: Produção Cultural, Cidadania e Saúde**. Rio de Janeiro, ABIA, 2004. p. 34 – 43.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **História da Sexualidade: O cuidado de Si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **Vigiar a Punir**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FRY, Peter Da Hierarquia à Igualdade: a construção da homossexualidade no Brasil. In: _____, P. (org.) **Pra Inglês ver: identidade política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982. p. 87 – 115.

FRY, P & MACRAE, E. **O que é homossexualismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GAGNON, John H. & PARKER, Richard G. (eds.) **Conceiving Sexuality**. New York: Routledge, 1995. p. 3 – 16.

GEERTZ, Clifford. **O Saber local**. Petrópolis: Vozes, 1997

GEERTZ, Clifford. O pensamento como ato moral: Dimensões éticas do trabalho de campo nos países novos. In: _____ **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001. p. 30 – 46.

GOFFMAN, Ervin **Estigma: notas sobre manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1982.

GOLDMAN, Marcio. Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa. In: **Alguma Antropologia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p. 21 – 38.

GUIMARÃES, C. D. **O Homossexual visto por Entendidos**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Museu Nacional de Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

_____. “Mas eu conheço ele!” Um método de prevenção do HIV/ AIDS. In: PARKER, R. & GALVÃO, J. (orgs.) **Quebrando o Silêncio: Mulheres e Aids no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1996. p. 169 – 179.

HARAWAY, Donna J. Gender for a Marxism Dictionary: The Sexual Politic of a word. In: Parker, R; Aggleton, P. **Culture, Society and Sexuality. A reader**. Londres: UCL Press, 1999. p. 76 – 96.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par: gênero e identidade social em contexto igualitário**. Tese. (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. Publicado pela Garamond Universitária, 2004

_____. Ser ou Estar homossexual: dilemas da construção da identidade social. In: Parker, Richard e Barbosa, Regina. **Sexualidades Brasileiras** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 136 – 148.

HEILBORN, M. L. & BRANDÃO, E.R. Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade. HEILBORN, M. L. **Sexualidade: O Olhar das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 07 – 20.

HEILBORN, M. L. & SALEM, T. et al. Aproximações sócio-antropológicas sobre a gravidez na adolescência. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, Ano 8, n. 17, jun, p. 07 – 46, 2002.

HERSKOVITS, J.M. **Some aspects of dahomeyan ethnology**. Africa 5 (1932)

JAGOSE, Annamarie. **Queer Theory: An Introduction**. New York: New York University Press, 1996.

KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da Heterossexualidade**. Rio de Janeiro: 1996.

KENNEDY, Elisabeth L. & DAVIS, Madeline D. **Botts of Leather – Slippes of Gold – The history of a lesbian community**. New York: Penguin Books, 1993.

KRIGE, E.J. **Woman – woman marriage, with special reference to the Lovedu. Its significance for de definitiion of marriage**. In: África 44, 1974.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos gregos a Freund**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. When Lesbian were not women. **Labrys – revista de estudos feministas**. n. especial, setembro de 2003. Disponível em <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys>>

LEAL, Andréa Fachel. **Uma antropologia da experiência moderna: estudo de representações sociais sobre sexualidade**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

LEAL, O. F. & FACHEL, J. Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais. In: HEILBORN, M. L. **Sexualidade: O olhar das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999. p. 96 – 116.

LEVI BRUHL, Lucien El mundo mítico. In: **La mitologia primitiva**. Barcelona: Península, 1978.

LEVINE, Martin Gay Ghetto. In: Levine, M. **Gay men: th sociology of male homosexuality**. New York: Harper & Row, 1979.

LEENHARDT, Maurice. **Do Kamo: La persone et le mythe dans le monde Mélanésien**. Paris: Gallimard, 1947.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: _____(org.) **O corpo Educado: pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 07 – 34.

_____. **Conhecer, Pesquisar e Escrever**. Comunicação apresentada na V ANPED-SUL, Curitiba, abril de 2004. (Disponível no site <http://www.geerge.net>)

LOYOLA, Maria Andréa. Sexualidade como objeto de estudo das Ciências Humanas. In: Heilborn, (org.) **Sexualidade: O olhar das Ciências Sociais**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 31 – 39.

LOYOLA, Maria Andréa. Sexo e sexualidade na Antropologia In:_____. **A Sexualidade nas Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. p. 17 – 48.

MACHADO, Paula Sandrine. **Muitos Pesos e muitas medidas: representações de masculinidade no âmbito das decisões sexuais e reprodutivas**. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MACINTOSH, M. The Homosexual role. In: STEIN, E. (ed) **Forms of Desire: sexual orientation and the social constructionism constroversy**. New York: Routledge, 1992. p . 25 – 42.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Sexo e Repressão na Sociedade Selvagem**. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. **A vida Sexual dos Selvagens**. Rio de Janeiro: FranciscoAlves, 1982.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa. In: _____. **Sociologia e Antropologia**. Vol 1. São Paulo: Edusp, 1974. p. 207 – 239.

MAUSS, Marcel. As Técnicas Corporais. In:_____ **Sociologia e Antropologia**. vol. 2. São Paulo: Edusp, 1974. p. 209 – 233.

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MONTEIRO, Simone. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. **Sexualidade: O olhar das Ciências Sociais**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 117 – 145.

MOTT, Luiz. **O Lesbianismo no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MUNIZ, Jaqueline. **Mulher com mulher dá jacaré, uma abordagem antropológica da homossexualidade feminina**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 1992.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. In: **Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 09 – 41, 2002.

OBOLER, R.S. **Is the female husband a man? Woman-woman marriage among the Nandy of Kênya**. In: *Ethnology* 19:1, 1980

O'BRIEN, D. Female Husband in Southern Bantu societys. In: Schlegel (ed.) **Sexual Stratification: A cross-cultural view**. New York, 1977.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. São Paulo, Unesp, 2000. p 17 a 36.

PAIVA, Antônio C. S. **Sujeito e Laço Social – A produção de subjetividade na arqueogenealogia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PARK, R. E. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento do meio urbano. In: In: Velho, Otávio. **O fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 26 – 67.

PARKER, Richard **Corpos Prazes e Paixões: A cultura sexual do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Best Seller, 1991.

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. **O negócio do Michê: A prostituição Viril**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PERUCCHI, Juliana. **Eu, Tu, Elas: investigando os sentido que mulheres lésbicas atribuem às relações sociais que estabelecem em um gueto gls de florianópolis**. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) Faculdade de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

PERRIN, C. & CHETCUTI, N. Além das Aparências. Sistema de gênero e encenação dos corpos lesbianos. (trad. L. Machado e T. N Swain) In: **Labry - Revista de Estudos Femininas**. N.1/2, julho/dezembro, 2002. Disponível em <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys>>

POLLAK, Michael. A homossexualidade Masculina, ou: Felicidade no gueto? In: **Sexualidades Ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 54 – 75.

PORTINARI, Denise. **O Discurso da Homossexualidade Feminina**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RADCLIFFE BROWN, A. F. **Estrutura e Função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.

RICH, Adrienne. La heterosexualidad obrigatoria y la existência lesbiana. Navarro, M e Stimposn, C. **Sexualidade, gênero y roles sexuales** Buenos Aires: Editora Foundo de Cultura Económica, 1999. p. 159 – 211.

ROBINSON, P. **A modernização do sexo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

ROSALDO, M & LAMPHERE, L. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the “political economy of sex”. In: REITER, Rayna. **Toward an Antropoly of Women**. New York na London: Monthly Review Press, 1975.

SALEM, Tânia A trajetória do “casal grávido”: de sua constituição à revisão de seu projeto. In: Figueira, Sérvulo. **Cultura da Psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 35 – 61.

_____. Casal Iguatário: princípios e impasses. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. nº 9, vol. 3. p. Rio de Janeiro, 1989.

SCHNEIDER, David. **A critique of the study of Kinship**. Michigan: The University Michigan Press, 1992.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da Masculinidade: Representação, Identidade e Diferença no âmbito da Masculinidade Bissexual**. Tese (Doutorado em Educação. Faculdade de Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003

SENNET, Richard. **O Declínio do Homem Público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SHUCH, Patrice **Carícias, Olhares e Palavras: Uma etnografia sobre o “Ficar” entre Jovens Universitários em Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social.) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998.

SHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

SILVA, Hélio, **Travesti - A invenção do Feminino**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ISER, 1993.

SIMMEL, G. A Metrópole a e Vida Mental. In: Velho, Otávio. **O fenômeno Urbano** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 11 – 25.

SIMMEL, George. Sociabilidade – Um exemplo de sociologia pura ou formal. In: **Simmel, G.- Sociologia**. Coleção Os Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983. p. 165 – 182.

SIMMEL, George. La ampliacion de los grupos e la formacion de la Individualidad. In: _____ **Estudios de las formas de Socialización**. Madrid: Alianza Editorial, 1986. p. 741 – 808.

SIMON, W; GAGNON, John. Sexual Scripts. In: Parker, R; Aggleton, P. "**Culture, Society and Sexuality. A reader**". Londres: UCL Press, 1999.

STEIN, Edward. Conclusion: the essentials of constructionism and the construction of essentialism. In: _____. **Forms of Desire: sexual orientation and the social constructionist controversy**. New York: Routledge, 1992. p. 325 – 353.

STRATHERN, M No nature, No culture: The Hagen Case. In: MACCOMARCK, C. E & STRATHERN, M. **Nature, Culture and Gender**. New York: Cambridge University Press, 1992. p. 174 – 222.

_____. Entre uma melanesianista e uma feminista. In: **Cadernos Pagu**. 8/9, p. 07 - 49, 1997.

SWAIN, Tânia Navarro. Feminismo e Lesbianismo: a identidade em questão. In: **Cadernos Pagu**. Simone de Beauvoir e os feminismos do século XX Campinas, n.12, p. 109 – 120, 1999.

SWAIN, Tânia. As Teorias da Carne: corpos sexuados, identidades nômades. In: **Labrys, revista de estudos feministas**. n. 1/2, dezembro de 2002. Disponível em <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys>>

_____. **O que é o Lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TARNOVSKI, Flávio. Pai é tudo igual? Significados da paternidade para homens que se auto-definem como homossexuais. V REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL; 27, 2003.

TERTO Jr. Veriano. **No escurinho do cinema...sociabilidade orgiástica nas tardes cariocas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1989.

_____. Homossexuais Soropositivos e Soropositivos Homossexuais. questões da homossexualidade Masculina em tempos de Aids. In: Parker, Richard e Barbosa, Regina. **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 90 - 104

_____. Essencialismo e Construtivismo Social: limites e possibilidades para o estudo da homossexualidade. In: **Sciëntia Sexualis**. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 5.n.2, p. 23-42, 1999.

TOPLEY, M. Marriage resistance in Rural Kwnagtung. In: WOLF, M & WITKE, R. **Women in Chinese Society**. Stanford, 1975.

VAINFAS, Ronaldo. **História da Sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

VANCE, C. A Antropologia redescobre a sexualidade. Um comentário Teórico. In: **Physis -Revista de Saúde Coletiva**. v. 5, n. 1, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

VANCE, Carole S. e ADDRESS. Social Construcionism Theory: Problems in the history of Sexuality. In: ALTMAN, D. et al **Which Homosexuality? Essays from the International conference on lesbian and gay studies**. London: GMP Publischer, 1989. p.

VELHO, Gilberto. A busca de coerência: coexistência e contradições em grupos de camadas médias. In: Figueira, Sérvulo. **Cultura da Psicanálise**. São Paulo: Brasilense, 1985. p.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1989.

_____. **Individualismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1999.

_____. **Projeto e Metamorfose**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

VELHO, G. & KUSCHINIR, K. (orgs.) **Pesquisas Urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 7-10.

VICTORA, C. KNAUTH, D. HASSEN, M. N. A. **Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WAIZBORT, Leopoldo. **As Aventuras de George Simmel**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

WEBER, Max. Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais. In: _____ **Weber – Sociologia**, Conh, G. (org.) Coleção Os Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1999. p. 79 – 127.

WEEKS, Jeffrey. Necessary Fictions. The paradoxes of Identity. In: **Invented Moralities, Sexual values in na age of unvertainty**. Nova York: /Columbia University Press, 1995. p. 82-123

_____. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira. **O Corpo Educado. Pedagogias da Sexualidade** Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 35-82.

WESTON, Kath The Ideology off Gay Families. In: Collier, J. e Yanagisako, S. (orgs.) **Gender and Kinship: Essays a Unified Analysis**. Standford, Califorina: Standford Univ. Press, 1992. p. 119 – 139.

WHITEHEAD, H. The Bow and the Burden Strap: a New Loock at Institutionalized Homosexuality in native North America. In: ORTNER, S & WHITEHEAD, H. **Sexual Meanings. The Cultural Construction of Gender and Sexuality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

WIERIENGA, Saskia. An Antropological critique of Construcionism: Berdaches and Buches. In: ALTMAN, D. et al. **Which Homosexuality? Essays from the International conference on lesbian and gay studies**. London: GMP Publischer, 1989. p. 215-238.

WIRTH, Lois The Guetto. In: **On Cities and Social Life**. Chicago, Chicago Press, 1969.

WITTIG, Monique. **The Straight Mind and Other Essays**. Boston: Beacon, 1992.

YANAGISAKO, S & DELANEY, C. **Naturalizing Power: Essays in Feminist Cultural Analysis**. New York, London: Routledge, 1995.

ZAMBRANO, Elizabete. **Trocando os documentos: Um estudo antropológico da cirurgia de troca de sexo**. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)